

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



Dissertação

**O Movimento Estudantil universitário em Pelotas durante a
redemocratização do Brasil
(1978- 1985):
Memórias de atuações contra a ditadura**

Marilia da Rocha Hofstätter Pohndorf

**PELOTAS
Rio Grande do Sul – Brasil
Março de 2013**

MARILIA DA ROCHA HOFSTÄTTER POHNDORF

**O Movimento Estudantil universitário em Pelotas
durante a redemocratização do Brasil
(1978- 1985):**
Memórias de atuações contra a ditadura

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de
Pelotas, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
História

Orientador: Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra

PELOTAS
Rio Grande do Sul - Brasil
Março de 2013

Dados de catalogação na Publicação:
Bibliotecária Kênia Moreira Bernini – CRB – 10/920

P 748m Pohndorf, Marilia da Rocha Hofstätter.

O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 – 1985): memórias de atuações contra a ditadura / Marilia da Rocha Hofstätter Pohndorf; Orientador: Edgar Ávila Gandra. – Pelotas, 2013.
139 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas.

1. Movimento Estudantil. 2. História oral. 3. Pelotas. 4. Redemocratização. I. Gandra, Edgar Ávila, orient. II. Título.

CDD. 981. 657

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra (Orientador)

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Prof. Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Silvio Roberto Stefano

PELOTAS

**Rio Grande do Sul - Brasil
Março de 2013**

Aos meus queridos e saudosos avós,
Ruy e Elenara Hofstätter.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus** e *“a fé que ainda me faz otimista até demais”*, muitas vezes para continuar é preciso otimismo.

Agradeço imensamente ao professor **Dr. Edgar Ávila Gandra**, por sua orientação nesta dissertação, bem como dedicação, empenho, comprometimento e pelo eterno bom humor, características que lhe são peculiares e foram essenciais para o bom desenvolvimento deste trabalho.

Reconheço a participação na qualificação desta dissertação aos professores componentes da banca de defesa: **Dr. Enrique Padrós, Dra. Lorena Gill e Dr. Silvio Stefano**. Obrigada pelos conselhos, correções e valorização neste trabalho.

Tenho a agradecer ainda a professora **Dra. Beatriz Ana Lonner**, da qual obtive orientação logo quando ingressei ao mestrado e que mais tarde pode contribuir veementemente, disponibilizando suas memórias e experiências em entrevista.

Agradeço imensamente a **todos os professores do PPGH – UFPel**, por abrirem os caminhos do conhecimento, possibilitando “desatar os nós” da pesquisa.

Obtiveram ainda participação na construção dessa dissertação algumas pessoas essenciais na minha vida, as quais eu devo meu profundo e sincero agradecimento. Agradeço ao meu marido **Ricardo**, pelo incentivo incomparável à minha trajetória profissional, compreensão devida em todo o processo de escrita, além do amor e carinho que fez trazer a tranquilidade nos momentos necessários. Sou eternamente grata aos meus pais, **Otávio e Marisa**, por tudo, principalmente por sempre acreditar e apoiar minhas escolhas. Meus irmãos, **Caroline e Jerônimo**, queridos amigos que trago comigo desde sempre, os quais direta ou indiretamente sempre estiveram do meu lado, inclusive durante a elaboração desta dissertação. Aos **demais familiares**, como os meus avós maternos **Maria e Adalberto**, que sempre dizem ter muito orgulho da “neta historiadora” e torceram para que tudo saísse bem e também aos meus avós paternos **Elenara e Ruy**, pelos primeiros

incentivos aos meus estudos e pelo exemplo que deixaram de dedicação à profissão de professores.

O apoio dos colegas também foi importante para a conclusão deste trabalho, pelas conversas, troca de ideias, livros emprestados, divisão das angústias e alegrias que a dissertação proporciona, enfim, pelo companheirismo que se mostrou essencial durante os dois anos de mestrado. Meu “muito obrigada” especialmente para **Lidiane, Ana Paula, Maira, Luis Carlos, Maria, Susan, André, Thais, Taiane, Diego**, e a todos os demais que fizeram parte dessa trajetória junto comigo, como **Amanda, Samila e Bruno**, meus eternos colegas e grandes amigos.

Não poderia deixar de agradecer ao **Observatório da Educação do Campo – UFPel**, projeto de pesquisa que integrei no início de 2011 e que me possibilitou novos aprendizados e uma troca de conhecimento extremamente enriquecedora. Agradeço a toda equipe de bolsistas do Observatório, professores de escolas do campo, graduandos e mestrandos. Em especial meus companheiros de núcleo na Escola João da Silva Silveira: **Elenice, Angela, Fernando e Regina**. Meu sincero agradecimento à professora coordenadora do projeto **Dra. Conceição Paludo** e à professora **Dra. Rosa Lucas**, pesquisadora do projeto, a qual infelizmente nos deixou no final do ano de 2012.

Sublinho meu reconhecimento à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** que por meio de bolsas de estudos, concedidas pelo trabalho desenvolvido no projeto citado anteriormente, possibilitou maior acessibilidade às atividades acadêmicas durante estes dois anos de mestrado.

Agradeço imensamente aos demais entrevistados **Duca, Renato, Jacira, Rita** por ter aberto suas experiências no Movimento Estudantil, bem como aos **colaboradores** indiretos. Sem vocês este trabalho jamais seria o mesmo.

Um agradecimento à **Melissa**, então bolsista do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, e também à **Ândria**, secretária do PPGH, pela presteza e empenho em sempre atender as necessidades dos mestrandos.

Me Gustan Los Estudiantes

(Mercedes Sosa)

*Que vivan los estudiantes,
Jardín de nuestra alegría,
Son aves que no se asustan
De animal ni policía.
Y no le asustan las balas
Ni el ladrar de la jauría.
Caramba y zamba la cosa,
Qué viva la astronomía!*

*Me gustan los estudiantes
Que rugen como los vientos
Cuando les meten al oído
Sotanas y regimientos.
Pajarillos libertarios
Igual que los elementos.
Caramba y zamba la cosa,
Qué viva lo experimento!*

*Me gustan los estudiantes
Porque levantan el pecho
Cuando les dicen harina
Sabiéndose que es afrecho.
Y no hacen el sordomudo
Cuando se presente el hecho.
Caramba y zamba la cosa,
El código del derecho!*

*Me gustan los estudiantes
Porque son la levadura
Del pan que saldrá del horno
Con toda su sabrosura.
Para la boca del pobre
Que come con amargura.
Caramba y zamba la cosa,
Viva la literatura!*

*Me gustan los estudiantes
Que marchan sobre las ruinas,
Con las banderas en alto
Pa? toda la estudiantina.
Son químicos y doctores,
Cirujanos y dentistas.
Caramba y zamba la cosa,
Vivan los especialistas!*

*Me gustan los estudiantes
Que con muy clara elocuencia
A la bolsa negra sacra
Le bajó las indulgencias.
Porque, hasta cuándo nos dura
Señores, la penitencia.
Caramba y zamba la cosa,
Qué viva toda la ciencia!
Caramba y zamba la cosa,
Qué viva toda la ciencia!*

RESUMO

O estudo trata das formas de atuações do Movimento Estudantil universitário em Pelotas contra a ditadura civil-militar brasileira, durante o período que abrange o processo de redemocratização política do país (1978 – 1985). Pretendemos compreender a complexidade dos militantes estudantis e as questões que emergiram na agenda política do Movimento, contextualizada ao período de reabertura, o qual mostrou ser a última faceta do governo ditatorial. O Movimento Estudantil, ao longo da ditadura civil-militar brasileira, manifestou-se de diferentes maneiras pelas liberdades democráticas. Assim, consideramos os conceitos de memória e identidade do Movimento Estudantil, como se deram suas ações de luta no cenário da cidade de Pelotas e as relações internas nas universidades em análise (Universidade Federal de Pelotas e Universidade Católica de Pelotas). Por meio de entrevistas realizadas sob a metodologia de História Oral, buscamos verificar a reorganização e as mudanças alcançadas no Movimento Estudantil diante do objetivo de alcançar um novo cenário político e social, no qual obtivessem a possibilidade de discutir questões de ordem diversa, porém atreladas ao ideal de liberdade, tão sufocado durante a repressão ditatorial.

Palavras chave: Movimento Estudantil. História Oral. Pelotas. Redemocratização

ABSTRACT

The study deals with the forms of performances of University Student Movement in Pelotas against civil-military dictatorship in Brazil, during the period covering the political process of democratization of the country (1978-1985). We aim to understand the complexity of student activists and issues that emerged on the political agenda of the Movement, contextualized the reopening period, which proved to be the last facet of dictatorial government. The Student Movement along the Brazilian civil-military dictatorship, has manifested itself in different ways for democratic freedoms. Thus, we consider the concepts of memory and identity of the student movement, as if his actions gave the fight scene in the city of Pelotas and internal relations at universities in analysis (Federal University of Pelotas and Catholic University of Pelotas). Through interviews conducted under the methodology of oral history, we seek to verify the reorganization and changes in the student movement achieved before the goal of reaching a new political and social scenario in which obtain the possibility to discuss issues of a different, but linked to ideal of freedom, so suffocated during the dictatorial repression.

Key words: Student Movement. Oral History. Pelotas. Redemocratization.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	CAPÍTULO I.....	
	DIALOGANDO COM A MEMÓRIA E A IDENTIDADE	8
2.1.	O lugar dos conceitos.....	12
3.	CAPÍTULO II.....	
	O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA CIDADE UNIVERSITÁRIA: OS LOUCOS DE CARA ENSINAM UMA NOVA LIÇÃO À PRINCESA DO SUL	37
3.1.	Das charqueadas à cidade universitária: Pelotas em foco	39
3.2.	UFPel e UCPel: A repressão, a crise, a retomada	45
4.	CAPÍTULO III.....	
	HISTÓRIAS PARA CONTAR: “QUANDO EU SOUBE EU FIZ A HORA, EU NÃO ESPEREI ACONTECER”	73
4.1.	Deu pra ti, ditadura.	107
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
6.	REFERÊNCIAS	121

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo analisar as formas de atuação do Movimento Estudantil universitário na cidade de Pelotas, durante o processo de redemocratização do Brasil, com ênfase em relatos de memória de determinado grupo, o qual diante de um momento de transição política, mostrou-se capaz de organizar-se em diferentes frentes na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e na Universidade Católica de Pelotas (UCPel), a fim de lutar contra a ditadura e por liberdades democráticas.

O recorte temporal desta dissertação se dá a partir do ano de 1978 até 1985, final da ditadura. A escolha do ano de 1978 ocorreu devido a este ano ter findado o Ato Institucional número 5 (AI-5), e com o fim desta implicação extremamente arbitrária, passou a incidir a rearticulação de diferentes movimentos sociais pelo Brasil, como o Movimento Operário e o Movimento Sindicalista e também, o próprio Movimento Estudantil. Outro motivo em optar pelo ano de 1978 está em acreditar que a partir deste ano o processo de redemocratização política no Brasil adquiriu maior força e passaram a ocorrer enfrentamentos expressivos organizados pelo Movimento Estudantil em Pelotas, tanto na UFPel quanto na UCPel.

A escolha do tema considerado consiste, além do interesse pessoal da autora sobre questões que envolvem a ditadura bem como suas especificidades, em uma tentativa de acarretar à historiografia temas avaliados ainda por muitos historiadores como “recentes”, e que para alguns, portanto, seriam mais específicos aos estudos de sociólogos, cientistas políticos, jornalistas e demais profissionais – embora existam relevantes obras escritas por historiadores a respeito do processo de redemocratização no Brasil. Com isso, percebemos uma importante demanda aos estudos de história a consideração de tais temas, a fim de incitar a contribuição do olhar historiográfico ao debate acadêmico.

Percebemos a ditadura civil-militar ocorrida no Brasil entre 1964 e 1985 como um importante capítulo de nossa história política, o qual ainda necessita de vários esclarecimentos. Entre tais esclarecimentos estão, qual o papel efetivo dos seus atores, tanto do lado da repressão quanto de quem lutou contra ela, como

governo brasileiro esteve relacionado com governos de países estrangeiros, quais as ideologias políticas que estavam representadas nesse cenário, dentre outras questões não menos relevantes. Durante anos, a ditadura civil-militar brasileira mostrou ser uma espécie de “quebra-cabeça” para os pesquisadores e demais interessados, no qual muitas peças permaneciam ocultas por diversas razões, como aos interesses políticos daqueles que exerceram poder durante os anos de repressão. Atualmente vivemos um momento com maiores possibilidades nas pesquisas que tangem a ditadura civil-militar brasileira, visto que as implicações da Comissão Nacional da Verdade¹, embora ainda em fase inicial, poderão proporcionar à sociedade maior visibilidade aos fatos ocorridos durante a ditadura.

O conceito de ditadura encontra-se compreendido pela categoria de Estado de Exceção. Para Angelo Del Vecchio, “ao nos referirmos à ditadura moderna, remetemo-nos necessariamente a uma ordem política que se estabelece contra os limites constitucionais impostos ao poder dos governantes” (DEL VECCHIO, 2003, p. 67). A categoria denominada Estado de Exceção está localizada ao oposto a de Estado de Direito, assim, a categoria Estado de Exceção é compreendida por formas políticas que não reconhecem na ordem legal preexistente à sua instituição um elemento de efetiva restrição ao exercício do poder (DEL VECCHIO, 2003). Tal consideração nos torna válida à medida que procuramos estabelecer entendimento a respeito do tema analisado nesta dissertação.

Assim, a característica principal desta dissertação está em perceber as formas de atuação do Movimento Estudantil em Pelotas a partir das especificidades da cidade, a partir de seu conservadorismo marcante, observado na atuação de uma elite política local e na representatividade da Igreja Católica. Contudo, a mesma cidade mostrou-se envolvida em uma atmosfera cultural e juvenil que a possibilitaram um intrigante caráter paradoxal. Além disso, buscamos considerar o contexto social como um todo, envolvido aos aspectos políticos nacionais e internacionais, marcado por rupturas na política externa e transições a partir de planos traçados pelo próprio governo repressor. Entretanto, salientamos que nossa análise se constitui por meio da memória de um determinado grupo que lutou no

¹ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Ver sobre em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>

Movimento Estudantil contra a ditadura em diferentes cursos das universidades UFPel e UCPel.

Com isso, para a presente pesquisa utilizamos a metodologia de história oral, a qual possibilitou-nos dialogar a partir dos relatos disponibilizados por meio de entrevistas de indivíduos que fizeram parte do Movimento Estudantil universitário em Pelotas durante o período de redemocratização. De acordo com Lucilia Delgado, a história oral pode ser definida como um procedimento integrado a uma metodologia que privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada e/ou coletiva (DELGADO, 2006). Desta forma, utilizamos entrevistas temáticas de final aberto, que consiste em direcioná-las para um tema específico, mas encaminhá-las para um final aberto, possibilitando ao entrevistado uma dinâmica e espontânea forma de exposição (MEIHY, 1996). Para melhor estruturação das entrevistas elaboramos um pequeno roteiro abrangendo temas específicos de interesse da pesquisa. Este foi utilizado como uma espécie de guia aos entrevistados, tornando possível atingir nossos objetivos centrais².

A escolha em empregar a metodologia de história oral surgiu por muitos motivos, dentre eles está o fato do período analisado ser relativamente recente (1978 - 1985) e a disponibilidade dos entrevistados, uma vez que muitos, ainda hoje, mantêm contato entre si e, inclusive, realizaram um encontro aberto à comunidade pelotense no ano de 2009 com o objetivo de reconstruir histórias sobre as suas diferentes experiências e vivências a partir de suas atuações no movimento estudantil na cidade, desde o ano de 1978. Outra razão para a utilização de tal metodologia está na história oral possibilitar ao historiador aprofundar o lado humano da fonte histórica.

Segundo Alessandro Portelli, a metodologia de história oral compreende versões do passado relatadas por aqueles que as vivenciaram, desta forma, a história oral orienta-se através da memória. Hobsbawn aponta a importância do

² O roteiro abrange os dados de identificação; informações a respeito da formação acadêmica; a maneira como o entrevistado foi inserido ao movimento estudantil; indagações sobre os grupos e tendências da política estudantil no período; como se dava a relação da universidade com os estudantes; a questão da repressão, aceitação e preconceito; como se dava em as manifestações do movimento; quais eram os sonhos e os ideais para a sociedade; como ocorria a divulgação das ideias; como eram as manifestações culturais; e por último, se há algum arrependimento e se faria tudo outra vez.

registro oral como “a história feita pelo povo”, sendo um enclave que possibilita ao historiador verificar a existência, ou não correspondência entre o que a história estabelece como oficial, direcionando o que deve ser lembrado e o que de fato ficou gravado (MONTENEGRO, 1992).

É importante apresentar, visto que, as entrevistas são uma das fontes prioritárias dessa pesquisa, o conjunto de depoentes que selecionamos e os critérios que elencamos nessa seleção. A primeira baliza foi a de escolher pessoas chaves do Movimento Estudantil de Pelotas, visando à intensa participação destes no período escolhido para o estudo. A seleção dos entrevistados foi facilitada pelos laços pessoais dos mesmos, pois a maioria se conhece de longa data e muitos ainda mantêm certa amizade, o que os levou a repassar o convite aos demais.

Primeiramente, entramos em contato com o professor de Ciência Política da UCPel Renato Della Vechia. Este foi o primeiro a ser contatado devido a sua reconhecida trajetória na organização e mobilização de eventos na temática pesquisada por meio do Instituto Mário Alves³, no qual o entrevistado participa como importante articulador. A entrevista de Della Vechia necessitou ser repetida devido a problemas técnicos em sua gravação, assim a entrevista que utilizamos ao longo da dissertação foi realizada após as demais no dia 21 de maio de 2012, em sua sala na UCPel. Ainda, entrevistamos Maria do Carmo Lessa (Duca)⁴, no dia 4 de agosto de 2011. Duca foi estudante de Jornalismo na UCPel e Direito na UFPel simultaneamente, porém não concluiu nenhum dos dois cursos, atua como fotógrafa e obtém reconhecimento da categoria para atuar como jornalista. A depoente, a fim de auxiliar-nos, ofereceu seu estúdio como ambiente para as entrevistas de Rita Surita e Jacira Porto, as entrevistadas concluíram que o estúdio seria acessível para todas e foi nele que tais entrevistas ocorreram. As entrevistadas, Surita e Porto, foram-nos apresentadas por Lessa, ambas são engenheiras agrônomas e foram colegas de turma no curso de Agronomia na UFPel e militaram juntas em segmentos do Movimento Estudantil. Surita e Porto mostraram-se dispostas, desde o primeiro momento, em participar da pesquisa por meio de seus relatos, o que nos permitiu construir uma rede de depoentes. Entrevistamos Surita em 18 de julho de 2011 e

³ O Instituto Mário Alves constitui-se como um espaço plural, de caráter político-cultural, voltado para a discussão, formação política e produção do conhecimento com base na preservação da história e da memória das lutas populares, visando a transformação social (Fonte: *Blog* Instituto Mário Alves).

⁴ Como a entrevistada solicitou ser nomeada por Duca, sempre nos referiremos a mesma dessa forma.

Porto em 3 de agosto de 2011. Por último, entrevistamos a professora Beatriz Ana Loner, em 12 de novembro de 2012. Beatriz Loner iniciou sua graduação em Economia, porém optou mais tarde por Licenciatura em História, onde acabou se formando. A entrevistada foi estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em Porto Alegre durante os primeiros anos da década de 1970, período caracterizado pela forte repressão ditatorial. Assim, a escolha por entrevistar Loner se deu por meio do objetivo de traçar comparações com nosso objeto de pesquisa, uma vez que a entrevistada havia sido estudante de uma universidade que não faz parte de nosso objeto, em um período anterior a redemocratização e também em outra cidade, na capital do Rio Grande do Sul.

Destacamos que para a presente dissertação consideramos as diferentes formas de história oral debatidas na historiografia. De acordo com Meihy, tal metodologia é além de tudo, fonte, nas formas de história oral híbrida ou história oral pura. A história oral híbrida abrange a utilização de fontes diversas, não apenas de relatos orais. Através da história oral híbrida é possível confirmar ou contradizer as demais fontes utilizadas para a pesquisa, além disso, os relatos poderão conduzir a novas fontes. Conforme Meihy:

No caso da história oral híbrida, preza-se o poder de “conversa”, contatos ou diálogos com outros documentos, sejam iconográficos ou escritos como: historiográficos, filosóficos ou literários. [...] A história oral híbrida tem outro objetivo. Ao relativizar a força única da expressão oral, de maneira quase que natural, exige-se a equiparação dos argumentos derivados de entrevistas com outros emanados de diversas fontes. Nesses casos, o que vale mais é a força temática que tira a força da lógica da construção da narrativa oral (MEIHY, 2007, p. 129 - 130).

A “história oral pura” utiliza como fonte apenas as entrevistas, contudo, tais entrevistas são cruzadas entre si de maneira a promover uma discussão polifônica. Para Meihy, na história oral pura é importante observar a variação das narrativas que dependem de aspectos físicos, sociais e culturais dos colaboradores, porém, em essência, podem manter uma lógica argumentativa comum e coerente em sua constituição (MEIHY, 2007).

Desta forma, nos valem da utilização da metodologia de história oral híbrida, uma vez que a presente pesquisa abrange ainda outras fontes. Dentre estas

estão a documentação arquivada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH – UFPel), no qual encontramos atas e ofícios de reuniões do Diretório Central de Estudantes da UFPel (DCE – UFPel). Entre tais documentações, nos deparamos, por exemplo, com ofícios relacionados à aprovação de eleições diretas para a direção do DCE, datadas no dia 26/10/1978, uma vez que, até então, as eleições ocorriam indiretamente através de um Conselho de Representantes. Foram constatadas também, através das atas, algumas atividades culturais organizadas pelo DCE – UFPel, grande número de material sobre a greve de estudantes da UFPel em 1983, panfletos de origem diversa, convites para assembleias, encontros e atividades em geral organizadas pelo Movimento Estudantil.

Analizamos ainda os jornais dos cursos universitários, principalmente o jornal do curso de Agronomia *O Teodolito*, o qual a análise permitiu diversas considerações abrangentes. Constatamos nos arquivos do NDH - UFPel vários recortes do jornal *Diário da Manhã* tratando de mobilizações do Movimento Estudantil em Pelotas, em diferentes momentos. De acordo com Duca Lessa, o jornal *Diário da Manhã* possuía certa parceria com o Movimento Estudantil, tanto que, para obter divulgação na imprensa sobre as ações organizadas pelos estudantes, os militantes avisavam a redação do jornal para este prestar cobertura, o mesmo não ocorria com outro importante jornal da cidade de Pelotas, o *Diário Popular*, uma vez que este possuía certa ligação com políticos ligados à direita e, conforme a entrevistada, omitia as manifestações do Movimento Estudantil. Evidentemente, já era permitida no Brasil a prévia liberdade de imprensa.

Por meio das fontes selecionadas, objetivamos deixar mais translucido um momento ainda opaco da historiografia. Visto a escassez de trabalhos sobre esse importante período, no qual ocorreram significativos episódios de cunho político e social no Brasil, caracterizado pelo momento de transição política. Dentre estes destacamos o fim do AI-5, o retorno do pluripartidarismo, a campanha pela anistia e o movimento das “Diretas já!”. Percebemos ainda que, sobre a cidade de Pelotas há pouquíssimos trabalhos das décadas de 1970 e 1980 no campo da história, embora exista um número considerável de fontes disponíveis.

A história recente, como os acontecimentos históricos que abrangem o período de redemocratização no Brasil, poderá ser considerada na historiografia como História do Tempo Presente por compreender pesquisas sobre experiências

históricas que ainda não foram resolvidas na atualidade (PADRÓS, 2009). Podemos conferir tal característica aos estudos existentes sobre a ditadura civil-militar brasileira, bem como as demais ditaduras de segurança nacional do cone sul latino-americano das décadas de 1960 a 1980, uma vez que ainda tramitam questões a respeito de tais acontecimentos na atualidade, como levantamentos de depoimentos, acesso a documentos até então mantidos em sigilo, julgamentos, onde alguns levaram a condenações e prisões (como casos na Argentina).

Assim, pretendemos por meio da presente pesquisa elucidar questões a respeito do processo de redemocratização no Brasil, como também alocar a cidade de Pelotas – apesar do conservadorismo e contradições – inserida na reação nacional contra a ditadura e, ainda, despontar o Movimento Estudantil universitário como um importante agente social de mudança diante do conturbado momento político.

Com isso, esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro sob o título *“Dialogando com a memória e a identidade”* busca analisar os conceitos de memória e identidade a partir de nosso objeto de pesquisa. É oportuno enfatizar que a escolha de tais conceitos se deu por considerarmos estes abrangentes aos objetivos e metodologia da presente pesquisa. Por opção, não analisamos o conceito de participação política, pois ponderamos que nossa pesquisa se dê, especialmente, a partir do caráter social que o Movimento Estudantil exerceu na cidade e nas “novas” demandas das agendas de mobilizações, as quais consideravam questões múltiplas, não sendo necessariamente políticas. O segundo capítulo intitulado *“O Movimento Estudantil na cidade universitária: Os loucos de cara ensinam uma nova lição a Princesa do Sul”*⁵, abrange a relação do Movimento Estudantil com a cidade de Pelotas, bem como as questões acerca das universidades UFPel e UCPel diante das atuações do Movimento. O terceiro e último capítulo sob o título *“Histórias para contar: Quando eu soube eu fiz a hora, eu não esperei acontecer”* concentra-se essencialmente nas várias mobilizações do Movimento Estudantil durante o processo de redemocratização, conferidas, sobretudo, a partir das entrevistas analisadas por meio da história oral.

⁵ “Loucos de cara” faz referência à canção do músico pelotense Vitor Ramil de mesmo título, a qual alguns dos militantes, em entrevistas, disseram identificar a letra da música em sua história e mobilizações. “Princesa do Sul” refere-se à Pelotas, sendo este título nacionalmente reconhecido e é atribuído a cidade, em suas origens, desde o século XIX.

2. CAPÍTULO I

DIALOGANDO COM A MEMÓRIA E A IDENTIDADE

Nesse capítulo, pretendemos realizar uma discussão histórico-conceitual, buscando articular os conceitos norteadores deste trabalho. Para esse fim, selecionamos identidade e memória como conceitos fundamentais, pois dialogam tanto com a pesquisa quanto com o momento histórico de abrangência da mesma. Logicamente, temos como foco prioritário os estudantes pelotenses no cenário da reabertura política brasileira (1978 -1985).

É interessante historiar que entre os movimentos sociais do século XX - como o sindical, metalúrgico e do ABC Paulista - que, em diferentes momentos de nossa história, se manifestaram a favor da liberdade e dos direitos humanos, está o Movimento Estudantil. Durante a ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985) diversos grupos estudantis, universitários e secundaristas, mantiveram-se contra o governo ditatorial, mesmo nos períodos de maior repressão política. De acordo com Martins Filho, os estudantes organizaram-se em escala nacional e mostraram-se capazes de superar mais rapidamente que os outros movimentos sociais o choque causado pela mudança do regime político (MARTINS FILHO, 1987).

Ampliando essa afirmação, consideramos que podemos qualificá-la dividindo e analisando as diferenciadas formas de atuação do Movimento Estudantil. Assim, percebemos que as formas de ação desta categoria social durante os vinte e um anos de ditadura civil-militar no Brasil poderão ser compartimentadas – grosso modo e ressaltando que há permanências⁶ – em três momentos distintos, aos quais decorreremos ao longo deste capítulo.

⁶ Alguns grupos de estudantes identificados com a “direita” nunca foram molestados e puderam exercer suas atividades “livremente”.

Constatamos que há um número considerável de obras tratando da primeira fase, 1964 – 1968. O ano de 1968 é aclamado historiograficamente como o ano dos protestos estudantis em todo o mundo, e no Brasil é caracterizado pelo confronto físico e simbólico entre o Movimento Estudantil e ditadura civil-militar (VALLE, 1999). No entanto, quanto à atuação e militância do Movimento Estudantil nos últimos anos de ditadura, persiste ainda uma considerável lacuna na historiografia, sendo incoerente utilizar as mesmas leituras da década de 1960 para o Movimento Estudantil do final de 1970. Durante o período de reabertura política, o Movimento Estudantil tornou-se capaz de realizar sua rearticulação, bem como de retomar as ações de suas organizações, passando a desempenhar um importante papel na luta pela redemocratização do país. Ainda, é nesta fase que o Movimento Estudantil atinge novas questões e demandas em sua agenda, questões estas de ordem diversa, ampliando o âmbito político e atingindo aspectos gerais, como meio ambiente e comportamento social. Essas novas agendas são visíveis na fala de nossos entrevistados, ou seja, a noção de Movimento Estudantil da redemocratização diferente ao da década de 1960.

Uma questão que enfrentamos é a escala da repressão, pois, apesar do Brasil encontrar-se ainda submerso a repressão ditatorial no fim da década de 1970, houve “certa diminuição de intensidade” dos métodos de coação utilizados pelo governo. Assim, podemos considerar que os grandes riscos enfrentados por aqueles que ousaram combater a ditadura no Brasil no final da década de 1960 até metade da década de 1970 foram sendo progressivamente atenuados. Com o desgaste da ditadura civil-militar, devido a questões econômicas externas e, evidentemente, com o fim do AI-5, os estudantes passaram a encontrar maior respaldo em sua defesa, por meio de advogados disponíveis, fim da censura à imprensa e uma sociedade em geral mais atuante. Apesar do novo quadro de pequena abertura política, ainda havia repressão política, contudo, esta em menor intensidade do que anteriormente. Sobre esse momento histórico é notável destacar que a reabertura política ocorreu aos poucos, em etapas e com o governo tentando manter o controle no processo de abertura. No entanto, conforme Aloísio Ruscheinsky, no interior da disputa política, a contenção das formas de resistência e da contestação do regime autoritário tornou-se gradualmente insustentável. Lentamente, a via política ditatorial sobre a sociedade foi esgotando-se, proporcionando o crescimento dos debates em torno do retorno do Estado de Direito, anistia, direitos humanos, reformulação partidária e

mobilizações sociais (RUSCHEINSKY, 1999). Aspectos que aprofundaremos no capítulo III dessa dissertação.

Essa exposição é necessária na medida em que demonstra a crise como fator de maior legitimidade e apoio ao Movimento Estudantil, o que seguramente também ocorria em Pelotas. É possível observar esta questão na fala de Rita Surita, em sua entrevista, de forma leve e descontraída, ao relembrar de alguns momentos do episódio de uma mobilização dos estudantes na Avenida Bento Gonçalves⁷ em Pelotas, onde resultou em prisões de parte dos estudantes do grupo manifestante. Entretanto, havia respaldo na defesa, pois já haviam advogados na delegacia a fim de libertar os estudantes:

A única vez que prenderam o nosso pessoal assim, nós tínhamos atravessado a rua pra ir fazer um lanche e quando voltamos, prenderam todo mundo (*risos*). Mas aí conseguimos, tinham alguns advogados, sempre tinha o pessoal meio que de plantão e tiramos o pessoal logo, logo, mas a gente tava pichando justamente por questão de eleições livres, mas no momento estávamos pichando no chão, depois assim, a gente teve... Isso foi no início né, tínhamos sempre a luta por melhoria e por liberdade, por questão das eleições e por qualidade de ensino, as questões sociais como também as questões próprias do Movimento. A gente ia a congressos na época, era da FEAG, era a Federação de Estudantes de Agronomia, e em nível nacional era bem combativa, já fazia eventos, que foram proibidos e a gente conseguia se reunir e aí batiam e tinha que dispersar todo mundo, essa coisa era bem complicada na época. (*grifo nosso*)

A riqueza desta pesquisa, encontra-se justamente na análise desse novo quadro político e social ao qual se insere novas questões que passaram a integrar as pautas do Movimento Estudantil. Detalhando um pouco essa conjuntura têm-se a questão de gênero como pauta feminina de luta e liberação sexual, questões voltadas para o meio ambiente aproximando-se dos *Verdes*, então em estruturação na Europa e, em menor escala, discussões a cerca da inclusão dos negros na universidade. Parece que pautas desenvolvidas em nível mundial, sobretudo após o Maio de 1968, ficam mais evidentes entre os discursos dos estudantes pelotenses. A

⁷ Movimentada avenida da cidade de Pelotas. Através das entrevistas, podemos perceber que era na Avenida Bento Gonçalves que corriqueiramente aconteciam manifestações do Movimento Estudantil.

questão da chamada “Revolução Verde”⁸, possibilitou pautas de luta ao Movimento Estudantil, observada principalmente entre os estudantes do curso de Agronomia da UFPel. É possível perceber que a luta por questões ambientais estava intrinsecamente presente no Movimento Estudantil daqueles anos. Segundo Jacira Porto, tal questão era encabeçada, principalmente pelo grupo *Mutirão*⁹, o qual era formado por estudantes do curso de Agronomia:

O Mutirão a gente tinha reuniões, nós tínhamos uma luta muito grande dentro da agronomia que era a questão da agricultura alternativa, que dentro do meu curso a questão das multinacionais né, na época nós tivemos o projeto que instituiu a extensão rural e a pesquisa, que era um projeto de invasão cultural na entrada de sementes melhoradas, então tinha todo um grupo, toda uma forma de produzir que era importada, a onde tu quebrou a lógica do conhecimento popular dos agricultores e começou a dizer que os agricultores tinham que usar sementes híbridas, que tinham que usar veneno, então toda aquela inversão de uma agricultura tradicional por uma agricultura mecanizada, uma agricultura com muito veneno, né. E que naquela época a gente já se opunha, era os grandes escudos que a gente tinha, a questão do lixo, na época nós não chamávamos de agroecologia, a gente falava em agricultura alternativa, qualquer coisa que se contrapunha ao modelo aquele que tava sendo instituído, a Revolução Verde, era essa a palavra que me faltou. A Revolução Verde foi que trouxe toda essa invasão aí, toda essa exploração, o desgaste do solo e o empobrecimento dos agricultores.

É importante destacar que tais temas passaram a ser encarados como pautas de luta ainda no período de repressão ditatorial, mesmo em um momento de reabertura política. É possível destacar que a complexidade do estudo do respectivo período está justamente, na transição política, e, ainda, na transição dos modelos sociais vigentes. Contudo, acreditamos que seja extremamente necessária a distinção entre Movimento Estudantil em 1968 e Movimento Estudantil em 1978. Desta forma, direcionamos nossa análise neste sentido de diferenciação, nosso

⁸ Refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção alimentícia em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. Trata-se de um programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do “melhoramento genético” de sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes geneticamente melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização, produção em massa de produtos homogênicos e diminuição do custo de trabalho. Também está relacionado à Revolução Verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção.

⁹ Grupo do Movimento Estudantil formado essencialmente por estudantes do curso de Agronomia da UFPel. Tal assunto será mais bem explorado no capítulo III.

maior desafio está em tipificar o significado das mudanças para o próprio Movimento. Enfrentamos também, o fato, que a presente pesquisa concentra-se na cidade de Pelotas. Tal escolha justifica-se por Pelotas apresentar características paradoxais e, assim, estimular questionamentos, conforme veremos no segundo capítulo. Passamos agora a discutir o marco metodológico e conceitual que trabalharemos.

2.1. O lugar dos conceitos

A fim de aprofundar a análise a respeito da nova agenda do movimento estudantil, utilizaremos alguns conceitos teóricos para dialogar de forma mais profícua com nosso objeto de pesquisa. Deste modo, o presente capítulo abordará os conceitos de identidade e memória. Uma vez que os estudantes pelotenses eram formados por vários grupos que partilhavam de sentimentos de pertença, primeiramente, convêm discutir o conceito de identidade e como o utilizaremos nesse trabalho.

O conceito de identidade vem sendo cada vez mais debatido na historiografia. Trata-se de uma discussão densa, porém necessária e atual, visto a significativa presença deste conceito em diferentes estudos da historiografia recente, demonstrando a sua complexidade. De acordo com Kathryn Woodward, a identidade é marcada pela similaridade, ou seja, pela própria identificação, bem como, ainda, pela diferença em analogia ao outro. Para a autora, identidade e diferença só podem ser compreendidas uma em relação à outra, assim, identidade depende da diferença e diferença depende da identidade, sendo ambas inseparáveis. Conforme Woodward, a identidade marcada pela diferença possui símbolos concretos que auxiliam na identificação das relações sociais como, por exemplo, quem é mulher e quem não é. Desta forma, a construção da identidade é tanto social quanto simbólica (WOODWARD, 2009).

Identidade e diferença podem estar relacionadas ao Movimento Estudantil do pós 1978 internamente e externamente. Externamente no que se refere àqueles que não fazem parte do Movimento Estudantil, ou seja, aos demais universitários, e que assim, tornam-se diferentes, e internamente, pois, como todo o movimento

social, o Movimento Estudantil não possui um caráter homogêneo, sendo formado por diferentes grupos e tendências políticas diferenciadas internamente (SILVA, 2009). Esta consideração permite-nos observar por variados ângulos as relações existentes a partir do Movimento Estudantil universitário de Pelotas, ou seja, entre os militantes e os demais estudantes e entre os próprios grupos de militantes. Ainda podemos conferir a existência de estudantes que militavam em favor do governo vigente. Estes eram considerados pelos que lutavam contra a ditadura como reacionários, havendo disputas significativas dentro das universidades. À exemplo, o próprio presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE) era indicado pelo Reitor da universidade.

A diversidade existente entre os estudantes nas próprias universidades era visível, bem como, a mudança do cenário político que possibilitava a co-existência de dois DCEs¹⁰, algo impensável na década de 1960 em Pelotas. E, como trabalhamos prioritariamente com a memória de um grupo específico que militou na cidade em apreço, tomamos o cuidado em não generalizar as afirmações.

De acordo com Maria de Lourdes Fávero, a diversidade entre os estudantes universitários ocorre devido estes constituírem um grupo bastante eclético e contraditório. Para a autora, os universitários não formam uma composição homogênea, uma vez que, estes são oriundos de distintas camadas sociais, podendo defender interesses comuns ou divergentes; ainda, mostram-se contraditórios, pois apresentam, em diferentes momentos, orientações e posições elitistas de um lado e comprometidas com interesses e necessidades mais amplas da sociedade de outro (FÁVERO, 1994). Ao menos, em nosso objeto, percebemos algumas questões que motivavam uma agenda em comum independente de ideologia, como por exemplo, o aumento de vagas para as universidades. Também melhorias no transporte urbano utilizado pelos estudantes, questões relacionadas ao Restaurante Universitário (RU) e alimentação, bem como avanços nas próprias universidades analisadas¹¹. Frente a essas questões podemos falar de identidade estudantil focando alguns momentos da ação dos universitários em Pelotas.

¹⁰ A configuração dos dois DCE's paralelamente na UFPel será analisada no capítulo III dessa dissertação.

¹¹ Vide atas / Arquivos DCE - UFPel do Núcleo de Documentação Histórica – UFPel.

A identidade pode também ser analisada nas organizações das agremiações políticas dos estudantes que militavam contra a ditadura. Tais organizações possuíam um perfil multifacetário durante o período de redemocratização política no Brasil. Tratava-se de organizações estudantis semiclandestinas, que em um momento de indefinição política como o momento de reabertura, adquiriam importância para a reorganização da oposição no país. Estes grupos possuíam características muito particulares, embora lutassem basicamente pela mesma causa. Muitas vezes, tais grupos possuíam vida efêmera, surgiam e desapareciam rapidamente e, ainda, poderiam fundir-se em tendências maiores e mais organizadas ou, seguidamente, diluíam-se em dissidências, formando novos grupos. Contudo, algumas destas organizações foram muito atuantes em diferentes momentos da ditadura civil militar, principalmente no período de redemocratização.

Desta forma, percebemos na análise das fontes, o Movimento Estudantil como uma mobilização capaz de possuir diferentes tendências políticas e, ao mesmo tempo, lutar por causas comuns. Seria um equívoco considerar o Movimento Estudantil algo estanque e fechado ou apenas uma mobilização contrária à ditadura civil-militar sem variadas particularidades. Assim, conforme Martins Filho torna-se impossível conferir ao Movimento Estudantil um caráter imutável e invariável. Com isto, de acordo com o autor, o Movimento Estudantil universitário brasileiro se define com uma noção, sobretudo prática, ou seja, por meio de suas ações (MARTINS FILHO, 1987).

As identidades, de uma forma geral, não são rígidas nem imutáveis. Para Boaventura de Sousa Santos, as identidades são resultados sempre transitórios dos processos de identificação, ou, como bem colocado pelo autor, são identificações em curso. Mais uma vez, salienta-se a questão da diferença. Boaventura percebe estas identificações sendo dominadas pela diferença e pelo o que o autor chama de “hierarquia das distinções” (SANTOS, 1997). Percebemos tal aspecto mencionado pelo autor na dinâmica do Movimento Estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização.

Partindo da ideia de que identidades não são imutáveis e sim resultados transitórios, sujeitas a sofrerem mudanças e rupturas, podemos nos perguntar como são formadas as identidades. Para Michel Pollack, identidades consistem em fenômenos construídos por meio de referências a outros, ou seja, através de

“trocas”. Estas “trocas” estão em alusões a critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. De acordo com Pollack, assim como a memória, a identidade pode ser negociada, e não são fenômenos que devem ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo, uma vez que estão em constante desenvolvimento e transformação (POLLACK, 1992).

Em relação ao caráter mutável das identidades, o final do século XX foi um momento de intensas transformações nas próprias identidades. Transformações estas vivenciadas e exercidas também pelos jovens universitários das décadas de 1970 e 1980. Segundo Stuart Hall, há significativas considerações a cerca deste momento histórico, no qual emergem as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, o feminismo, as lutas pelos direitos civis e os movimentos revolucionários de países ditos do “terceiro mundo”, como o Brasil. Assim, sobre estes movimentos, o autor aponta:

Esses movimentos se opunham tanto a política liberal capitalista do Ocidente quanto à política “estalinista” do Oriente; eles afirmavam tanto as dimensões subjetivas quanto as dimensões objetivas da política; eles suspeitavam de todas as formas burocráticas de organização e favoreciam a espontaneidade e os atos de vontade política; como argumentado anteriormente, todos esses movimentos tinham uma ênfase e uma forma cultural forte; eles abraçaram o “teatro” da revolução; eles refletiam o enfraquecimento ou o fim da classe política e das organizações políticas de massa com ela associadas, bem como sua fragmentação em vários e separados movimentos sociais (HALL, 2003, p. 44).

Após traçar um breve perfil dos movimentos sociais da modernidade tardia, Stuart Hall salienta que cada movimento apelava para a identidade de seus sustentadores. Assim, “o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante” (HALL, 2003, p. 45). Com isto, o autor conclui que este fenômeno constituiu o nascimento histórico do que é conhecido como política de identidade, ou seja, uma identidade para cada movimento.

Hall observa nos movimentos sociais do final do século XX uma significativa mudança se comparado ao período anterior. Para o autor estas mudanças ocorrem devido ao contexto político social, favorecendo as alterações nos aspectos relacionados à identidade. É nesse contexto que o sujeito passa a sofrer sucessivas rupturas, assim: “o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado” (HALL, 2003, p. 12). Neste sentido, o autor aponta que o sujeito pós-moderno será composto não de apenas uma identidade fixa, mas de várias identidades diversificadas e até mesmo contraditórias:

O sujeito assume identidade diferentes em diferentes momentos que não são unificados ao redor de um eu coerente, dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas; se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (HALL, 2003, p. 13).

Ao relacionar as análises de Stuart Hall ao objeto de pesquisa, vemos que a identidade multifacetada dos pelotenses se interligava aos movimentos feministas, raciais ou ambientais. Ainda, realizavam reivindicações por mudanças de comportamento social e por liberdade sexual, a fim de romper com tabus em uma sociedade conservadora e reprimida por um regime político ditatorial. Os movimentos juvenis do final do século XX estavam inseridos em um novo contexto, no qual a ideia central deixa de ser substancialmente política partidária e passam a abarcar questões de cunho pessoal e de repressão individual, resultado em novas agendas, que os pelotenses também debatiam.

Contudo, apesar da pertinência das considerações apresentadas por Stuart Hall, apontamos nossa crítica ao observar que o Movimento Estudantil do período de redemocratização apelava para diferentes identidades, podendo estar vinculadas a um ou mais sujeitos. Essa é a característica que torna o Movimento Estudantil desse período complexo e repleto de singularidades. Com isso, o Movimento Estudantil – ao menos parte dele, denominado por muitos como “de esquerda” – englobava diversificadas pautas de luta, inseridas em um ideal comum: o fim da ditadura civil-

militar no Brasil. Entretanto, é notável destacar que – como já foi anteriormente mencionado – identidades não são fixas, são múltiplas e mutáveis, podendo possuir diversificações. Por exemplo, sou mulher, logo, luto por causas feministas, ao mesmo tempo, sou universitária e com isso, melhorias na universidade interessam-me, ou ainda, simultaneamente, posso solidarizar-me por causas ambientais, raciais e sexuais. Portanto percebemos que, neste período, um grande leque de possibilidades abriu-se em meio a um contexto ainda de repressão política no Brasil.

As novas demandas inseridas ao Movimento Estudantil em Pelotas durante o processo de redemocratização foram apontadas, diversas vezes, pelos entrevistados como uma das principais características do movimento naquele momento. Dentre essas novas demandas, Jacira Porto assinalou: a questão dos agricultores, do acesso a terra, questões pertinentes aos índios, ao meio ambiente e outras questões ligadas ao próprio relacionamento entre estudantes e professores e, ainda, questões competentes à ditadura civil militar, como a liberdade aos presos políticos:

Nós queríamos uma sociedade que enxergasse que a sociedade era diversa, já na época tinha a questão dos agricultores, a questão dos índios, a agronomia mesmo tinha todo um trabalho em relação à questão dos índios que depois de muitos anos, agora, ele volta a aparecer. Na época então, o trabalho da fotografia, tudo expressava essas coisas assim, a questão dos colegas presos, pela libertação de presos políticos, a imprensa, a questão da censura, isso tudo fazia parte da sociedade que a gente queria, uma sociedade com possibilidade de expressão, uma sociedade que pudesse ser inclusiva, que pudesse trazer um novo momento para o Brasil que não foi, um Brasil que fosse protagonista do seu próprio desenvolvimento, tudo que a gente queria. [...] a gente já tinha essa visão de sustentabilidade. [...] Subversão era tudo! Era quebrar o modelo de sociedade, tudo que alterava a condição que estava, que tirava vantagens financeiras de mercado de alguns poucos que tavam de donos né. Então essa questão ambiental aí, bah. Fazer composto orgânico... “bah vai ter um composto orgânico dentro da faculdade”, era uma coisa! Um cara era considerado um doido! Porque pegava material orgânico, pra fazer adubo pra botar nas árvores, hoje é um negócio que todo mundo separa lixo orgânico do outro lixo, mas na época foi uma contravenção era considerado maluco.

A fala apresentada por Porto acarreta-nos relevantes considerações a cerca dos objetivos do Movimento Estudantil no dado período. Observamos que a mudança social era um dos maiores anseios deste movimento, uma vez que, estava sendo tratada como pauta de ações coletivas a questão da diversidade étnico-cultural na sociedade. Utilizando-se de meios diversos, o Movimento Estudantil procurou realizar suas reivindicações políticas, como, por exemplo, a libertação de presos políticos, pauta que estava inserida em diversos movimentos sociais contra a ditadura. Segundo a entrevistada, independentemente da questão, as mobilizações organizadas pelo Movimento Estudantil eram tratadas pelas autoridades repressoras como subversão, por abordarem temas contrários à ordem estabelecida pelo sistema autoritário. Assim, percebemos que o Movimento Estudantil de Pelotas carregava temas de luta que estavam sendo debatidos mundialmente, justamente por tratar-se de questões de vanguarda naqueles anos.

Ainda no âmbito da análise em relação ao conceito de identidade, Tomás Silva apresenta considerações pertinentes sobre os “campos sociais” de Pierre Bourdieu. Para Tomás Silva, estes “campos sociais” são espaços onde as identidades são exercidas. A universidade talvez possa ser considerada um “campo social” de onde se valem os recursos simbólicos e o poder de escolha e submissão dos sujeitos, em graus variados:

Os indivíduos vivem no interior de um grande número de diferentes instituições, que constituem aquilo que Pierre Bourdieu chama de “campos sociais”, tais como as famílias, os grupos de colegas, as instituições educacionais, os grupos de trabalho ou partidos políticos. Nós participamos dessas instituições ou “campos sociais”, exercendo graus variados de escolha e autonomia, mas cada um deles tem um contexto material e, na verdade, um espaço e um lugar, bem como um conjunto de recursos simbólicos (SILVA, 2009, p. 30).

De acordo com Regina Maria Marteleto, a noção de campo social de Bourdieu está associada às subdivisões do contexto cultural mais amplo. Para a autora, os diferentes campos existentes em uma dada formação cultural gozam de relativa autonomia na sua maneira de funcionar e existir. Ou seja, tornam-se instituições em que os agentes desenvolvem suas ações como atividades regidas por regras válidas para cada campo, especificamente (MARTELETO, 1995).

Segundo André Luis Correa da Silva, existem algumas condições, conforme Bourdieu, necessárias para a existência de um campo social. São estas:

O fato de que existam interesses específicos que sejam irreduzíveis; o *campo* tem regras e leis de funcionamento e indivíduos dispostos a aceitá-las e com capacidade de compreendê-las; o *campo* se define pela quantidade do capital disponível e pelo estado de luta impresso na disputa por esse capital; os agentes desse campo tem um interesse em comum, o da existência do próprio *campo* (SILVA, 2012, p. 24).

Podemos apontar a universidade como um campo social à medida que esta funciona a partir de suas próprias regras, onde os sujeitos inseridos nela se submetem a tais. Sobre o papel da universidade diante do contexto repressor da ditadura, Jacira Porto analisa que, neste momento, a UFPel submeteu-se a obedecer ao Estado, pois com o Decreto 477/69 foi proclamado o fim do livre pensamento nas universidades e bancos escolares (SILVA FILHO, 2009). Para Jacira Porto, durante seus anos de graduação, a UFPel, bem como seu corpo docente, limitava a atuação dos estudantes. De acordo com a entrevistada, era impossível contrapor aos professores dentro de sala de aula. Desse modo, paralelamente aos estudos das disciplinas, os estudantes procuravam informações sobre as questões estudadas organizando palestras com pessoas de fora da Universidade com opiniões e propostas diversificadas, a fim de adquirir conhecimento através de relatos de experiências:

Na Universidade não podia se discutir isso¹², então nós tínhamos um grupo paralelo que era um grupo que trazia palestrantes, [...] esse pessoal que trazia informações de experiências de outros lugares que tava acontecendo, e que se contrapunham aos professores, os mestres, os doutores, os... na época tinha professores que era... era aquela coisa, professor era um ser superior dentro da Universidade, não era possível tu te contrapor dele, a ele, dentro da sala de aula, então tudo era paralelo, era fora da sala de aula, isso tudo aí, então fazia uma reuniãozinha numa salinha pequeninha, com uns cem, então enchia, não cabia todo mundo, uns ficavam lá fora pra ouvir o que aquele cara trazia pra nós tentar a nossa luta.

¹² A entrevistada se refere a questões relacionadas a agroecologia.

Segundo Martins Filho, a categoria social dos estudantes perdeu o seu caráter elitista na década de 1960. Isto devido à abertura da universidade aos setores médios da sociedade e o surgimento de uma corrente política que serviu como canal de introdução de setores importantes dos estudantes, tanto secundários como universitários, no campo da política, a partir dos anos 1950 (MARTINS FILHO, 1987). Tal fato poderia estar relacionado à razão dos estudantes, diante de um contexto de repressão política, articularem-se, ansiando por mudanças sociais. No caso de Pelotas a realidade era mais complexa, uma vez que um setor expressivo da sociedade ainda era oriundo dessa elite.

Dentre as mudanças almeçadas pelo Movimento Estudantil estava a Reforma Universitária. Conforme Samir Pérez Mortada, a principal crítica daqueles que defendiam a Reforma Universitária nas décadas de 1960 e 1970, estava no fato do ensino superior não representar, muito além de uma junção fictícia, as antigas escolas superiores. Para os estudantes reformistas, não havia espaço para a pesquisa, produção de conhecimento, e menos ainda para o pensamento científico com os problemas sociais do país. Era necessariamente urgente desvincular as Universidades brasileiras dos antigos modelos de escola superior, a qual reproduzia o ensino importado dos centros de excelência estrangeiros, objetivando a formação de uma elite profissional e intelectual restrita (MORTADA, 2009).

Também se torna necessário destacar os acordos MEC-USAID¹³, os quais implicaram na reprodução dos padrões norte americano nas universidades brasileiras. Embora tenha ocorrido o aumento da produção científica durante o período ditatorial, esta se orientou nos aspectos quantitativos. Para Mortada, os cursos de ciências humanas foram os mais prejudicados com os acordos MEC-USAID, uma vez que estes tiveram de ajustar-se aos padrões vigentes das áreas de ciências exatas e biológicas. Ainda, segundo o autor: “extensão universitária, carro chefe da proposta progressista, tornou-se o menor dos pilares no tripé institucional. A universidade modernizada, sob o manto da neutralidade, permaneceu alheia aos problemas centrais do país” (MORTADA, 2009, s/p). Questões relacionadas à

¹³ Os acordos MEC-USAID foram estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) e *United States Agency for International Development* (USAID) e objetivavam realizar uma reforma no ensino brasileiro. A principal crítica a tal acordo estava na ingerência dos Estados Unidos nos assuntos relacionados à educação do Brasil.

Reforma Universitária e aos acordos MEC-USAID serão analisadas em maior profundidade no capítulo II desta dissertação.

O final do século XX - a partir dos anos 1950 - foi, sem dúvida, o período no qual houve maiores mudanças de modo rápido no comportamento social dos indivíduos do mundo ocidental. Fatos como a Guerra Fria, e suas consequências políticas e sociais repercutindo em todo o mundo, possibilitaram significativas alterações no pensamento e comportamento dos indivíduos, bem como no sentido de auto-percepção e visão de mundo. Questões como, etnia, nacionalidade, gênero e sexualidade, passaram a ser discutidas e manifestadas de maneira intensa e politizada. Estas novas questões irão implicar em novas demandas sociais que, somadas ao contexto político do mundo bipolarizado, irão repercutir nos chamados “novos movimentos sociais”.

De acordo com Hobsbawm, o número de mulheres no ensino superior aumentou significativamente a partir dos anos 1950. Ainda, é a partir da década de 1960 que ocorre o florescimento do movimento feminista, principalmente nos países ocidentais. Questões como a entrada da mulher no mercado de trabalho, o uso da pílula anticoncepcional e o divórcio, foram fatores que geraram uma verdadeira revolução na vida das mulheres, não apenas no âmbito privado como também no público. Para o autor, o feminismo típico dos anos 1960 atingia, principalmente, as mulheres de classe média, trabalhadoras de profissões liberais, intelectuais e estudantes, repercutindo na liberação feminina:

Nos países desenvolvidos, o feminismo de classe média, ou o movimento de mulheres educadas ou intelectuais, alargou-se numa espécie de sensação genérica que chegara a hora da liberação feminina, ou pelo menos da autoafirmação das mulheres. Isso se dava porque o feminismo específico de classe média inicial, embora às vezes não diretamente relevante para os interesses do resto do grupo feminino ocidental, suscitava questões se tornaram urgentes à medida que a convenção social que esboçamos gerava uma profunda, e muitas vezes súbita, revolução moral e cultural, uma dramática transformação das convenções de comportamento social e pessoal. As mulheres foram cruciais nessa revolução cultural, que girou em torno das mudanças na família tradicional e nas atividades domésticas – e nelas encontraram expressão – de que as mulheres sempre tinham sido elemento central (HOBBSAWM, 1995, p. 313).

É possível observar a questão da liberação feminina, assim como da luta por liberdade sexual, dentre as pautas do Movimento Estudantil. Trata-se de uma questão extremamente importante para compreendermos a dimensão que atingia as reivindicações do Movimento Estudantil, especificamente neste momento de transição política e mudanças de paradigmas sociais. As entrevistadas Duca Lessa e Jacira Porto apontam tais questões vivenciadas por elas naqueles anos. Segundo as entrevistadas, as mulheres militantes do Movimento Estudantil foram estigmatizadas pela sociedade e sofriam uma série de preconceitos. De acordo com Duca e Porto, a luta por igualdade sexual se materializou nas universidades com o protesto organizado pelo Movimento Estudantil para a permissão de moradia feminina na Casa do Estudante Universitário da UFPel (CEU-UFPel), a qual até o início da década de 1980, era permitida apenas aos universitários do sexo masculino¹⁴.

Jacira Porto: A luta das mulheres na casa do estudante, também houve uma ocupação da casa do estudante pra que as mulheres pudessem vir morar na casa, porque era só os homens. Mulheres ou tinham dinheiro pro paizinho pagar uma pensão, ou...

Duca Lessa: Porque era uma baita discriminação contra a mulher, que a mulher ficava morando com os pais, sem estudo, sem nada e os caras voltavam pras terras deles e tinham que casar com as mulheres que ficavam esperando por eles lá né. Elas não tinham acesso ao estudo, já tavam encomendadas... Parecia aquelas coisas encomendadas (*risos*). Na casa do estudante as mulheres não entravam nem na porta, na portaria, não podia.

Jacira Porto: Então nós éramos o quê: putas, por que nós andávamos pela rua, andávamos com aquele monte de homem, na época era uma ou outra mulher e um monte de homem Duca! E nós andávamos no meio deles. A ideia é que nós era puta, subversiva, louca, drogada, e isso fazia parte do que eles viam em nós, do preconceito e a mudança era isso, era a abertura total. A Duca tirava foto pelada! Bah Deus nos livre! (*risos*) Modelo fotográfica! Maravilhosa lá, lindona, exposta... Naquela época mesmo, sexo era tabu, nós não podíamos discutir sexo, por isso que eu digo, a questão cultural colaborou muito pra mudar a mentalidade banalizar as coisas que, mesmo sendo essa geração pós hippie, pós não sei o quê que nós já éramos, já tava mais distancionada que a geração anterior né, mas havia muito preconceito. E uma cidade de interior, que recebia muita gente do interior, mais ainda, já não era capital... Então a gente tinha que fazer todo um movimento musical, teatral, fazíamos as calouradas, que tinham os nossos artistas maravilhosos, ali no Sete de Abril. (*grifo nosso*).

¹⁴ A referente entrevista estava sendo realizada com Jacira Porto no Studio fotográfico de Duca Lessa, no entanto, nesse momento Duca participou da conversa recordando alguns pontos juntamente com Jacira, tornando a entrevista ainda mais enriquecedora.

Por meio da fala das entrevistadas percebe-se que a questão de gênero é uma das identidades em conflito no universo estudantil pelotense, bem como, propriamente a discussão sobre sexo por meio do Movimento Estudantil durante a ditadura civil-militar em seu contexto de repressão, aliado ao próprio conservadorismo da sociedade nos anos 1970 e 1980, acarretava às mulheres militantes um determinado estigma. Estas, de acordo com Jacira, eram vistas como “putas”, justamente por estarem inseridas em algo que por muito tempo pertenceu ao universo masculino: a política. Ainda, é interessante notar que o uso da expressão “drogada/o” para referirem-se não só as mulheres, mas muitas vezes também aos homens do Movimento Estudantil, fez parte do estigma daqueles que viam na manifestação política uma alternativa para combater o conservadorismo da sociedade, bem como a própria repressão do Estado e modificar o sistema político ditatorial vigente.

Sobre as mudanças em relação ao papel da mulher na sociedade brasileira, o movimento feminista incutiu, desde os anos 1960, passando pelos 1970 e 1980, expressiva influência na mudança de comportamento feminino e na luta por igualdade de direitos entre os sexos. O movimento feminista durante esses anos, além de recusar padrões sexuais pré-estabelecidos, contrapôs ainda ao modelo familiar patriarcal e padrões de comportamento feminino de uma maneira geral. O feminismo no Brasil encontrava-se vinculado a outros movimentos populares além do estudantil. De acordo com Cauê Kruger, alguns grupos tornaram-se marco significativo para o desdobramento do movimento feminista, principalmente na década de 80, tais como: “Brasil Mulher, Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, em São Paulo, além do Centro Brasileiro da Mulher e o Coletivo Feminista do Rio de Janeiro” (KRUGER, s / d, p. 7). Na memória dos depoentes essa questão é muito significativa, como será observará no capítulo III dessa dissertação.

Os anseios do Movimento Estudantil ao contrapor o governo ditatorial, bem como ao inserir em sua demanda novas pautas que passaram a emergir nesse momento de indefinição política, tornaram-se capazes de formar uma identidade específica ao Movimento Estudantil do período de redemocratização. Como podemos observar, a identidade é uma construção social, integrando uma relação dialógica entre eu e o outro. Nesse sentido, consideramos oportuno analisar a fala de Duca Lessa em sua entrevista, ao transcorrer a respeito de como o Movimento

Estudantil contra a ditadura era visto nas universidades pelos demais estudantes, bem como pela sociedade em geral. De acordo com a entrevistada, havia um preconceito em relação à aparência dos militantes de oposição ao governo do Movimento Estudantil. Esta, muitas vezes, também era utilizada como uma espécie de registro da identidade daquele Movimento, refletindo seus ideais políticos e sua postura de enfrentamento:

Eles nos achavam todos malucos né, malucos beleza, eles nos achavam a gente... Nossa aparência de *hippie*, meio desarrumados, o cabelo meio desajeitado, achavam que a gente devia ser drogados, todos, porque a gente era alternativo, então a droga faz parte né. Mas graças a Deus, todos nós, mostramos o que fizemos e pra que viemos né [...] a gente não tinha medo de nada, a gente fazia greve, parava ônibus, fazia muralha humana, “ah, vamo ataca esse ônibus!”, ficava todo mundo de braço, um agarrado no outro e ninguém passava, e não tinha ônibus que saísse de garagem [...]

Além da questão da suposta identidade do Movimento Estudantil contra a ditadura estar relacionada à aparência desses militantes, a ideia do uso de drogas – como já mencionado anteriormente – estava intrínseca ao Movimento Estudantil naquele momento, reforçada pela parcela conservadora da sociedade. De um lado, o uso de entorpecentes, principalmente os relacionados a substâncias naturais ou alucinógenas, era visto por alguns militantes como um facilitador de uma percepção maior ou, ainda, um meio capaz de identificar aqueles que não estavam de acordo com o sistema vigente utilizando assim, substâncias proibidas. Entretanto, para outros militantes – os mais engajados politicamente – o consumo de drogas era entendido como um empecilho burguês alienante e, portanto contrário aos ideais revolucionários, urgentes naquele momento. Contudo, o uso de drogas pela juventude da década de 1960 e 1970 foi muito difundido pelo movimento de contracultura, ou pelo próprio movimento *hippie* e, acima de tudo, obteve um efeito de glamorização advindo das talentosas bandas de rock progressivo daqueles anos, juntamente com suas letras de músicas e pelo alto consumo de substâncias ilícitas nos festivais musicais da juventude, vide o clássico Festival de Woodstock realizado em 1969 nos Estados Unidos.

Ainda no quesito identificação pela aparência, Della Vechia, ao encontro de Lessa, afirmou que sua exterioridade o identificava imediatamente como “o típico militante da época”: *“Era uma situação, hoje eu penso sobre isso e eu vejo que era uma situação muito contraditória. Eu, por exemplo, eu era cabeludo, barbudo, andava sempre de calça de brim, mal vestido, aliás, até hoje, e aquelas... típico militante da época.”* Percebemos que a vestimenta dos estudantes militantes de oposição ao governo naquele momento era um importante identificador, não só para os que não faziam parte do Movimento Estudantil, como para os próprios militantes, sendo um objeto de identificação utilizado por muitos sujeitos que integraram o Movimento Estudantil até os dias de hoje. Partindo desta consideração, segundo Fernando Catroga, deve-se então “dar forma às predisposições que condicionam os indivíduos a selecionarem o seu passado, processo psicológico em que as escolhas são sempre acompanhadas do que consciente ou inconsciente se deseja esquecer” (CATROGA, 2001, p. 50).

Outra questão conceitual a ser analisada trata-se a respeito da memória. Referir-se a memória em qualquer evento histórico ocorrido no século XX é quase um pleonismo. Para muitos, este é o século da memória, dado aos inúmeros museus, memoriais, monumentos e espaços de memória criados, durante o século XX¹⁵. Acreditamos que a memória constitui-se em um fator fundamental à sociedade, bem como as identidades dos indivíduos que as formam.

Especificamente em relação ao período de redemocratização no Brasil, a utilização deste conceito torna-se ainda mais evidente e necessária. Se por um lado houve intensas participações dos cidadãos brasileiros, não apenas estudantes, mas também trabalhadores, intelectuais, artistas, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e até mesmo alguns setores do empresariado, a fim de exigir a redemocratização, por outro, “lembrar” do que aconteceu durante os vinte e um anos de repressão ditatorial, parece ser tarefa não grata àqueles que impuseram a lei do silêncio, juntamente com a anistia. Para José Carlos Moreira da Silva Filho, a anistia de 1979, ainda em plena ditadura civil militar, resultou em um verdadeiro exército do esquecimento (SILVA FILHO, 2009).

¹⁵ Para outros como Pierre Nora, a Modernidade, sobretudo no século XIX, foi quando o ritualismo memorial ganhou a sua pública expressão, sendo possível afirmar que este foi o “século da memória”, opondo-se a ideia do século XX (CATROGA, 2001).

É nesse jogo duplo de lembrar e esquecer que operam os dois lados da ditadura brasileira de 1964. Para os torturados, familiares de desaparecidos e assassinados, exilados, ex-militantes e todos aqueles que de alguma forma foram atingidos pela repressão, lembrar é preciso. Para estes a lembrança e a socialização desta são encarados como garantia de que tais atos não ocorram novamente. Entretanto, outros como militares, torturadores e todos que apoiaram de alguma maneira a ditadura brasileira, sejam políticos, empresários ou religiosos católicos, convém à política do esquecimento. Conforme Silva Filho:

A sociedade brasileira encontra-se, portanto, ainda sob fortes efeitos das políticas de esquecimento que vieram com a ditadura e com a anistia. Parte expressiva da opinião pública, incluindo principalmente os mais jovens, sabe pouco sobre esse período repressivo. As Forças Armadas brasileiras ainda ostentam em seu seio o entendimento de que o golpe não só foi necessário como constituiu um ato de heroísmo patriótico. Muitos até chegam a duvidar que a tortura tenha de fato ocorrido em larga escala durante o regime. Muito recentemente é que um grande volume de informações contidas nos arquivos dos órgãos de informação do período foi disponibilizado ao público, restando ainda muitas outras sob sigilo e sob peremptória recusa seja da sua divulgação, seja até mesmo da sua existência (SILVA FILHO, 2009, p. 57).

Em momentos de intensa desestruturação política e social, como na ditadura civil-militar brasileira, as lembranças são evocadas como uma espécie de ponto de referência dos respectivos acontecimentos, talvez com maior necessidade do que em períodos de “normalidade” ou “calmaria” social. É nesse sentido que Maurice Halbwachs relaciona a memória com a coletividade. Para o autor, as lembranças dão-se através da sociedade, pela presença de outros ou de suas obras, tornando a memória coletiva. Para Halbwachs, isso não restringe a memória de ser também, individual. No entanto, a memória individual está “enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente” (HALBWACHS, 2006, p. 10).

A memória individual, segundo Maurice Halbwachs, trás consigo lembranças difíceis de serem evocadas. Estas se encontram no nosso íntimo, nos escapam facilmente e muitas vezes estão condicionadas a sentimentos e ressentimentos. A explicação que Halbwachs atribui ao fato de a memória individual “escapar” com

maior facilidade do que a memória coletiva se dá devido à (ou falta de) comunicação. As lembranças que nos ocorrem com maior facilidade são aquelas que foram vivenciadas juntamente com outros indivíduos, ou ainda, foram por nós socializadas em grupo de alguma maneira. Estas foram conservadas por grupos que estão ao nosso alcance para adentrarmos livremente e, assim, buscarmos facilmente por tais lembranças, configurando o que o autor chama de memória coletiva. Já as memórias individualizadas possibilitam raras e escassas lembranças pela não comunicação ou acesso aos grupos que um dia a possuíram (HALBWACHS, 2006).

Alessandro Portelli aponta que uma das principais características da memória está justamente na sua relação com a sociabilidade. Assim, para Portelli, a memória só existe de fato quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. De acordo com o autor, os acontecimentos passados que são lembrados, são aqueles compartilhados entre os indivíduos, sendo socialmente criados. No entanto, a lembrança de duas pessoas, mesmo que se dê através de experiências conjuntas, jamais será a mesma. Isto ocorre devido ao fato de a memória ser seletiva, Portelli refere-se a esta como memória social (PORTELLI, 2007).

A ideia de memória coletiva apresentada pelos autores é constituída por elementos ligados a resistência. Para Padrós, tal fato constitui a memória como um espaço de disputa entre os atores históricos, desvinculando o senso comum à noção de verdade objetiva. Assim, a memória ao ser menos idealizada, exige dos historiadores sua interferência para revelar o real possível a ser alcançado. De acordo com Padrós, “se há interesses parciais definindo uma memória colocada como comum a toda à coletividade, é evidente que elementos de tensão e questionamento certamente resultarão da ação do historiador sobre ela” (PADRÓS, s/d, P. 81).

É nesse sentido que se estabelece uma intensa relação entre memória e história. Sabemos que memórias aguçadas, constantemente tornam-se ameaças à versão dos ditos vencedores da história, ainda mais se tais memórias são compartilhadas com a sociedade. Os antigos universitários de Pelotas que formavam o Movimento Estudantil do período de redemocratização contra a ditadura mostram-se conscientes da importância histórica de lembrar o passado e compartilhar tais lembranças. Lembrar também é uma forma de resistência.

Notadamente não era estranho aos nossos entrevistados os problemas de tortura e repressão que o país vivenciou. Em 2009 em Pelotas houve um encontro aberto ao público que reuniu os militantes, estes contaram suas histórias, relataram suas experiências e as relacionaram com os acontecimentos do presente. Ainda, transformaram a praça localizada na faculdade de Direito da UFPel em um lugar de memória. Os militantes inauguraram uma placa com a palavra “liberdade” escrita pela metade e aplicaram um bloco no chão do local com a irreverente frase: “Aqui mijamos na ditadura”. Isso se deu devido às lembranças sobre a prisão que ocorreu em uma manifestação do Movimento Estudantil em 1977, na qual o então universitário e militante João Carlos Gastal Junior, o qual foi estudante do curso de Direito da UFPel, foi preso pela Brigada Militar. Contudo, como já mencionamos anteriormente, por haver maior respaldo na defesa dos militantes, Gastal Junior logo adquiriu liberdade. Dessa forma, a partir de relatos sobre o encontro ocorrido em 2009, percebemos que há ainda presente certo engajamento no grupo, assim como a necessidade de passar para as gerações atuais a história do Movimento Estudantil em Pelotas.

Outra questão que nos parece relevante diante desta ação dos antigos militantes em 2009 é a explícita e urgente necessidade de relembrar tais acontecimentos na atual conjuntura social. A ligação entre estes antigos militantes e o Movimento Estudantil daqueles anos parece permanecer na vida destas pessoas na atualidade, confrontados com as variadas lacunas existentes na própria sociedade quanto aos acontecimentos da ditadura civil-militar, há a persistência do compromisso em “fazer lembrar” este passado recente, principalmente em inserir a cidade de Pelotas no processo de resistência ao regime, uma vez que a cidade, ou ao menos frações dela – como os próprios militantes bem colocaram – foi reprimida com a tomada de liberdade e, portanto, “mijou na ditadura” ao lutar pelo fim do governo repressor:



(Fonte: Arquivo Pessoal. Reprodução em homenagem ao ato estudantil de 1977 – Praça Conselheiro Maciel / Pelotas)



(Fonte: Arquivo pessoal. Homenagem ao Movimento Estudantil de Pelotas – Praça Conselheiro Maciel / Pelotas)

Na entrevista Duca Lessa, ao recordar-se de sua trajetória como militante estudantil, relatou o episódio, no qual, ocorreu a prisão do estudante Gastal Junior na praça da faculdade de Direito da UFPel (Praça Conselheiro Maciel). Ao descrever como se deu a prisão de seu companheiro de Movimento Estudantil, Duca transmite

a relação com os agentes da repressão da cidade, como o delegado De Bem, o qual, segundo a entrevistada, perseguia arbitrariamente o Movimento Estudantil. Expôs ainda, as dificuldades econômicas existentes, que prejudicavam, por exemplo, fotografar os encontros e as manifestações organizadas pelo Movimento:

Uma vez teve um ato público em frente a faculdade de Direito, o Gastal Jr. foi preso, enquanto ele tava lá escrevendo liberdade no chão, não podia escreve, não podia fala, não podia nada, então cada um escreveu, um escreveu um L, um o I, um o B, e aí quando acabou no LIBER, o Gastal foi preso. E o De Bem que mandou levar o Gastal, tava sentado lá na sala, na sala do curso de Direito. Na aquela época a coisa era muito arbitrária assim, né. E eu tava com um maquininha fotográfica, naquela época era muito difícil pra gente, até pra gente ter uma máquina, a gente não tinha quase dinheiro pra máquina fotográfica, e compra um filme também de 36 poses era uma coisa assim... filme era caro, revelar as fotos era caríssimo, então a gente... as vezes tu tinha uma de 12 poses e tinha que se segurar com aquilo ali, entendesse. E às vezes ficava muito tempo com o filme e não tinha dinheiro pra revelar, e ainda mais assim, e a família não queria sabe de dar dinheiro pra revelar coisas de Movimento Estudantil. Bom, e aí eu salvei esses filmes e dei pra um colega nosso jornalista Robson Marinho, que ele... ele é editor de política do Globo, [...] eu tive que enrola aqueles filmes correndo, e tinha outro no bolso, e botei dentro do bolso do casaco dele e fui pra direção pra me toma os filmes pra ver quem eram as pessoas do Movimento, e eu tava fotografando ali as parceria, e quando eu cheguei lá eles abriram a minha máquina e viram que não tinha nada e ficaram furiosos e eu disse que tava brincando de fotografar, mais brabo eles ficaram né.

Percebemos que o ato de resistência organizado pelo Movimento Estudantil na Praça Conselheiro Maciel – em frente à Faculdade de Direito da UFPel – no ano de 1977 tornou-se uma marco para as atuações do Movimento Estudantil contrário a ditadura na cidade. Em algumas entrevistas foi nos colocado que após esta ação dos estudantes, o Movimento Estudantil universitário passou por rearticulação em suas atividades, intensificado pelo decorrente processo de reabertura política. Outra questão importante, como já mencionado em parte, se dá nas razões que levam os antigos militantes a relembrar tais acontecimentos em reencontros organizados nos dias de hoje. Dessa forma, a memória pode servir para aproximar grupos e coletividades, assim como se deu com os membros do nosso objeto de pesquisa em seu reencontro ocorrido em 2009. Muitas vezes, a memória é utilizada como uma

arma poderosa, a fim de romper com espectro do silêncio e da indiferença disseminados por aqueles que estiveram no poder durante o período ditatorial. Pollack apresenta a ligação existente, em alguns momentos, entre memória e esquecimento:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLACK, 1989, p. 7).

Entendemos que a memória e a história, são também processos cognitivos, por meio dos quais as identidades de sujeitos históricos, individuais e coletivos podem melhor ser reconhecidas e analisadas como integrantes da construção da história. Consideramos a relevância em trabalhar a memória na mesma perspectiva que trabalhar com um documento histórico. Contudo, não desconhecemos a existência de distinções entre memória e história, como observa Antônio Torres Montenegro:

[...] o vivido que guardamos em nossas lembranças e que se circunscreve ou funda o campo da memória se distingue da história. Entretanto, se são distintos, arriscaríamos afirmar que são inseparáveis. Afinal, compreendemos a história como uma construção que, ao resgatar o passado (campo também da memória), aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer sociedade, encontraria em casa indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e futuro) através da memória. (MONTENEGRO, 1992, p. 17)

De acordo com Catroga, a memória e a historiografia carregam consigo identidades e diferenças. Para o autor, “facilmente se aceita que as duas constituem de modalidades essenciais de afirmação da consciência histórica, e que as suas narrações não são uma mimese do espaço e do tempo reais: ambas referenciam

‘objetos ausentes’, embora se presuma a sua onticidade pretérita” (CATROGA, 2001, p. 56). Entretanto, Catroga alerta para a ingenuidade de relacionar o esquecimento exclusivamente ao campo da memória, uma vez que, a historiografia por tratar-se de interpretações do passado, muitas vezes já cometeu o “pecado do esquecimento” em diferentes contextos, aproximando-se assim, novamente, da memória.

Oriundo da relação entre memória e historiografia encontra-se um dos papéis centrais do historiador. Embora o esquecimento faça parte tanto da memória, quanto da historiografia, cabe ao historiador “não esquecer o que ficou esquecido”, ou seja, o historiador deve permanecer consciente dos motivos que levaram certos acontecimentos a permanecerem ocultos no passado, e mais, porque estes acontecimentos, mesmo ocultos em um passado por vezes não muito distante, como nas ditaduras na América Latina, ainda insistem em mostrarem-se presentes em diferentes momentos da vida social na atualidade.

Talvez seja nesse desenrolar de passados forçosamente ocultos que se encontre a importância e eficácia da metodologia de história oral. Nesse aspecto, os relatos dos militantes do Movimento Estudantil em Pelotas mostraram-se especialmente singulares. Percebemos que entre os entrevistados existe a predisposição em contar seu passado, suas experiências enquanto estudantes que lutavam por uma abertura total, política, social, racial, ambiental, etc. De forma que, de alguma maneira, talvez o passado ainda permaneça em certo sentido para estes antigos universitários, e a experiência no Movimento Estudantil tenha condicionado toda uma história de vida posterior, das próprias escolhas que a vida lhes implicou. Para os entrevistados, o “fazer parte do Movimento Estudantil” ainda lhes confere um posicionamento atento às questões sociais políticas dos dias de hoje. Sobre o questionamento se “havia valido a pena participar do Movimento Estudantil”, Jacira Porto expôs a seguinte análise:

Ah valeu a pena, completamente, pra nós, a gente tem até hoje, saber que a gente conseguiu viver a nossa juventude e ser jovem, e aportar coisas legais assim pra nós, pra sociedade brasileira, do tamanho que a gente era né, e até hoje a gente ainda colhe coisas desse tempo, parece que a gente viveu isso assim, mas a gente viveu isso há 30 anos atrás, e até hoje esse debate... a gente tem um

carinho especial com todos que viveram isso conosco naquele tempo, então assim, pra nós é a base da nossa vida, o que a gente fez na vida começou ali né. Valeu a pena, faria tudo de novo, eu não modificaria nada, absolutamente nada, eu viveria aquilo tudo da mesma forma.

O mesmo questionamento foi aplicado à Rita Surita que, de forma similar, também conferiu extrema afetividade aos anos de Movimento Estudantil, refletindo que seu posicionamento político daqueles anos ainda faz parte de sua vida atualmente:

Mas e como! Sim porque pra mim influenciou na trajetória toda até hoje né, então... eu ficava assim, pensando assim, sabe aqueles dizeres que os adultos diziam na época: “ah, todo mundo era incendiário aos 18 anos depois vira bombeiro”, que bom que eu com 50 ainda não virei bombeiro (*risos*) Umas coisas assim, isso sim, o pessoal do movimento estudantil era do nosso meio, estávamos lá no meio dos estudantes do nosso movimento, mas os mais velhos tinha essa crítica né, porque sociedade era muito conservadora, não foi a toa que teve uma ditadura, era uma sociedade conservadora. Então tu sabia que diziam isso: “ah, deixa essa gurizada, que isso daqui a pouco tudo passa” né, então é legal saber que não passou, que se continua com essas ideias, não só nas ideias tentando construir elas como é possível, com bastante sonhos e com menos ilusões, a gente tinha... tudo era ilusão, mas ainda tem que sonhar, eu sou bem animada né, consegui construir muita coisa, eu sou bastante... eu guardo boas lembranças, mas também tenho uma vida que não é só lembranças viu, a gente ainda tá bastante na luta (*grifo nosso*)

A memória das experiências vividas e compartilhadas com o grupo, corriqueiramente é evocada, influenciando nas trajetórias de vida. Contudo, a memória influencia, mas também é influenciada por trocas sociais de experiências de vida compartilhadas, e, até mesmo daquilo que não foi vivenciado pelo sujeito. Assim, Peter Burke avalia a capacidade dos indivíduos sentirem-se influenciados por determinados acontecimentos, onde há certa relevância ao seu grupo social, “lembram muito o quê não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí pode-se descrever a memória como sua reconstrução do passado” (BURKE, 2000, p. 70).

De acordo com Silva Filho, a memória sempre evoca o outro e assim, reflete em sua identidade social. Sentir que pertence a um determinado grupo, por vezes, pode possibilitar ao sujeito um sentido para sua própria existência, o qual se revela em autoconsciência. Para Silva Filho o pertencimento coletivo dá significado à humanidade como um todo, em que as marcas, os ritos e os lugares de memória provocam e fortalecem a própria identidade (SILVA FILHO, 2009).

Contudo, o indivíduo é central ao que se refere à memória assim como em relação à identidade, ambas são construídas na sociedade por meio de ações de indivíduos e das relações existentes entre estes. A memória é complexa, pois mesmo se dando na maioria das vezes por meio de trocas sociais, ela é singular ao sujeito. Para a memória recaem as interpretações dos fatos, ou seja, duas ou mais pessoas podem ter vivenciado o mesmo momento juntas, e, tempos depois, ao recordarem-se do vivido poderão ter opiniões totalmente adversas uma à outra. Ou ainda, um evento para determinada pessoa pode ter sido absorvido de maneira intensa e modificadora, enquanto o mesmo evento em outra pessoa poderá não ter havido nenhuma influência.

O conceito de memória relaciona-se ao conceito de identidade na medida em que a própria memória, ao ser reavivada por meio do rito, adquire um papel pragmático e normativo. De acordo com Catroga, é em nome de uma história ou de um patrimônio em comum, que a memória busca inserir os sujeitos em cadeias de filiação identitária, ao passo que os distingue e ao mesmo tempo os diferencia em relação uns aos outros. Ainda, conforme o autor, em nome da identidade do eu, ou da perenidade do grupo, é imposto deveres e lealdades endógenas (CATROGA, 2001). Se, como já mencionado, a identidade é uma construção social, vinculada a uma relação dialógica com o outro, conforme Joël Candau, nessa relação dialógica entre os indivíduos está o condicionamento destes com seu próprio passado, “processo psicológico em que as escolhas são sempre acompanhadas do que consciente ou inconscientemente se deseja esquecer” (CATROGA, 2001, p. 50).

Conforme Raimundo Nonato Pereira Moreira, a memória no sentido imediatista da expressão é a presença do passado. Esta é caracterizada por tratar-se de uma construção psíquica e intelectual que acarreta a uma representação seletiva do passado, a qual nunca pertence puramente ao indivíduo, mas a um contexto social, uma vez que esse indivíduo está inserido em um contexto familiar,

econômico, nacional, etc. (MOREIRA, s/d). É nesse sentido que podemos dizer que há a formação de uma memória social, com isso lembramos Maurice Halbwachs em sua afirmação que toda a memória é coletiva. Moreira recorre a Henry Rousso em sua análise sobre a memória, a partir da referência:

Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir e resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (ROUSSO, 1998, p. 94-95).

Michel Pollack também se refere à Rousso, ao tratar que do termo “memória enquadrada”, que segundo Pollack é mais específico que memória coletiva. Um grupo que tem sua memória “enquadrada”, para o autor nada mais é que, sofrer um “trabalho de enquadramento” em sua memória. Este trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história, o qual por sua vez passou por uma série de interpretações, associações de referências, a fim de manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Para Pollack, “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (POLLACK, 1989, p. 10).

A memória pode ser percebida ainda como uma construção seletiva, uma vez que ela nunca trata simplesmente de apenas um registro, pois, segundo Catroga, a memória vai além, sendo “uma representação afetiva, ou melhor, uma re-presentificação feita a partir do presente e dentro da tensão tridimensional do tempo” (CATROGA, 2001, p. 46). Contudo, conforme o autor, isso não significa que a memória é produto exclusivamente subjetivista, sem apresentar diferenças da imaginação:

Quererá isso significar que a memória é um produto exclusivamente subjetivista, que não se diferencia da *imaginação*, contradizendo as pretensões de objetividade que o seu discurso visa alcançar? É indiscutível que a recordação alimenta uma epistemologia ingênua, que tende a confundir a representação com o *real-passado*, isto é, com a *passeidade*, espécie de efeito mágico em que a palavra dá ser ao que já não é. E, se esta característica a distingue da imaginação, convém lembrar, porém, que ambas convocam um “objeto ausente”. Mas, enquanto que a representação imaginária, pode ter, ou não,

referencialidade, o ato de recordar aceita subordinar-se ao *princípio da realidade*. Isto dita que as evocações se conjuguem no tempo passado (anteriormente) e mobilizem argumentos de verificação. Com este propósito, elas encobrem as razões normativas e pragmáticas que condicionam a sua convocação qualitativa, seletiva e apaixonada do que já não existe (CATROGA, 2001, p. 47).

Após a discussão desses dois conceitos, memória e identidade, articulando com as metodologias expostas, pretendemos revisitar o passado pelotense tendo como prisma, como já anteriormente mencionado, o Movimento Estudantil de Pelotas no tensionado contexto da reabertura política.

3. CAPÍTULO II

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA CIDADE UNIVERSITÁRIA: OS LOUCOS DE CARA ENSINAM UMA NOVA LIÇÃO À PRINCESA DO SUL

Neste capítulo, pretendemos apresentar ao leitor uma visão panorâmica da cidade de Pelotas, bem como, do Movimento Estudantil do período que recortamos para análise. Buscamos, assim, contextualizar nosso objeto de estudo, visando uma maior compreensão de nossas reflexões posteriores, sobre a memória dos estudantes pelotenses referente ao momento da reabertura política. Dessa forma, tecemos esse momento de nossa dissertação articulando documentos escritos com a memória reavivada de pessoas que foram militantes universitários nesse tensionado contexto político brasileiro.

A cidade de Pelotas está localizada na região Sul do Brasil, no interior do estado do Rio Grande do Sul, à aproximadamente 271 km de Porto Alegre, capital do estado. Atualmente, de acordo com o IBGE (IBGE, 2010), a cidade conta com cerca de trezentos e vinte e oito mil habitantes e, de acordo com Lisboa e Bagolin, na década de 1970, Pelotas era considerada a segunda cidade mais populosa do Rio Grande do Sul (LISBOA; BAGOLIN, 2009). Esse contingente populacional relaciona Pelotas a um dos maiores centros urbanos estudantis do Rio Grande do Sul ainda na década de 1970 e 1980.

No entanto, a distância geográfica de Pelotas dos grandes centros do Movimento Estudantil do Brasil, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, poderia nos remeter, em um primeiro momento, que tal cidade tenha sido imune às manifestações e organizações políticas-sociais contrárias a repressão do governo ditatorial brasileiro, ocorridas durante a ditadura civil-militar (1964 – 1985). Por meio desta pesquisa, percebemos que mesmo possuindo tais distâncias, Pelotas mostrou

ser cenário de manifestações organizadas contra a repressão imposta pelo regime vigente, a exemplo de nosso objeto de estudo: o Movimento Estudantil universitário.

Devemos destacar uma questão complexa referente ao município em apreço, pois nele, conviviam aspectos extremamente conservadores oriundos das elites que buscavam “controlar” os valores sociais da cidade, tentando imprimir no tecido urbano práticas religiosas e moralistas, ao mesmo tempo, Pelotas contava com uma parcela do Movimento Estudantil contestadora e com tendências “libertárias” em suas agendas de reivindicação. Isso acarretou em um intrigante paradoxo para pesquisa o qual nos propomos desvendar, ou pelo menos, tentar compreender.

Desse modo, este capítulo buscará apresentar aspectos históricos e sociais de Pelotas, a fim de significar historicamente a cidade em tela. Também abordaremos considerações acerca das duas universidades da cidade nas quais, durante os anos 1970 e 1980, estavam matriculados os militantes do Movimento Estudantil atuante em Pelotas, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade Católica de Pelotas (UCPel). O capítulo também mostrará fragmentos memorialísticos de um grupo de estudantes das universidades em foco que militavam contra a ditadura civil-militar brasileira e os aspectos repressivos desse governo inseridos nas universidades. Consideraremos também, como estes estudantes percebiam a dinâmica social de Pelotas durante o período analisado, bem como os embates do grupo no espaço da cidade. Ainda, analisaremos como se dava as relações existentes entre as referidas universidades e a sociedade pelotense e como estas implicavam ao momento de reabertura política do Brasil.

Todas essas considerações permitirão demonstrar ao leitor uma cidade vibrante e com intensas contradições sociais onde os militantes estudantis edificaram um movimento significativo de resistência ao regime político que vivenciavam. Nas ruas dessa cidade, com seus gritos de protesto, tentavam abafar as orações da Igreja e chocar as consciências mais conservadoras, mesmo que, muitas vezes, pagando um alto preço por suas práticas. Essa realidade permite ao historiador resignificar o passado de uma forma mais crítica, colocando os agentes históricos de uma maneira também coerente com suas práticas, evitando generalizações vazias de significados que não dialogam em profundidade com as fontes. Como focamos em um grupo de militantes de oposição, procuramos avaliar

como se dava tal pretensa oposição ao governo no interior das mobilizações, bem como suas tendências diversificadas, nas quais, mesmo com um objetivo comum, possuíam diferenças bastante pontuais e específicas.

3.1. Das charqueadas à cidade universitária: Pelotas em foco

De acordo com o historiador Mario Osorio Magalhães, durante os séculos XVIII e XIX, Pelotas adquiriu grande importância econômica devido à produção e exportação do charque. Para o historiador, foi por meio das charqueadas e, em regiões mais específicas da cidade como as costas do São Gonçalo e do Arroio Pelotas, também através do Saladeirismo, foram consolidadas em Pelotas fortunas capazes de sustentar um grande número de escravos para a ociosidade de seus senhores (MAGALHÃES, 1999).

Por muitos anos a historiografia local relacionava a elaboração do charque em Pelotas com a vinda de José Pinto Martins¹⁶ à cidade, no entanto, sabe-se que anteriormente a sua chegada já se salgava a carne como atividade econômica em território sulino. Entretanto, Pinto Martins teria aliado os conhecimentos adquiridos no estado do Ceará à visão industrialista, passando a estabelecer a charqueada de forma industrial, tornando-se uma referência em pouco tempo para outros estancieiros da região. Tal produção de charque acarretou em grande avanço econômico e social, contribuindo para a prosperidade da cidade em tempos idos. Esta prosperidade remete aos casarões de arquitetura francesa, aos monumentos originários de diferentes países da Europa, aos bailes e clubes sociais, como também as próprias charqueadas, ainda hoje símbolos do próspero período da cidade. (MAGALHÃES, 1981).

Devido a estas “sólidas fortunas” - referidas pelo historiador Mario Osorio Magalhães, advindas em tempos passados, principalmente da produção de charque - originou-se na cidade uma elite bastante atuante na política e na vida social de

¹⁶ Português nascido na região da freguesia de Meixomil. Viveu no Ceará como produtor de carne seca (charque), porém devido a uma grande seca na região nordeste do Brasil, mudou-se para a freguesia de São Francisco de Paula, instalando sua charqueada às margens do Arroio Pelotas em 1780.

Pelotas. Essa elite atuante durante os anos imperiais e, posteriormente, durante as primeiras décadas do século XX investiu nas primitivas escolas de ensino superior na cidade, a fim de suprir os estudos de seus filhos, embora muitos pelotenses fossem até países da Europa para estudar nas universidades. Um exemplo da criação de escola superior em Pelotas durante este período é a atual Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da UFPel, a qual é a mais antiga do Brasil. A Faculdade foi fundada no ano de 1883 por meio do governo central e sob uma forte pressão local, ou seja, a atual Faculdade de Agronomia tornou-se possível graças à uma parceria entre o governo e a iniciativa privada (MAGALHÃES, 1999). Esses aspectos nos permitem afirmar a influência política da elite pelotense, suas ramificações e seus movimentos para instalação de instituições de ensino que, de certa forma, suprissem suas demandas.

Uma questão a ser abordada é o fato do poder econômico dessa elite pelotense ter diminuído devido à reestruturação e modernização capitalista do estado do Rio Grande do Sul, visto que o foco se deslocou no sentido centro e norte, visto a abertura de uma nova fronteira agrícola e a emergência de uma grande industrialização na região metropolitana de Porto Alegre. Com isso, a produção primordial – carne e arroz – de Pelotas foi ficando em segundo plano e, assim, ocorreu uma minimização do seu potencial de reivindicação política e social. Desta forma, em torno da década de 1950, a referida elite pelotense não possuía mais o mesmo *glamour* dos áureos tempos da economia baseada no charque. Contudo, essa mesma elite mantinha grande influência na sociedade, como na imprensa e no poder público. É notável destacar a relação existente entre ambos, uma vez que o principal jornal da cidade, o *Diário Popular*, desde 1938, está sob administração de membros da família Fetter. Esta família possui uma notável trajetória no poder público municipal edificando uma reprodução constante da elite governante, estando no poder executivo com Adolfo Fetter em 1956, Edmar Fetter em 1964 e Adolfo Antônio Fetter Junior em 2006, este ao tomar posse a partir do afastamento do então prefeito Bernardo de Souza e sendo reeleito em 2008. Tais dados tornam-se elementos importantes para que possamos analisar o “conservadorismo”, sobretudo político, bem como as relações entre poder público e imprensa existentes na cidade durante as décadas de 1970 e 1980 e como tais características foram elementos de embate com o Movimento Estudantil. Sendo digno de nota que, o momento histórico que buscamos compreender na presente pesquisa, a família Fetter obteve

representantes no Movimento Estudantil, sendo que Antônio Fetter Júnior presidente do DCE da UFPel em uma gestão, considerada por nossos entrevistados como “de direita”. Logo, é interessante observar a existência de um ativo Movimento Estudantil de caráter conservador, assunto que será abordado no terceiro capítulo.

Paradoxalmente, nas décadas de 1970 e 1980, observaremos uma Pelotas movimentada por jovens de diferentes regiões do estado e também do país, porém com uma perspectiva em comum, alcançar o “tão sonhado diploma universitário” – algo superestimado na época, principalmente para a classe média – em cursos das duas universidades da cidade: A UFPel e a UCPel. Tal movimentação estudantil na cidade possibilitou maior troca de experiências e vivências diversificadas. Havia também, um intercâmbio de congressos e outras atividades estudantis que motivavam intensa circulação de ideias políticas, culturais, etc.

Uma ideia difundida consiste na afirmação de que cidades localizadas no interior obtinham um conservadorismo maior se comparadas às capitais. Como mencionamos anteriormente, em Pelotas não era diferente, contudo, o conservadorismo pelotense observado nas décadas de 1960, 1970 e 1980, é relativizado por outras características da cidade que, durante a ditadura civil-militar ganharam uma importância ainda maior. Essas características estão associadas aos aspectos artísticos e culturais presentes na cidade, criando uma dubiedade entre o conservador e o progressista.

Importante sobre essa relação entre conservador X progressista é a observação de Renato Della Vechia. O entrevistado traçou uma comparação entre algumas cidades da região sul que, segundo ele, eram extremamente conservadoras na época e, em um jogo de escalas, Rio Grande e Bagé seriam mais “fechadas” do que Pelotas. Ao comparar estas cidades com Pelotas, Renato nos apresenta uma importante consideração a respeito dos eventos culturais da cidade e do título de “Cidade Universitária”:

Pelotas tinha uma coisa importante, por um lado tinha o Movimento Estudantil, por outro lado tinha um movimento cultural forte em Pelotas, né, tinha teatro, tinha música, tinha um tipo de comportamento, a própria roupa que as pessoas usavam, o comportamento, barzinhos, era um pouco mais liberal, os

preconceitos não eram tão diretos, como era em cidades um pouco mais fechadas, por isso que eu acho Rio Grande e Bagé, não tinha aquela coisa de cidades culturais, cidades universitárias, até hoje pode ter, mas não tinha na época. Então de certa forma quebrava esse preconceito e outro elemento que eu acho importante é que 90% talvez, esse dado é um dado aleatório, mas possivelmente próximo a isso, os militantes do Movimento Estudantil eram de pessoas de fora. A Casa do Estudante era um espaço fundamental de formação de quadros, de discussão, o RU e os DCEs, porque as pessoas que vinham de fora que não tinham relação com ninguém aqui da cidade, quando conseguiam se enturmar, diferente de quem já vinha lá do São José, do Gonzaga, e já tinha as suas turmas as pessoas faziam seus encontros, essas pessoas acabavam se reunindo, em repúblicas, na casa de um na casa de outro, no DCE, isso gerava esse processo, e eu acho que muita gente militava porque a militância era uma forma de socializar, de participação, como todo o processo de militância, não é um processo absolutamente consciente, há outros fatores, emocional, também envolve né. Então havia isso, uma sociedade um pouco fechada pra quem chegava de fora, com dificuldades de se entrosar... Eu faço essa relação porque eu morava com os meus primos, e os meus primos, pelo menos alguns deles não tiveram nenhum tipo de participação, eles se relacionavam com pessoas da cidade muito bem, faziam festa juntos, iam na Leiga, a Leiga era uma boate da Medicina, mas era um valor bem mais alto, tinha que ter carro pra ir pra lá, era um público completamente diferente da do Direito, e da Odonto, a Odonto já era uma coisa intermediária entre o Direito e a Leiga. Mas era claramente definido os tipos sociais que frequentavam cada uma delas, às vezes as pessoas até iam em outro, mas na base eram essas aí, o perfil social diferenciado.

Observa-se o peso que o entrevistado dá aos estudantes de “fora” na emergência de um espaço de movimentação que desafiava o conservadorismo da cidade. Tratava-se de uma ação de construção de novos grupos que moravam em repúblicas ou na Casa do Estudante da UFPel e, assim, desfrutavam de certas liberdades que não possuíam em seus lugares de origem. Para o entrevistado, o fato de estudantes, a partir do ingresso à universidade, saírem de suas cidades de origem e passar a residir em Pelotas, contribuía para o entrosamento necessário destes estudantes que se viam sem a companhia de seus familiares, criando grupos, estabelecendo laços, compartilhando ideias entre colegas e, em muitos casos, fazendo parte do Movimento Estudantil.

Neste trecho da entrevista também foram apontados aspectos singulares de Pelotas, como as boates de respectivos cursos, como Medicina, Direito e Odontologia. Além das festas na cena universitária, a cidade possui tradicionalmente uma marcante relação com o teatro. Pelotas abrange dois teatros nacionalmente

conhecidos, o Theatro Sete de Abril (primeiro teatro construído no Rio Grande do Sul, em 1831) e o Theatro Guarany, inaugurado no ano de 1921. Nestes espaços culturais, ocorreram apresentações musicais e teatrais organizadas pelo próprio Movimento Estudantil, como a peça *Saltimbancos* em 1979, apresentada no Theatro Guarany¹⁷. Estes dois grandes teatros possibilitaram à cidade inúmeras apresentações, contato com atores, companhias teatrais, músicos e maior proximidade com os palcos e coxias.

Além da proximidade com o teatro, Pelotas contava com o título de “cidade universitária”, justamente por ser a cidade da região a possuir duas grandes universidades de reconhecimento nacional. Desse modo, houve um intenso intercâmbio de estudantes universitários em Pelotas, e isso acarretava uma movimentação em pensões, repúblicas e na própria Casa do Estudante da UFPel. Estes jovens que passavam a morar juntos obtinham uma enriquecedora troca de experiências a partir de suas vivências diversificadas. Della Vechia em entrevista, aponta as moradias estudantis como espaços capazes de formar quadros de discussão do Movimento Estudantil. Além disso, a militância também possibilitava aos jovens que chegavam à cidade uma forma de socialização maior e um espaço social estudantil que resistia ao conservadorismo da cidade em apreço.

Para Mortada, o ingresso na universidade se torna um passo importante na formação dos jovens, ressignificando sua pertença e participação na sociedade. De acordo com o autor, a companhia de outros na mesma situação estudantil é fundamental neste processo: “O estudante, na companhia de outros, goza de uma modalidade de consciência e participação que pode propiciar uma atitude inovadora, crítica sobre seu papel, sua classe de origem e sobre a própria sociedade” (MORTADA, 2009, s/p).

Também, havia um intercâmbio de congressos e outras atividades estudantis capazes de motivar a circulação de ideias políticas, culturais etc. Isso se torna ainda mais relevante se observarmos as características sociais da cidade, que mesmo com o conservadorismo iminente foi cenário de movimentações políticas, artísticas e culturais aos moldes do movimento de contracultura mundial, típico dos anos 1960 e 1970.

¹⁷ Informação disponibilizada em entrevista.

Outra questão mencionada pelo entrevistado Renato Della Vechia relaciona-se com as festas que embalavam as noites universitárias em Pelotas. Regionalmente, a cidade ainda é reconhecida por sua agitada vida noturna e sua relação com cenário artístico e cultural. O fato de muitos estudantes serem originários de outras cidades e, portanto morarem sozinhos, sem a companhia de seus pais e familiares, possibilitava-os, muitas vezes, participar ativamente da “noite” pelotense. Conforme a fala de nosso entrevistado, um dos locais que por algum tempo foi bastante frequentado, sendo lembrada pelos jovens daqueles anos, era a Boate do Direito. O que mostra a emergência de espaços “criados” pelos próprios estudantes para se relacionarem.

A Boate do Direito também fez parte do processo de redemocratização, uma vez que funcionava desde a década de 1960, sendo fechada no início dos anos 1970 com o endurecimento do governo ditatorial e, por fim, foi reaberta no final desta década, tornando-se ponto de encontro da juventude universitária pelotense que lutava por “todos os tipos de liberdade”. A Boate do Direito passou a ser chamada por seu público de “Sanatório”, uma vez que, conforme os próprios, ali “todos os loucos se encontravam”. Havia ainda a Boate da Leiga do curso de Medicina¹⁸ da UFPel e a Boate da Odonto, do curso de Odontologia também da UFPel. Dentre outros circuitos frequentados pela boemia estudantil daqueles anos estão: o Bar Misturança, o Bar da Beth¹⁹.

O curso de Medicina da UFPel possuía sua própria oficina teatral. De acordo com as atas do DCE, no Teatro DANK (sigla de Diretório Acadêmico Naum Keiserman) da Medicina, ocorriam aulas de interpretação artística ministradas por Ronaldo Cupertino, também estudante. Segundo as fontes do NDH – UFPel, em 1978 foi encenada na faculdade a peça: “*Aprendiz de Feiticeiro*” de Maria Clara Machado, a qual havia sido censurada por órgãos repressores do governo. O elenco pelotense foi integrado por, dentre outros, Claudio Pendez, Vitor Ramil e Ben Wilson Berardi. De acordo com Ronaldo Cupertino, em depoimento escrito ao *Blog*

¹⁸ O curso de Medicina da UFPel era conhecido por Medicina Leiga devido ao seu vínculo com a Maçonaria, enquanto o curso de Medicina da UCPel relacionava-se com a Igreja Católica. De acordo com relatos, havia uma significativa competição entre maçons e católicos na cidade, os quais possuíam educandários. Dentre uma das lutas do Movimento Estudantil estava a federalização do curso de Medicina Leiga, até então de caráter particular. A faculdade de Medicina da UFPel foi federalizada no ano de 1977.

¹⁹ As informações constam no *blog*: <http://mepelotas.blogspot.com.br/>

Movimento estudantil Pós – 78, o movimento utilizava de estratégias para driblar a censura ao teatro:

Lembro que para liberar uma peça na Polícia Federal, vinham dois agentes de Rio Grande. Um olhava a peça e outro acompanhava o texto. O que fazíamos era ensaiar duas peças: uma para os censores e outra para o público. Uma vez, um dos agentes veio assistir uma estreia na Escola Técnica. Apresentamos o espetáculo sem dar a mínima para o agente da PF. Como já tínhamos o carimbo que eles davam nos textos, nada aconteceu.

Talvez a nomenclatura de “cidade universitária” tenha se manifestado, principalmente, devido ao próprio meio universitário na cidade em ascensão nas décadas de 1970 e 1980. Com isso acreditamos que um aspecto a ser exposto é a importância do Movimento Estudantil para dinâmica da cidade de Pelotas, no sentido cultural e na criação de espaços urbanos de lazer e divertimento. Consideramos oportuno analisar as dimensões atingidas pelo Movimento Estudantil, além dos debates políticos durante esse período. É nesse universo divertido e complexo que a maioria dos militantes estudantis pelotenses fez sua aprendizagem. Nas noites os bares funcionavam como centros de debates políticos e locais de organização. Contudo, apesar da grande representatividade que os espaços culturais e de entretenimento obtiveram nas atuações do Movimento Estudantil universitário em Pelotas, o ambiente capaz de fomentar e mobilizar os ideais estudantis diante da repressão do governo efetivamente era a própria universidade. Assim, passamos a considerar a importância da universidade para as mobilizações estudantis e o processo de criação e consolidação da UFPel e da UCPel diante do conturbado cenário político nacional.

3.2. UFPel e UCPel: A repressão, a crise, a retomada

Em seu sentido mais amplo, a universidade é o lugar de exercício do saber e do conhecimento humano. É na universidade, que o acadêmico passa de estudante à profissional. O período de estudos universitários compreende um momento de

distinta importância ao indivíduo por possibilitar uma série de vivências e trocas de experiências enriquecedoras, tanto profissionais quanto pessoais, principalmente durante a juventude. Segundo Foracchi o ingresso na universidade e a participação da vida universitária representa um processo de grande mudança na vida do jovem estudante:

Representam uma situação nova, abrem-se horizontes de participação que são novas pelas oportunidades que o jovem encontra de conviver com outros que compartilham dos seus problemas, envolvendo-se na busca comum das alternativas desejadas, criando compromissos semelhantes com a condição que, no momento, define as suas vidas que é a condição de jovem (FORACCHI, 1972: p.74 – 75).

Sobre essa questão Bordieu afirma que a arbitrariedade dos critérios etários que constituem a categoria “juventude”, que a exemplo dos de sexo e classe, têm a função de, ao impor limites, produzir uma ordem que coloca os sujeitos em lugares predeterminados, como se este fosse o seu lugar, servindo a ordenamentos classificatórios. Mesmo sendo cada vez mais comum o fato de adultos adentrarem a universidade. Percebemos tal questão como um fenômeno recente, pois nas décadas de 1970 e 1980, os estudantes universitários eram majoritariamente jovens, principalmente em universidades federais (BORDIEU, 1983, p. 112).

Podemos dizer que, além da influência que a vida universitária exerce nos sujeitos que integram as Instituições de Ensino Superior, a universidade também alcança um papel mais vasto, o social. Para Marilena Chauí, “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo” (CHAUÍ, 2003, p.5). Sendo uma instituição social, a universidade não é alheia aos acontecimentos sociais, ao contrário, as mudanças sofridas pela universidade acompanham as transformações políticas, econômicas e culturais de um determinado contexto social. Dessa forma, a relação entre universidade e Estado não poderá ser exteriorizada, uma vez que o caráter democrático da universidade é determinado pela presença ou ausência da prática democrática do Estado. Portanto, a universidade só poderá exercer seu papel de instituição social autônoma e diferenciada em um Estado democrático (CHAUÍ, 2003). Com isso, durante os anos de repressão ditatorial no Brasil, as

universidades foram atingidas em todo o seu cerne, levando a atuação de mobilizações estudantis a fim de recuperar a autonomia tomada.

Durante muito tempo, em diferentes partes do mundo, a universidade exerceu um caráter elitista. Foi apenas a partir da década de 1950 do século XX, com referência ao contexto mundial e nacional, que ocorreu um crescente e contínuo aumento das instituições de ensino superior em todo o mundo, principalmente na Europa ocidental e na América do Norte. De acordo com Eric Hobsbawm, o avanço em números de estudantes de instituições de ensino superior é um dos fenômenos característicos do final do século XX, chegando a multiplicar-se por sete a nove em países como Espanha e Noruega (HOBBSAWM, 1995).

No Brasil, especificamente, o acesso à universidade tornou-se progressivamente, mais popular, deixando de ficar restrito às classes abastadas da sociedade também a partir da metade do século XX. O diploma universitário, aos poucos, foi se tornando um sonho concretizado por jovens provenientes de famílias de camadas altas e médias, nas grandes capitais brasileiras e, até mesmo, nas pequenas cidades do interior. De acordo com os dados presentes no Relatório MEC / SESU de 1978, o número total de vagas oferecidas no ensino superior no Brasil em 1968 era de 88.588. Em 1972, auge do “Milagre Econômico”²⁰, há um considerável avanço no número de vagas, o qual atingiu a contagem de 223.009, alcançando um crescimento no ano anterior, em 1971, de 39,4%. O número de vagas seguiu em crescimento, porém houve relevante diminuição no seu desenvolvimento. Em 1977, tempos de crise econômica no governo Geisel, o aumento era apenas de 2,9% se comparado aos anos anteriores, neste ano, o número de vagas nas universidades brasileiras estava em 393.560 e em 1978 as vagas haviam atingido o número de 405.367. Contudo, no decorrer dos anos, com a propagação da crise econômica em todo o território nacional, o número de vagas nas universidades diminuiu drasticamente. Conforme análise do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 1998, a década de 1980 obteve um

²⁰ “A expressão ‘Milagre Econômico’ foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de ‘milagre alemão’. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão ‘milagre brasileiro’ passou a ser usada como sinônimo do *boom* econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo” (PRADO; EARP, 2012, p. 219).

crescimento medíocre em relação ao número de vagas em universidades, de 404.814 em 1980 para 466.794 em 1989. Tal questão existente entre a crise econômica e as vagas e matrículas nas universidades pesquisadas será analisada ao longo do presente capítulo (MEC / SESU, 1978).

Mesmo diante do quadro de repressão ditatorial, a universidade brasileira tornou-se o centro da efervescência de novas ideias e novas formas de comportamento. Entretanto, essas novas ideias sofriam repressão dentro da própria instituição e dos representantes do exército ali instalados. Contudo, de acordo com Nadine Habert, as propostas revolucionárias tiveram maior penetração no meio estudantil universitário, em razão deste ser, de acordo com a autora, o principal campo de debate de ideias e dos projetos políticos de esquerda, de onde saíram a maior parte dos militantes dessas organizações (HABERT, 1992). A universidade foi um alvo constante da ditadura civil-militar brasileira, que perseguia não apenas universitários como também docentes e funcionários das instituições. Um exemplo emblemático da repressão ao setor universitário pode ser observado na ação da ditadura sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE).

A entidade de maior representatividade dos universitários brasileiros em nível nacional é a UNE. Fundada no Rio de Janeiro em 1937, a UNE, ao longo de sua história, sofreu significativos embates com governos em contextos políticos diversificados. Em novembro 1964, a UNE foi fechada e posta na ilegalidade por meio da Lei nº 4.464, conhecida como Lei Suplicy e Lacerda, nome do então Ministro da Educação. Essa lei instituiu como forma legal o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA), restrito a cada curso, e o Diretório Central de Estudantes (DCE), a fim de extinguir a representatividade estudantil de caráter nacional e transformar as entidades estudantis em órgãos dependentes do MEC, quanto às verbas e orientação. De acordo com Fávero, a UNE foi acusada de servir como ponto de referência para movimentos subversivos e ser centro de agitadores. Assim, a UNE foi substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais (DEE's) (FÁVERO, 1995).

Mesmo em meio ao contexto de repressão às universidades brasileiras, durante os primeiros anos do governo ditatorial, foram criadas instituições de ensino superior em todo o Brasil. Nesse conturbado momento foram edificadas as duas maiores universidades de Pelotas, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a

Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Assim, passamos a considerar como se deu a criação destas instituições.

A Universidade Federal de Pelotas foi criada pelo decreto-lei nº 750, de 8 de agosto de 1969, no auge da ditadura civil-militar brasileira. A Universidade advém de mudanças e reestruturações de outras universidades. Primeiramente, houve a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, estabelecida pelo decreto nº. 49.529, de 13 de dezembro de 1960, a qual pertencia ao Ministério da Agricultura e tinha como sede a cidade de Pelotas. Com o decreto que estabeleceu a UFPel, a Universidade Federal Rural era integrada pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e outras escolas e cursos criados após o decreto, como os cursos de Ciências Domésticas, instituído em 1961, e o curso de Veterinária a partir de 1969. Com a criação da UFPel, foram anexadas áreas que pertenciam a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Direito.

A respeito das origens das faculdades de Odontologia e Direito, estas foram criadas nos anos de 1911 e 1912, respectivamente, e ambas eram agregadas ao Ginásio Pelotense, atualmente Colégio Municipal Pelotense. De acordo com Giane Lange do Amaral, o então Ginásio Pelotense foi criado em 1902 por um grupo pertencente à Maçonaria, a fim de proporcionar a cidade uma alternativa de ensino laico e de elevada qualidade, destinado às camadas mais abastadas da sociedade. Os cursos de nível superior do Ginásio Pelotense foram instituídos a partir da implantação da Lei Orgânica de 1911, a qual permitia a estabelecimentos criar cursos de ensino superior. Com a Lei também passou a ser instituído o exame de admissão ao ensino superior, independente de certificados ou atestados de estudos secundários, ou seja, poderia ingressar no ensino universitário qualquer aluno aprovado no vestibular, independente de sua escolaridade (AMARAL, 2005).

Para Amaral, foi devido à autonomia permitida pela Lei que o Ginásio Pelotense fundou três cursos de ensino superior: a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Agrimensura e a Faculdade de Direito. Para a autora, o objetivo da criação de tais cursos estava atribuído à dinâmica social de Pelotas naqueles anos:

É possível deduzir que a criação destes três cursos de ensino superior, anexos ao Pelotense, serviu aos interesses maçônicos de atuação junto à formação profissional de um grupo que se consolidava na cidade nos primeiros anos deste século: os profissionais liberais. Nos cursos de Farmácia e Odontologia e de Agrimensura, privilegiava-se o método experimental, de caráter mais técnico, através de estudos práticos bastante vinculados à realidade e à própria necessidade da comunidade. Já a Faculdade de Direito, através do desenvolvimento e domínio da retórica e do conhecimento das leis, encarregava-se da indispensável preparação da elite dirigente. Desta forma, eram atendidos os interesses de representantes da elite tradicional da cidade e do emergente grupo social ligado à indústria e ao comércio, que compunham a Maçonaria local (AMARAL, 2005: p. 6, 7).

O campo da educação na cidade de Pelotas, desde sua gênese, esteve atrelado a questões de poder. O fato de um grupo conservador como a Maçonaria criar uma escola, na qual era possível estudar meninas e meninos juntos, foi uma maneira de disputar um espaço político e ideológico na cidade com outro grupo de bastante relevância social e também de intenso conservadorismo, como o grupo ligado a Igreja Católica. O grupo católico de Pelotas também obtinha representação e influência na educação por meio do Colégio Gonzaga, no qual era permitido estudar apenas meninos. Mesmo não sendo o foco do presente estudo, consideramos relevante analisar tais implicações, uma vez que os colégios Pelotense e Gonzaga foram originários dos primeiros cursos das instituições de ensino superior UFPel e UCPel, respectivamente.

Com o advento da Revolução de 1930, as Faculdades foram adequadas às novas leis do ensino superior, as quais exigiam o cumprimento de uma série de normas, determinando a obrigatoriedade da Inspeção Federal nº 972 para o devido funcionamento das Faculdades. A Faculdade de Odontologia (popularmente referida pelos estudantes como “odonto”), após separar-se do Ginásio Pelotense, passou a lutar por uma sede própria e entrou em uma fase de adaptação às novas leis do ensino superior até o alcance da Inspeção Federal Permanente no ano de 1941, de acordo com o decreto nº. 802. Para a Faculdade de Direito da UFPel, foi concedido a Inspeção Federal Permanente no ano de 1936. De 1936 até 1949, a Faculdade de Direito conservou-se como instituição isolada, mantendo-se com recursos próprios, doações financeiras de políticos e de membros da comunidade em geral, até que em

1949, a Faculdade foi incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), federalizando-se no ano seguinte.

Como já referido anteriormente, a UFPel foi instituída no ano de 1969, durante o ápice da repressão ditatorial brasileira. Desse modo, o processo de unificação dos cursos, unidades e dos variados órgãos da UFPel passou por uma série de dificuldades que implicavam em sua execução. Antes de sua criação, os cursos que irão compor a UFPel estavam vinculados à UFRGS. Para Magalhães, a própria forma que se deu a criação da UFPel, intrínseca ao momento político por qual o país passava durante aqueles anos, não permitiu que o desenvolvimento da Universidade seguisse um plano diretor (MAGALHÃES, 1999).

Como é possível apreender, o contexto social e político em que se deu a criação da UFPel não foi nada favorável para a concepção no que tange a autonomia de uma instituição de ensino superior. No final da década de 1960, com a posse do General Emilio Garrastazu Médici (1969 – 1974), a política ditatorial passou por mudanças significativas, principalmente em respeito à repressão aos movimentos oposicionistas e ao rápido crescimento econômico. Para legitimar a repressão, o governo contava com o Ato Institucional número 5 (AI-5) de 1968, promulgado durante o governo Costa e Silva (1967 – 1969). Tal decreto possibilitou ao regime poderes absolutos, o que culminou na face mais cruel da ditadura (PRADO; EARP, 2012).

Dentre as medidas de controle e repressão estabelecidas durante o período mais duro do regime está a Reforma Universitária de 1968, implicação específica às instituições de ensino superior do Brasil que estava atrelada a acordos e interesses internacionais. Assim, consideramos importante traçar algumas linhas a respeito das decorrências da Reforma Universitária de 1968 no ensino superior brasileiro e, com isto, entendermos melhor os moldes em que a UFPel e UCPel foram instituídas.

De acordo com Maria de Lourdes Fávero, o Brasil consultou os Estados Unidos a fim de realizar reformulações estruturais nas Instituições de ensino superior do país. Para tanto, a Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC) convidou em 1965 o consultor norte americano Rudolph Atcon para obter um estudo no Brasil, o qual resultou no documento "Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira", publicado pelo MEC em 1966, ficando

conhecido como Plano Atcon²¹. Este documento preconiza a implantação de uma nova estrutura administrativa universitária baseada num modelo com princípios básicos em rendimento e eficiência (FÁVERO, 2006).

O “Plano Atcon” teve papel elementar na Reforma Universitária de 1968 e, mais que isto, pode ser considerado uma espécie de controle norte-americano ao modelo de universidade em toda a América Latina. Este plano vai ao embate dos objetivos do Movimento Estudantil, uma vez que considera os graduados dominadores de aspectos importantes da vida social, e, portanto, segundo a ideia do Plano, é necessário “modelar” a sua formação:

O clã dos graduados universitários domina todos os aspectos significativos da vida social; acresça-se a isso que apenas quatro latino-americanos em cada dez mil atingem um grau acadêmico, e podemos prontamente concluir que é nosso dever consagrar a máxima atenção, quando não interferir decisivamente, a esta instituição social denominada Universidade (ATCON, 1963, p. 20 apud FÁVERO, 1991, p. 20-12).

Fávero sintetiza de que maneira se deu a influência do *Plano Atcon* na Reforma Universitária de 1968 no ensino superior brasileiro, uma vez que tal reforma, de acordo com a autora, incorporou as seguintes propostas do plano:

O projeto da Reforma Universitária incorpora algumas das propostas do *Plano Atcon*, como: defesa dos princípios de autonomia e autoridade; dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; necessidade de reformulação do regime de trabalho docente; criação de centro de estudos básicos. Entre as propostas e recomendações feitas por Atcon encontra-se a criação de Conselho de Reitores das universidades brasileiras. Este não deveria

²¹ Conforme Carla Busato Zandavalli “Os princípios desse documento, porém, já estavam assentados em trabalho anterior apresentado em 1958 à Universidade de Princeton, sob o título: *Outline of a proposal for US policy concentration in Latin América on university reorganization and economic integration*. O material foi posteriormente publicado em revistas sob o título *The Latin American University* e assumido em 1963 pela *United States Agency for International Development (USAID)*, como parte do projeto educacional para a América Latina” (ZANDEVALLI, 2009) disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772009000200008&script=sci_arttext

confundir-se com o Fórum de Reitores, já existente (FÁVERO, 2006, p. 31).

Após a elaboração do *Plano Atcon*, o governo ditatorial criou em 1968 o chamado Grupo de Trabalho (GT) por meio do Decreto nº 62. 937, de 02.07.1968, “encarregado de estudar, em caráter de urgência, as medidas que deveriam ser tomadas para resolver a ‘crise da Universidade’” (FÁVERO, 2006, p.32). O Grupo realizou a partir do estudo, um relatório final onde sinaliza que a “a Reforma Universitária é uma das urgências nacionais” (Relatório do Grupo de Trabalho, 1968, p. 17). Desse modo, a Reforma Universitária de 1968 acarretou medidas e propostas de mudanças nas universidades brasileiras. Entre tais medidas tem-se: “o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação” (FÁVERO, 2006, p.34).

Silvia Maria Leite de Almeida, ao analisar as implicações da Reforma Universitária de 1968 no ensino superior brasileiro, vai ainda mais além em suas considerações, as quais possibilita-nos observar o quanto tal Reforma foi responsável pelo caráter repressor das universidades naquele momento. De acordo com a autora:

A Reforma Universitária de 1968 [...] foi responsável por uma grande mudança no sistema de educação superior do país. Com finalidades que comungavam com o sistema autoritário implantado e visando contornar velhos problemas que repercutiam em ruidosas reivindicações, a Reforma tratou de assuntos como a extinção da cátedra, a departamentalização do sistema universitário, a criação do regime de créditos e, em relação ao acesso aos estudos superiores, a efetivação do concurso vestibular classificatório, a indicação de realização de vestibular unificado e a criação do ciclo básico (ALMEIDA, 2006, p. 222 - 223).

As intervenções e implicações realizadas pelo governo ditatorial às universidades, como o Plano Atcon e a Reforma Universitária, estavam instituídos em uma série de acordos entre o governo, representados pelo MEC e pela agência norte-americana USAID. A agência norte-americana surgiu em 1961 para dar

continuidade, em escala ampliada, ao trabalho da International Cooperation Administration (ICA). Segundo Sá Motta, desde 1954 a ICA vinha financiando projetos de interesse do governo norte-americano em diversas partes do mundo, com a justificativa de auxiliar os países mais pobres. A partir de 1961 a USAID assumiu os programas mantidos pela ICA e de acordo com o autor, os recursos disponíveis tornaram-se maiores e os objetivos ainda mais ambiciosos, respondendo às ansiedades crescentes do governo dos EUA em relação à América Latina e, especificamente, ao Brasil (SÁ MOTTA, 2010).

Os chamados acordos MEC-USAID tinham como objetivo a redefinição para as políticas públicas no ensino superior. De acordo com Sá Motta, a atuação na área educacional do acordo foi apenas a parte mais visível do desempenho da USAID no Brasil. Os acordos MEC-USAID ganharam mais notoriedade por envolverem os setores estudantis, os quais passaram a inserir em suas pautas de luta a interferência dos EUA na educação brasileira. Os projetos educacionais não ficaram restritos ao ensino superior, mas também aos ensinos médio e fundamental. Ainda, a agência norte-americana agia na publicação de livros. A USAID financiou diversos programas no Brasil, como pesquisa científica, segurança pública, agricultura, habitação, formação de mercado de capitais e obras de infraestrutura (SÁ MOTTA, 2010). Esses acordos influenciaram as estruturas das duas universidades que pesquisamos.

Em meio a este contexto, a UFPel recém criada, teve que se adequar aos parâmetros da referida Reforma Universitária, os quais presidiram sua implantação e primeiros passos até o processo de redemocratização política do Brasil. Deste modo, acreditamos ser relevante ao presente estudo tal verificação, uma vez que foi estas características da Reforma, impregnadas de conservadorismo, um dos alvos na luta do grupo que pesquisamos no Movimento Estudantil universitário em Pelotas. Não é à toa que uma das reivindicações almejadas pelo Movimento era uma nova Reforma Universitária.

Uma das fontes consultadas, demonstra que havia debates sobre a Reforma entre os estudantes universitários pelotenses e que a mesma foi, bem como suas implicações, matéria de pauta do jornal acadêmico do curso de Agronomia da UFPel, *“O Teodolito”*, na edição de março de 1979. Em artigo intitulado: *“O famigerado acordo MEC-USAID e a repressão da reitoria”*, sem assinatura de autor,

foi esboçada de maneira crítica a opinião estudantil a respeito, não apenas da Reforma Universitária como também do acordo MEC-USAID, *Plano Atcon* e a relação existente entre o governo ditatorial brasileiro e o governo norte-americano. De acordo com o artigo, a Reforma Universitária poderia ser considerada, o reflexo de uma dependência econômica e cultural e, por isso, procurava adaptar-se às necessidades das grandes empresas multinacionais em meio à política econômica do pós-64. O texto ainda faz referência aos elementos em que as Universidades brasileiras estavam condicionadas. Tal estrutura universitária de acordo com o artigo possibilitava aos estudantes um processo de isolamento, por não haver a experiência de um grupo de estudo ou turma, os universitários estavam sendo levados a uma atuação individualista e “sem troca de informações de uma consistência crítica da realidade histórica” (*O Teodolito*, março de 1979, p.12). No mesmo artigo ainda foram apresentadas as seguintes considerações a respeito dos efeitos da Reforma Universitária nas universidades e na vida estudantil:

O canal natural de encaminhamento de soluções por parte do aluno, o Diretório Acadêmico, foi institucionalmente desfigurado pela Reforma, passando de entidade de debate, organização e reivindicação de estudantes, a órgãos meramente assistenciais, a que, ao procurar superação na prática, aquele desfiguramento está forçado pelas leis de exceção. Assim, o aluno tem graves problemas e não tem como atuar na sua solução, porque a participação oferecida pela Reforma, além de ser mínima, foi estabelecida para esvaziar a representatividade e influência do estudante, o que fica claro no relatório Atcon. Essa estrutura desfigurou, como resultado, pode ser boa para sustentar o modelo econômico e suas normas distorções, mas absolutamente não serve para formação de profissionais conscientes (*O Teodolito*, março de 1979, p. 12).

Deste modo, percebemos que a importância das questões apontadas e o enfrentamento à Reforma foram um dos pontos importantes de tensão do Movimento Estudantil de Pelotas, capaz de fomentar calorosas discussões e debates nas páginas dos jornais estudantis. É necessário lembrar que no período em que foi escrita a publicação do jornal, já estava em emergência um processo de transição, possibilitando assim, a expressão dos variados meios de comunicação, que os estudantes souberam aproveitar.

Entretanto, ao analisarmos o processo de criação da Universidade Federal de Pelotas, percebemos que este se deu em meio as condicionantes da Reforma

Universitária de 1968. O procedimento de criação da UFPel foi iniciado por professores da região por meio de intensa campanha de mobilização da opinião pública e de pressões junto a políticos e órgãos federais, a fim de unificar os variados institutos de ensino superior que haviam na cidade em um único conjunto educacional. A ideia também consistia em ampliar o número de cursos e unidades para potencializar os recursos disponíveis, até então dispersos ou divididos em vários órgãos. Ainda, a campanha de criação de uma Universidade Federal em Pelotas buscou apoio de autoridades da época, mesmo essas fazendo parte do governo, como Tarso Dutra, Ministro da Educação do governo Costa e Silva e o próprio General Costa e Silva, então Presidente da República (MAGALHÃES, 1999).

Assim, com o apoio de forças políticas do governo ditatorial, a UFPel é imbuída/estruturada seguindo os moldes conservadores e repressores instituídos pelo governo. Seus primeiros cursos foram promovidos conforme as necessidades do mercado de trabalho. Com o advento do AI-5, as leis desarticuladoras dos movimentos organizados foram postas em prática no interior das universidades, o que passou a reprimir manifestações estudantis, bem como interferir no trabalho de professores e funcionários. Contudo, tal submissão ao AI-5 não se tratava de uma escolha própria da universidade ou não, e sim uma imposição do governo, o qual engessava todas as instituições de ensino do Brasil como também o restante da sociedade. O fato de a UFPel tratar-se de uma instituição recentemente criada fez com que tais imposições fossem facilmente absorvidas, uma vez que a Universidade não obtinha um passado institucional de contestação para se guiar diante deste conturbado momento de restrições e repressões impostas pelo governo vigente.

Assim como a UFPel, em que muitos de seus primeiros cursos são oriundos do Ginásio Pelotense, a Universidade Católica de Pelotas (UCPel) – outra Universidade que tange nossas pesquisas a respeito do Movimento Estudantil universitário em Pelotas – também tem suas origens em um colégio da cidade, o Colégio Gonzaga. Desde 1937, juntamente com a fundação do Colégio Gonzaga, foi constituída a Faculdade de Ciências Econômicas, na qual eram ministrados cursos de comércio de ensino secundário e superior. A Faculdade de Ciências Econômicas surgiu como o 4º estabelecimento de ensino superior em Pelotas. A iniciativa em

criar tal faculdade se deu através dos professores Irmãos Lassalistas²² que atuavam no Colégio Gonzaga de Pelotas desde 1926 por meio da Escola Técnica do Comércio, juntamente com a Escola Superior do Comércio, a qual foi transformada em Faculdade de Ciências Econômicas, sendo o gérmen embrionário da UCPel (POERSCH, 1991).

Segundo Giane Amaral, a Faculdade de Ciências Econômicas foi desvinculada do Colégio Gonzaga em 1955 e incorporada à Mitra Diocesana. A Universidade Católica de Pelotas foi a primeira da cidade e a terceira do estado do Rio Grande do Sul a ser fundada. Sua criação ocorreu no ano de 1960. Dentre os cursos originais da Universidade estão: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criadas pelo Bispo Dom Antonio Zattera (AMARAL, 2005, p.8).

Observa-se, portanto, que a UCPel, ao contrário da UFPel que já nasceu dentro das normas da ditadura, teve de adequar suas estruturas de ensino à Reforma Universitária. Esse acontecimento na UCPel foi um processo de reestruturações que ocupou quase toda a década de 1970 até que a Universidade estivesse completamente ajustada às implicações da Reforma. De acordo com Poersch, as mudanças na UCPel deveriam ocorrer por ordem do MEC até o dia 1 de janeiro de 1971, no entanto, uma série de postulados preliminares tinham de ser preenchidos e muitos destes dependiam do Conselho Federal de Educação, o que acarretava em tempo. Dentre estes postulados estavam à aprovação do plano de reestruturação, sendo aprovado pelo parecer nº. 431 / 71, somente em 6 de junho de 1971. Posteriormente, houve a aprovação do estatuto pelo parecer nº. 755 / 71 de 8 de outubro do mesmo ano e, finalmente, o regimento geral da Universidade também necessitou ser alterado, sendo aprovado pelo Conselho Universitário no início de 1972 e obteve laudo favorável do Conselho Federal de Educação, por meio do parecer nº. 1.066 / 73, de 5 de julho de 1973 (POERSCH, 1991).

As alterações estruturais na UCPel, a fim de adequá-la às implicações da Reforma Universitária de 68, se deram por meio de uma Comissão de Implantação da Reforma Universitária (CIRU), criada pelo Conselho Universitário em 21 de

²² Membros de uma congregação religiosa de monges laicos fundada por São João Batista de La Salle. Não formam uma ordem religiosa tradicional e se encontram dentro da Igreja Católica. A congregação reúne cerca de 7.100 irmãos envolvidos com a educação de aproximadamente um milhão de alunos em mais 85 países.

agosto de 1971. A Comissão trabalhou efetivamente durante 4 anos, tendo cumprido a total implementação da Reforma na universidade em 1975. Dentre as alterações na universidade, observamos que estas se deram também diretamente no trabalho dos docentes. A Reforma disponibilizava ainda cursos didático-pedagógicos aos professores, com objetivo de adequar o trabalho dos docentes às implicações da Reforma, e consequentemente dar subsídios de controle ao governo ditador. Estes cursos de professores na UCPel se deram entre os anos 1972 e 1973, auge do autoritarismo político (POERSCH, 1991).

Mesmo nesse contexto de cerceamento, as organizações estudantis estão presentes em ambas as IES pesquisadas desde sua criação. Assim, as duas universidades vivenciaram movimentações estudantis durante o conturbado momento político brasileiro dos anos 70 e 80. Destaca-se que, apesar de possuir algumas disputas entre os estudantes, gerenciadas principalmente pelo fato de uma ser pública e a outra privada, houve momentos de união entre UFPel e UCPel no Movimento Estudantil contra a ditadura civil-militar.

A união entre os militantes das duas universidades se dava em fóruns, sobretudo por meio dos encontros regionais do Movimento Estudantil. Conforme Della Vechia, que militava na UCPel, um dos momentos de unificação entre a UFPel e a UCPel foi durante a greve dos Restaurantes Universitários (RU's), pois tratava-se de uma questão generalizada, que atingiu os estudantes das universidades públicas e privadas. Além disso, os DCE's e os DA's de ambas as universidades, muitas vezes, possuíam as mesmas pautas, e por esta razão, realizavam reuniões conjuntas. A união também se dava em momentos culturais organizados pelo Movimento Estudantil, ao trazer, por exemplo, um artista do centro do país para uma apresentação na cidade. O entrevistado nos apresenta o exemplo das Calouradas²³ unificadas entre UFPel e UCPel:

Houve mais de uma vez a Calourada unificada entre a Federal e a Católica, então a gente diminuía o custo, trazia pessoas de maior representatividade do que costumava trazer, e isso dava uma motivação importante [...] havia também as festas conjuntas, desde que houvesse alguma condição de convivência dos DCE's sempre teve, talvez quando não teve foi quando se perdeu aqui na Católica pra direita em 83 pra 84.

²³ Tradicional abertura do ano letivo universitário com a finalidade de dar “boas vindas” aos ingressantes na universidade.

No entanto, para Jacira Porto, então estudante da UFPel, não havia uma relação intensa entre o Movimento Estudantil da UFPel e da UCPel por ser “mais difícil fazer movimento estudantil dentro da Universidade Católica”, segundo a entrevistada, embora em alguns momentos houvessem lideranças na UCPel capazes de aglutinar movimentações entre as duas universidades. Porto adverte que havia uma articulação muito forte quanto aos encontros da UNE, nos quais o Movimento Estudantil mobilizava esforços, em sentido financeiro, para enviar ao menos alguns representantes:

Mas tinha os encontros da UNE, onde o pessoal tinha uma articulação muito forte né, principalmente quem tinha mais envolvimento, o pessoal que era presidente do Diretório que ia aos encontros, até porque a gente não tinha dinheiro, a gente tinha que fazer, às vezes, muito esforço pra pagar um encontro, então são coisas que... Às vezes a direção até, tinha vezes que nos ajudava, mas tinha uma articulação desses grupos que eram os grupos tipo esse, a LIBELU, então tinha uma articulação a nível nacional, mas daí tinha as representações, mas esses grupos mais fechados eu diria minoritários, eu sempre tive uma relação legal com todos.

Soma-se a esses processos de edificação dessas entidades de ensino superior, que de uma forma ou outra marcaram o Movimento Estudantil pelotense, a questão do conturbado momento histórico. O final da década de 1970 e início da década de 1980 ficaram distinguidos não apenas pelo processo de redemocratização política desencadeada sob “vigilância”. Durante este período o Brasil enfrentou uma significativa crise econômica, afetando as universidades. Além do corte de verbas, o governo passou a cobrar anuidades das universidades públicas, o que gerou revolta por parte dos estudantes, provocando ainda mais as pautas de luta do Movimento Estudantil.

É importante destacar que a abertura política e a movimentação estudantil tiveram um respaldo com o descrédito econômico após “fim” do “Milagre Brasileiro”. No âmbito internacional, ocorria o súbito aumento do preço do petróleo, após o fim de um conflito árabe-israelense no Oriente Médio. No final do ano de 1973, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) resolveu quadruplicar o preço do produto a fim de atingir os EUA e os países europeus que teriam apoiado

Israel no conflito. Após o término do crescimento econômico brasileiro – contraditoriamente gerador de desigualdade social – o governo Médici deu lugar ao governo do General Ernesto Geisel (1974 – 1979), o qual, de acordo com Luiz Carlos Delorme Prado e Fabio Sá Earp, executou mudanças e passou por turbulências, porém insistiu na ideia de crescimento econômico:

Apesar do excepcional desempenho econômico, Médici não fez seu sucessor. Mas também seu governo, que se encerrou no alvorecer da crise internacional, não foi obrigado a tomar decisões difíceis. O novo presidente Ernesto Geisel, era um aliado do grupo Castalista e substituiu os mais importantes ministros da era do Milagre, inclusive o poderoso Delfim Netto. O novo governo navegaria em um mundo mais turbulento e seria obrigado a voltar escolher entre estabilização e crescimento. E, mais uma vez, o espectro da legitimação pela eficácia não deixava alternativa ao presidente a não ser fugir para a frente, e insistir no mito da predestinação brasileira para um crescimento econômico sem interrupções ou limites (PRADO; EARP, 2012: P. 235).

Ao longo do governo Geisel, o país passou a enfrentar uma crise econômica crescente. De acordo com Enrique Serra Padrós e Alessandra Gasparotto, o Brasil encontrava-se em crise econômica desde a chamada “crise do petróleo”. Com isso, muitos setores que anteriormente davam sustentação ao regime passaram a contrapô-lo. Tais mudanças acarretaram ainda no fortalecimento da oposição representada pelo único partido, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Desta forma, o governo incidiu então a organizar-se para uma distensão “lenta, gradual e segura”. Foi a grande estratégia do governo Geisel, a fim de manter o controle do poder político. Entretanto, esse novo cenário que passou a se formar, o governo não excluiu a manutenção dos diversos aparatos repressivos supervisionado por militares e civis. Foi nesse momento que, segundo Padrós e Gasparotto, deu-se a rearticulação dos movimentos sociais em todo o Brasil, incluindo o Movimento Estudantil (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009).

Outro fator responsável por gerar mudanças no cenário político nacional foi o afastamento do Brasil, durante o governo Geisel, em relação aos EUA no governo Jimmy Carter (1977 – 1981). Por razões políticas, a fim de recuperar a hegemonia mundial após a derrota na Guerra do Vietnã (1955 – 1975), os EUA passaram a investir em uma política internacional em favor dos direitos humanos e, assim, contra

as ditaduras militares da América Latina. Conforme Francisco Carlos Teixeira da Silva, a ruptura entre Brasil e EUA iniciou quando os EUA advertiu publicamente Geisel quanto à violação dos direitos humanos no Brasil:

O sinal mais evidente da seriedade da política americana se deu quando, após inúmeros contatos secretos, Washington adverte publicamente o general-presidente Ernesto Geisel sobre a violação dos direitos humanos no Brasil. A resposta é imediata, e marca caracteristicamente o isolamento, a partir de então, das ditaduras: o general brasileiro denuncia os acordos de cooperação com os Estados Unidos. Nesta fase, Geisel, imbuído do nacionalismo militar, e cioso dos preceitos da soberania nacional, enfrentou claramente os Estados Unidos, com suas pretensões de reorganizar a hegemonia mundial pós Vietnã. Sem dúvida, as medidas mais irritantes de Geisel para com os americanos, em especial o acordo nuclear com a Alemanha, e os preceitos de política externa de Moçambique, condenado de Israel da ONU – ajudaram os americanos a apoiar a oposição interna no país (SILVA, 2012, p. 252).

Podemos observar ainda que a crise financeira configurou-se em um fator determinante para uma movimentação crítica mais diluída no corpo social do Brasil. De acordo com Flavia Santana o Movimento Estudantil obteve fortalecimento justamente devido à crescente impopularidade do regime, uma vez que havia uma nova oposição, insatisfeita com os rumos do país, principalmente devido à crise econômica. Para a autora:

O agravamento das condições do ensino nas Universidades - causado, primordialmente, pela política governamental de redução de verbas e do privilégio da quantidade em detrimento da qualidade - também contribuiu para ampliar os protestos estudantis em 1977. Em São Paulo, a reivindicação era por mais verbas, enquanto, no Rio, os protestos eram contra o aumento exorbitante das anuidades. O regime, por sua vez, interpretava as manifestações como uma conspiração e tentava sufocá-las através da repressão. Tal atitude acabou por popularizar ainda mais esses eventos, bem como facilitou a reorganização do movimento estudantil (SANTANA, 2007, p. 189).

A insatisfação com o regime se dava em diferentes partes do território nacional. Devido a maior visibilidade, os protestos ocorridos em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo obtiveram maiores referências na historiografia. Contudo, constatamos

que a insatisfação com as questões econômicas também ocorreram em Pelotas, possibilitando mobilizações diversificadas do Movimento Estudantil na cidade. Em um material impresso intitulado “*Cadernos do DCE*” da gestão “Ponteio” do DCE UFPel de 1982 (Presidente José Eduardo Utzig – Agronomia, Vice-Presidente Fernando Recuero - Medicina), disponível no NDH da UFPel, verificamos relevantes considerações no texto intitulado “*Gratuidade e Seletividade*”, a respeito do panorama do ensino superior brasileiro e suas problemáticas. De acordo com o material, em meados de 1982 era primordial o debate sobre a questão do ensino público e gratuito, diante de um momento “em que a ofensiva do regime militar, contra a universidade e contra o povo brasileiro, assume proporções alarmantes” (*Cadernos do DCE*, 1982, s/p).

Além de manifestar-se claramente contra as medidas do governo, o texto mostra-se contrário a afirmação elencada pelo MEC e pelo então Ministro da Educação Rubem Carlos Ludwig (1980 – 1982) que justificavam as medidas tomadas pelo governo como um meio de “fazer justiça social”. De acordo com o ministro Ludwig a principal crise da educação estava nos ensinos 1º e 2º graus (equivalentes aos atuais ensinos fundamental e médio, respectivamente). Sendo assim, o Ministro argumentava que os recursos para solucionar a crise deveriam sair das universidades, por estas instituições congregarem privilegiados que poderiam pagar por seu ensino. Tais afirmações instigaram ainda mais o Movimento Estudantil da UFPel, representados pelo DCE, que as rebateu, declarando:

Em primeiro lugar, temos que desmistificar que o ensino pago na universidade vai realizar a “justiça social”. A “justiça social” só poderá ser feita quando não houverem mais explorados nem exploradores e quando todos tiverem acesso à educação em todos os níveis. A “justiça social” faz-se em toda a sociedade e não em parte dela. Por outro lado não vai ser retirando dos recursos do ensino superior que se irá melhorar a educação brasileira, pois a universidade tem relação direta com o ensino de primeiro e segundo graus. Onde são formados os professores do 1º e 2º graus? Sendo diminuídos os recursos para a universidade, seu nível de ensino ira decair (comparar o nível de ensino das públicas e nas particulares), o que significará necessariamente que o ensino de 1º e 2º graus sairá prejudicado. Outro aspecto é que ninguém nos garante que as verbas de 1º e 2º graus sairão efetivamente aplicados, pois, o encarregado do ensino de 1º grau é o poder publico municipal, e do 2º grau é o estadual. O Estado quer desobrigar-se da única

obrigação que tem com a educação, o ensino superior (*Cadernos do DCE*, 1982, s/p).

O texto segue afirmando que ao deslocar as verbas que seriam destinadas às universidades para os ensinos de 1º e 2º graus, o governo não estaria solucionando o problema e sim o aumentando, pois a solução segundo o Movimento Estudantil seria investir na educação de todos os níveis de ensino, uma vez que havia verbas para tal investimento, pois o governo destinava uma grande concentração de verbas à chamada “Segurança Nacional”. Outro agravante estava na implantação do ensino pago nas universidades públicas brasileiras. Para os militantes, o ensino pago nas universidades públicas, dentro do presente contexto social e econômico do país, significaria que os trabalhadores jamais teriam acesso ao ensino superior.

O problema de viés econômico enfrentado pelas universidades brasileiras estava inserido em um contexto de crise financeira generalizada em diferentes âmbitos da sociedade, como já comentamos. Durante o governo de João Baptista Figueiredo (1979 – 1985) a crise econômica tomou proporções significativas. Para José Pedro Macarini o governo de Figueiredo iniciou sob o signo da crise econômica existente desde o governo Geisel e, a fim de conter a crise, a política brasileira indicava o caminho da recessão econômica (MACARINI, 2008). Havia ainda a crise internacional, o sucessivo aumento do preço do petróleo, as crescentes taxas de juros, a crise energética e o presente quadro de hiper inflação no Brasil (COUTO, 2003).

Para Francisco Carlos Teixeira da Silva, originalmente a crise econômica não foi um fator que condicionou a reabertura, ao contrário, foi devido a suposta eficiência econômica do governo Médici que favoreceu a sucessão de Geisel, o qual juntamente com o General Golbery do Couto e Silva, traçou o projeto de abertura do regime. No entanto, de acordo com o autor, a crise econômica proporcionou o ritmo da abertura, por levar a opinião pública, em sua maioria, a voltar-se contra a ditadura civil-militar brasileira (SILVA, 2012).

Sob a grave crise econômica que o país atravessava, iniciou-se, no ano de 1978, a onda de greves que assolou diversos setores trabalhistas, principalmente na área industrial de São Paulo. Estas são muito abordadas na historiografia, como as

greves do ABC paulista, ocorridas no início do governo Figueiredo em 1979, onde cerca de 240 mil trabalhadores reivindicaram, principalmente, o aumento de salário (SILVA, 2000). Entretanto, as greves não atingiram apenas o setor operário, as universidades brasileiras também pararam em greves. Dentre as maiores greves registrada de alunos universitários está a greve ocorrida na UFPel em 1983. O movimento grevista contou com a participação dos funcionários da UFPel, os quais solicitavam o pagamento de seus salários atrasados. A greve foi iniciada em 15 de março e encerrou no dia 17 de maio, contabilizando 62 dias.

Notadamente, uma significativa parcela dos estudantes apoiou o movimento grevista, sendo que a greve dos estudantes da UFPel de 1983 se deu em meio a atos públicos, embates com o então Reitor José Emílio Araújo (1982 – 1984), assembléias estudantis, as quais, muitas vezes contaram com a presença de professores e cobertura da imprensa local, principalmente do jornal *Diário da Manhã*, além de confrontos entre os próprios estudantes da Universidade, uma vez que a partir do momento que a greve passou a se estender, grupos de estudantes, principalmente dos cursos de Odontologia e Direito, colocaram-se contra a greve, criando até mesmo o “Movimento pela volta as aulas”. Estes eram chamados pelos grevistas de “fura greves”, conforme documentação arquivada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH / UFPel). Logo, se percebe as fissuras que já comentamos anteriormente no interior do Movimento Estudantil universitário de Pelotas.

O fator que desencadeou a greve dos universitários da UFPel em 1983 foi, inicialmente, a reivindicação de subsídio para o transporte até o Campus Universitário do Capão do Leão, localizado a cerca de 30 km do centro de Pelotas. Contudo, em nota declaravam que, de fato, o estopim para a greve seria a questão do transporte até o Campus. Porém, segundo o Movimento, o motivo essencial para a greve estava na luta pelo ensino público e gratuito. Conforme a documentação de autoria do Comando de Greve da UFPel: “O ensino pago foi a pedra de toque: o subsídio ao transporte para os estudantes, o motor de arranque” (*Comando de Greve da UFPel*, 1983, s/p)

Em editorial expedido pelo Comando de Greve da UFPel de 1983 intitulado “*Estudante unido jamais será vencido! Subsídio para debates*”, os estudantes grevistas analisam as razões que levaram à greve e explicitam suas críticas ao

governo federal e administração da educação pública no Brasil e o contexto social vigente, bem como as razões destacadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE) para a cobrança de anuidades nas universidades:

Caberia aqui lembrar que, desde a sua fundação, o CFE tem demonstrado uma forte tendência privatista. [...] Mesmo as universidades norte-americanas, pagas, e muitíssimo bem pagas, tem que obter recursos muitas vezes superiores aos das anuidades para poder existir, considerando seu modelo de Fundações. E isso em um país onde não apenas as camadas intermediárias da população têm melhores condições de vida, mas também onde a inflação é relativamente pequena. Pensar em fazer universidade paga em um país que tem uma inflação por volta de 100% ao ano e onde o processo de concentração de renda atingiu níveis antes nunca imaginados é simplesmente não querer, realmente uma Universidade, mas, no máximo, uma pós-graduação do secundário. [...] Ora, se o governo não fornece recursos, como culpar a gratuidade do Ensino Superior por todos os males da educação nacional? Por outro lado, um governo que se coloca abertamente contra os interesses vitais da população, permitindo o aumento indiscriminado do custo dos elementos básicos do orçamento familiar (alimentação, moradia, transporte) ao mesmo tempo em que dá o melhor de si para impedir que a população consiga sustentar o salário. Só pode falar em justiça social como humor negro. [...] A questão é obviamente bem outra e diz respeito à necessidade do “cursinho”. Por que as escolas de 1º e 2º graus foram tão abastardas a ponto de sequer servirem para levar os alunos à universidade? [...] por outro lado, porque o arrocho salarial reduziu os professores a tal situação de miserabilidade que os obriga a darem de 40 a 60 horas – aulas por semana para sobreviverem e, por outro, porque a reforma do sistema educacional esvaziou totalmente a escola. Se o “cursinho” é o primeiro passo para a esterilização da universidade, o ensino pago é o passo final nessa direção (*Comando de Greve da UFPel*, 1983, s/p).

Para o grupo analisado, entre os universitários do Movimento Estudantil da UFPel, as iniciativas do governo em aplicar o modelo norte-americano de ensino superior às universidades brasileiras afetaria o nível da educação consideravelmente, uma vez que estaria baseada nos Estados Unidos, país com uma realidade totalmente adversa a do Brasil, ainda mais em razão da crise econômica que nosso país atravessava, a qual atingia índices inflacionários por volta dos 100%, conforme o texto. Os altos índices de inflação levaram a crise econômica existente a maiores proporções. Esta atingiu as famílias brasileiras em elementos básicos, como alimentação, moradia e transporte.

De acordo com Nadine Habert, a partir da segunda metade da década de 1970 as taxas econômicas do Brasil caíram consideravelmente de 9,8% em 1974 para 4,8% em 1978. O reflexo da crise também se deu no aumento da dívida externa, de 12, 5 bilhões em 1974 para 60 bilhões em 1980, segundo a autora, configurava a maior dívida externa do mundo. A crise financeira iniciada em 1976 atingiu o seu auge em 1981 (HABERT, 1992).

Diante deste contexto, a possibilidade de pagamento de anuidades em universidades públicas tornou-se uma despesa extra altamente criticada, tanto por estudantes quanto, muitas vezes, pelas famílias responsáveis pelo estudo de seus filhos. O texto ainda aponta aos cursos pré-vestibulares, uma vez que, a partir da popularização das universidades no Brasil e com a restrição no número de vagas em universidades públicas, os chamados cursinhos foram criados para suprir o déficit no ensino, tornando-se muito procurados pelos ingressantes às universidades, principalmente federais. Um dos objetivos destes cursos está em rever todo o conteúdo escolar dos níveis fundamental e médio meses antes da prova de vestibular. Contudo, os universitários do Movimento Estudantil alertavam que a aparente necessidade do cursinho para adentrar a universidade era resultado da ineficiência do ensino escolar, esta, agravada pelos baixos salários dos professores em razão do arrocho salarial e da Reforma do sistema educacional. Vale lembrar que as mudanças ocorridas na educação contribuíram para a privatização do ensino, estabelecimento de oito anos para o primeiro grau e o segundo grau profissionalizante, o que acarretou no rebaixamento da qualidade de ensino, retirando o caráter crítico da educação e favorecendo a formação de mão de obra técnica (HABERT, 1992).

Por meio da pesquisa realizada no NDH - UFPel, percebemos o grande número de reportagens do jornal pelotense *Diário da Manhã* a respeito da greve de estudantes e funcionários da Universidade Federal de Pelotas em 1983. Durante o período da greve, o jornal manteve diariamente os leitores informados sobre o andamento da mesma, o que nos permite observar a importância que este acontecimento adquiriu, não apenas em Pelotas, mas também em caráter nacional, evidenciado pelas matérias publicadas que abordavam a manifestação do poder público nacional sobre a greve da UFPel. De acordo com o jornal, a greve dos universitários obteve intensa repercussão no MEC, pois constantemente eram

publicados apelos da então Ministra da Educação, prof.^a Esther Figueiredo de Ferraz, solicitando um acordo entre reitoria e grevistas capaz de por fim a greve. Em nota publicada por uma agência de notícias de Brasília no jornal *Diário da Manhã*, em 29 de abril de 1983, a Ministra por meio do Senador Carlos Chiarelli (PDS), transmitiu aos estudantes que voltassem imediatamente às aulas. De acordo com a nota publicada, para a Ministra Esther Ferraz, o impasse entre reitoria e estudantes deveria ser superado imediatamente e, ainda, diante da questão que alavancou a greve - o transporte gratuito aos estudantes da UFPel – a Ministra afirmou que o MEC era contrário ao transporte gratuito à todos os universitários. Reproduzindo a explicação da Ministra aos Senadores e Deputados, a nota do jornal afirma:

Na reunião que manteve com o senador Pedro Simon e deputados do PMDB, PT, PDT e PTB, na manhã de ontem, a Ministra da educação explicou que a Universidade Federal de Pelotas não pode aplicar 80 milhões de cruzeiros no transporte gratuito de estudantes, quando o orçamento de custeio de capital alcança 500 milhões. Além disso, alegou que o corte aplicado pelo governo ao orçamento do MEC exige uma definição de prioridades e entre elas, não está o transporte gratuito, mas a situação das crianças que estão sem escola (*Diário da Manhã*, 29 de abril de 1983, s/p).

De fato, a bibliografia aponta que os anos da década de 1980 não foram os melhores para a economia mundial. Estigmatizado pela nomenclatura de “a década perdida”, a década de 1980 em âmbito mundial sofreu o impacto da crise generalizada pelo final da Guerra Fria e, por contradição, pela vitória do sistema capitalista ao socialista. Os cortes de orçamento aplicados pelo governo brasileiro ao MEC, de acordo com a Ministra exigiam definir prioridades e, para o MEC, a prioridade estava nas crianças sem escola ou, pelo menos, era o afirmado na imprensa. Conforme Nadine Habert, o número de crianças e adolescentes fora das escolas era significativo naqueles anos, devido à crise e o descaso do governo que mais investiu na mortífera política de “Segurança Nacional”. Havia um considerável número de menores que foram obrigados a trocar os estudos por empregos mal remunerados. Em casos mais graves, essas crianças e adolescentes acabavam nas ruas, engrossando o contingente dos marginalizados. Na década de 1970 em cidades como São Paulo, havia 20% de crianças e jovens entre 7 e 14 anos fora das escolas (HABERT, 1992).

A UCPel também foi afetada pela crise econômica, com o déficit público do país, a inflação comprometeu o número de matriculados nos anos da década de 1980, algo que ocorreu em outras universidade e instituições de ensino privado por todo o Brasil. A instabilidade permanente afetou os planos e projetos da UCPel, para se ter uma ideia, no ano de 1980, a Universidade atingiu cerca de 6.000 matriculados, o maior número registrado desde então. Porém, a partir deste ano, houve uma queda vertiginosa no número de matrículas e aumento das evasões, chegando em 1986 com apenas 4.565 matriculados, resultando em uma redução significativa (POERSCH, 1991).

Em sua entrevista, Renato Della Vechia, descreveu como os estudantes manifestaram-se diante do continuo aumento das anuidades na Universidade Católica no ano de 1983, mesmo ano da greve de estudantes da UFPel e revelou a atuação da Polícia Secreta na UCPel, mesmo com o governo ditatorial em fase de redemocratização:

Teve uma outra situação em 83, que eu já fora daquele período mais duro quando a gente fez um bicote às anuidades. A gente passava em sala de aula, pedíamos pro estudante não pagar a sua mensalidade, porque todo mundo tinha o seu carnê e pagava em fila de banco, não tinha transferência bancária como hoje, e nós fazíamos uma tentativa de ganhar o apoio do estudante em vez de entregar carnê, nós dávamos um recibo, e nós só íamos negociar as anuidades em bloco, nós conseguimos na época juntar 1500 carnês e chegávamos e dizíamos: “Ó, esses 1500 carnês vão ser pagos quando nós discutirmos o valor”. Mas se não pagasse na data tinha os 10% de juros e os pais ficavam com medo, então na época juntar 1500 foi muito carnê pra nós. Então quando aconteceu a mobilização nós chamávamos às 11 horas da noite, todos os dias, o DCE ficava aqui fora, não aceitou ficar dentro da Universidade vigiado, e a gente fazia uma avaliação das anuidades, enfim. E um dia eu entro ali, e uma pessoa deixando, eu e uma pessoa do lado e queria conversar conosco antes da reunião iniciar e ele disse: “Olha eu sou da P2”, a polícia secreta da Brigada, tinha uns 40 anos, nem nós nos demos conta disso, tava sempre, de manhã, de tarde e de noite, e disse: “Eu faço um relatório diário de tudo que vocês falam aqui dentro, e não sou só eu, tem mais gente que faz isso, mas eu percebi que vocês têm razão, porque eu como brigadiano, nunca vou ter dinheiro pra botar um filho meu numa universidade privada e nem pra fazer um cursinho pra entrar em uma Federal, mas eu sustento a minha família dessa forma, então vocês escolham, ou vocês não falem nada que eu não possa escutar ou vocês digam quem eu sou que amanhã eu não tô mais aqui e outro vai continuar né”. Então tinha uma... Não medo, aquela coisa dos Anos de Chumbo, mas havia uma dificuldade que tu nem sabia pra quem tu tava falando e onde que isso iria chegar.

É possível observar por meio da fala do entrevistado que tanto a mobilização liderada pelo Movimento Estudantil da UCPel quanto a greve articulada pelo DCE da UFPel - ambas ocorridas no ano de 1983 - foram desencadeadas pelo contexto de recessão econômica de nível nacional. No caso da UCPel, a razão foi o pagamento das anuidades da universidade pelos estudantes. É interessante notar que a ação de recolher os carnês de pagamento das anuidades se deu com o objetivo de negociação diretamente com a reitoria da universidade. Isto só foi possível devido ao momento de redemocratização, na qual os estudantes obtinham maior autonomia frente as suas atuações. Ainda, de acordo com o relato, podemos perceber que a crise econômica existente possibilitou até mesmo um agente do governo ditatorial, concordar com os ideais da mobilização estudantil. O relato do brigadiano, policial da P2²⁴, nos remete ao fato que a crise econômica atingia até mesmo trabalhadores do próprio governo, como policiais militares. Isto nos mostra como fatores econômicos propuseram até mesmo a categorias improváveis, como policiais militares, demonstrar apoio às mobilizações dos estudantes, algo difícil de ocorrer nos anos de maior truculência do regime ditatorial brasileiro. Para o policial militar, a causa que movia os estudantes se mostrava válida diante do contexto de crise econômica, agravado pela crise educacional, uma vez que, enquanto seu trabalho como policial militar não o possibilitava meios para investir da educação superior de seus filhos em uma universidade privada, também não alcançava condições de pagar um cursinho devido às poucas vagas existentes na Universidade Federal, a fim de suprir déficit do ensino público que seus filhos obtiveram.

A ação de pessoas infiltradas nas universidades com a finalidade de delatar os estudantes do Movimento Estudantil contra a ditadura ainda era praticada no período de redemocratização, conforme observamos na fala de Della Vechia sobre a infiltração do policial da P2. Na UFPel, segundo a entrevistada Jacira Porto, houve o flagrante de um gravador na bolsa de um estudante informante da reitoria em uma assembleia estudantil, conforme relatado pela entrevistada:

²⁴ Órgão da polícia militar muito utilizado nos anos de repressão e ainda atuante. Consistia em policiais à paisana que se infiltravam em sindicatos, reuniões partidárias, universidades, a fim de obter informações secretamente e repassa-las para agentes do governo.

Claro que tinha a paranoia que na época nós tínhamos que tinha os estudantes profissionais, os estudantes que forneciam informações pro general, esse General Vignoles, pra Polícia Federal né, então a gente tinha alguns cuidados. [...] Teve uma Assembleia, que a Duca também tava presente, do DCE lá no Direito e num deles abriram a bolsa e encontraram e tinha um gravador dentro da bolsa e foi uma coisa horrível. E os caras que eram indicados pelo Reitor e eles faziam parte disso, entendesse? Mas eram pessoas que forneciam informações sobre o que acontecia [...] era um cara da Odonto, tinha um da Educação Física, um tal de Raí Matos.

Contudo, mesmo com maior autonomia para negociar em situações como a apresentada no trecho da entrevista, a relação entre militantes e reitoria era tensa mesmo durante os anos finais da ditadura civil-militar. Ainda nesse momento de reabertura, notamos que no interior das universidades a vigilância da reitoria diante das ações estudantis era algo sempre presente, capaz de cooptar outros estudantes como informantes secretos. Ainda em entrevista, Renato Della Vechia afirma que, muitas vezes, a reitoria agia com truculência em momentos de manifestação estudantil, principalmente nas universidades federais. De acordo com o entrevistado: “nas federais, descia uma ordem, não havia muita margem de manobra, então isso também, de alguma forma ajudava o movimento a se unificar”.

Conforme a entrevistada Rita Surita, existia em atuação na UFPel um representante do governo, o qual interferia diretamente na universidade: “Era o Coronel Vinholes, ele tinha uma sala dentro da universidade, então dali saía o interventor, que era quem comandava o diretório, o DCE, era indicado pelos militares que tinham a sala na universidade”. Ao encontro a opinião de Della Vechia e Surita está Jacira Porto, que em sua entrevista afirmou que a relação que a administração da UFPel exercia sob os estudantes tratava-se de uma relação ditatorial. Conforme a entrevistada:

A relação da administração da Universidade era essa, uma relação ditatorial, onde eles eram os reis e o resto todo tinha que obedecer, era bem isso, eles também eram monitorados pelo exército, eles se submetiam, todos eles, na minha época também não tinha eleição pra Reitor, nem lista tríplice, isso tudo era decidido lá em Brasília e ficava resolvido lá.

A exemplo desta questão mencionada pelos entrevistados, têm-se a conflituosa negociação entre a Reitoria da UFPel e o DCE da universidade durante a greve de 1983. O movimento grevista coordenado pelo DCE travou um dramático impasse com o Reitor José Emilio Araújo quanto à negociação de subsídio ao transporte para o campus universitário. O jornal *Diário da Manhã* de 8 de abril de 1983, em matéria intitulada: “*Liminar da Justiça Federal suspende reunião do Conselho Universitário*”, abordou como se deu a suspensão de uma reunião do Conselho Universitário convocada pela Reitoria da UFPel para tratar da greve e da consequência desta no calendário escolar da universidade. A Justiça Federal suspendeu a reunião por haver irregularidades na convocatória. O jornal colocou que para o presidente do DCE da UFPel, Gerson Madruga, acadêmico do curso de Medicina Veterinária, a decisão do Juiz foi uma vitória do Movimento Estudantil. No entanto, a negociação encontrava-se em um tenso impasse entre estudantes e Reitor. Gerson Madruga, na mesma matéria do jornal *Diário da Manhã*, declara que no dia anterior, os estudantes haviam obtido o pior dia de negociação com o Reitor:

O Reitor retirou o desafio que tinha feito aos estudantes, dizendo que o assunto referente ao exame do orçamento foi levado muito a sério e que ele mesmo compreende que realmente os orçamentos são flexíveis. Disse o Reitor ser favorável ao ensino público e gratuito, mas que para cobrir este ensino é preciso uma melhor redistribuição da renda tributária. Disse ainda que não vai atender as reivindicações dos estudantes porque eles já estão comprometidos, desde o momento em que efetuaram suas matrículas, quando ao deslocamento até o campus, disse que a obrigação de chegar ao campus é dos estudantes e não da Reitoria (*Diário da Manhã*, 8 de abril de 1983, s/p).

A greve estendeu-se, sem obter sucesso nas negociações diretas entre DCE e Reitoria. Com o passar dos dias crescia na Universidade o “Movimento de volta às aulas”, o referido movimento orientou-se sob a liderança do acadêmico de Direito José Antonio Cattaneo²⁵. De acordo com o jornal *Diário da Manhã*, os estudantes

²⁵ O advogado José Antonio Cattaneo, em 2002 causou polêmica no horário eleitoral ao se candidatar a Deputado Federal pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB) caracterizado como o personagem “Capitão Gay” e por fazer exposições públicas em Acampamentos Farroupilhas e outros encontros tradicionalistas, trajado de seu personagem e carregando a bandeira do Movimento Gay. Nestas ocasiões foi açoitado e expulso por parte dos tradicionalistas acampados. No ano de 2006, novamente, acarretou repercussão na mídia nacional ao vestir a Estátua do Lacerador (monumento localizado em Porto Alegre e de grande simbolismo ao tradicionalismo gaúcho) com uma pala nas cores do arco-íris, símbolo do Movimento Gay. No entanto, José Antonio Cattaneo

que clamavam pela volta as aulas não se diziam contrários à greve e sim, mostravam-se contra – de acordo com estes estudantes – a maneira arbitrária e radical que vinham sendo conduzidas as assembleias pelo DCE. Desse modo, percebemos que a categorial social dos estudantes não pode ser analisada de forma estanque e fechada, uma vez que havia mobilizações favoráveis ao governo repressor e contrárias às atitudes progressistas, mostrando-se desse modo conservadoras. Assim, ressaltamos mais uma vez que o Movimento Estudantil pesquisado neste trabalho trata-se apenas de um grupo contrário à ditadura civil-militar brasileira e que ansiavam por mudanças políticas e sociais.

Finalizando esse capítulo, o qual teve como objetivo contextualizar a cidade de Pelotas, as instituições de ensino superior UFPel e UCPel e o modo como o momento histórico da redemocratização, principalmente quanto a crise econômica atingiu as universidades pelotenses e fomentou as mobilizações do Movimento Estudantil daqueles anos. Convém destacar a tentativa de cerceamento das universidades pelo governo civil-militar por meio da Reforma Universitária e demais leis. Todos esses aspectos qualificam a pesquisa em apreço e a resistência efetivada pelos estudantes universitários em Pelotas, os quais atuaram de maneira específica, efetuando mudanças em suas agendas em razão da reabertura, o que consideraremos em nosso próximo capítulo.

não foi reconhecido oficialmente pelo Movimento que representava. Ainda, de acordo com Renato Della Vechia, José Antonio Cattaneo auxiliou na articulação do Movimento Estudantil de direita nas eleições para o DCE da UCPel, levando a vitória da direita na UCPel entre os anos de 1983 e 1984.

4. CAPÍTULO III

HISTÓRIAS PARA CONTAR: “QUANDO EU SOUBE EU FIZ A HORA, EU NÃO ESPEREI ACONTECER”

Neste capítulo, procuramos compreender as particularidades do Movimento Estudantil das Universidades UFPel e UCPel durante a redemocratização através dos relatos memorialísticos de um grupo específico, que atuou em conjunto contra a ditadura civil-militar e a repressão imposta por este governo nas universidades. Entretanto, houve outros grupos que fizeram parte do Movimento Estudantil, porém, militando em diferentes segmentos, como aqueles que atuaram em favor do regime, executando as políticas impostas por este, sendo considerados “de direita” pelos opositores da ditadura. Para Maria Ribeiro do Valle, no momento do golpe ocorreu uma nítida separação de concepção política entre os estudantes, de um lado, aqueles que defendiam posições liberal-elitistas e, de outro, os que assumiram um posicionamento de vanguarda estudantil. Entretanto, embora tenha ocorrido o apoio de lideranças estudantis ao golpe de 1964, não podemos afirmar que houve em geral um apoio ativo dos estudantes aos golpistas (VALLE, 1999). Quanto às fontes, prioritariamente entrevistas, e além dessa fonte, utilizamos em nosso estudo atas de reuniões do DCE da UFPel de diferentes gestões, reportagens publicadas no jornal *Diário da Manhã*, o jornal estudantil do curso de Agronomia da UFPel - *O Teodolito* - e outras documentações de origens diversas, arquivadas no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Trataremos de analisar as atuações do Movimento Estudantil, suas tendências políticas, relações internas do próprio Movimento e externas, quanto à família, estudos, demais colegas e sociedade. Buscamos considerar os eventos e manifestações organizados pelos militantes e a inclusão do Movimento Estudantil

em Pelotas com a arte e a cultura, além da ligação com o movimento mundial de contracultura, o qual marcou a época através da música, da moda, dos hábitos, contribuindo para a formação da identidade do militante naquele momento. Procuramos verificar ainda, questões da nova agenda do Movimento Estudantil, bem como o próprio contexto de redemocratização, por meio de temas como a Anistia e a campanha pelas *Diretas Já!*, e como tais questões foram enfatizadas nas mobilizações do movimento.

A ditadura civil-militar no Brasil, iniciada em 1964, compreende uma série de singularidades desenvolvidas pelo próprio regime com o objetivo de legitimá-la. Nesse sentido, foram criados os Atos Institucionais²⁶ ao longo dos sucessivos governos ditatoriais, os quais formaram o chamado Estado de Exceção. Nesse contexto, constituíram-se organizações compostas por diferentes atores sociais, tais como estudantes, trabalhadores, líderes sindicais, artistas e intelectuais, que atuaram em diferentes meios contra o governo vigente. Com isso, torna-se oportuno lembrar que o perfil destas manifestações era traçado a partir das mutações sofridas ao longo da ditadura civil-militar, ora agindo na clandestinidade devido a maior repressão imposta pelo governo, como a partir de 1968 com a promulgação do AI-5 (“o golpe dentro do golpe”) e durante o governo Médici (os “anos de chumbo”), ora desenvolvendo a reabertura política, como nos governos de Geisel e Figueiredo, até mesmo com apoio partidário a partir de 1979 com o fim do bipartidarismo. Isso ficará perceptível nas fontes arroladas nesse capítulo.

Diferentemente dos trabalhadores, os estudantes não formam uma classe, e sim, podemos considerá-los uma categoria social. É necessário elencar esta diferenciação, pois segundo Martins Filho, as categorias sociais são distintas das classes sociais, uma vez que as categorias não são grupos, à margem ou fora das classes, como tampouco são, como tal, classes sociais. Todavia, em relação aos estudantes, os arrolamentos que estes mantinham com o aparelho institucional e as condições particulares de sua atuação política não permitem confundi-los com as classes em que se originaram. De acordo com o autor, a condição “estudantil” ou

²⁶ Os Atos Institucionais foram decretos emitidos durante os anos após o golpe militar de 1964 no Brasil. Serviram como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles próprios diversos poderes extra-constitucionais. Na verdade os Atos Institucionais eram um mecanismo para manter na legalidade o domínio dos militares. Sem este mecanismo, a constituição de 1946 tornaria inexecutável o regime civil-militar, daí a necessidade de substituí-la por decretos mandados cumprir. Entre 1964 a 1969 foram decretados 17 atos institucionais regulamentados por 104 atos complementares.

“juvenil” passa a ser teoricamente mais relevante que a situação de classe, na definição das orientações ideológicas dos universitários. Martins Filho ainda adverte: para ele, é preciso superar a ideia de que o radicalismo estudantil, que, de quando em quando, marca sua presença na história, deva ser necessariamente de caráter revolucionário (MARTINS FILHO, 1987). Igualmente para Fávero, os estudantes não constituem uma classe social, uma vez que o movimento é formado por diferentes classes sociais. Contudo, formam uma categoria social composta por frações de classe. A autora analisa os estudantes a partir de suas diversidades e, como já mencionado no primeiro capítulo dessa dissertação, os estudantes podem ser compreendidos como formadores de um grupo eclético e contraditório (FÁVERO, 1994).

Apesar do Movimento Estudantil não ser representado por uma única classe social e também se destacar por sua composição diversificada socialmente e economicamente, principalmente nas décadas de 1960 e 1970 devido aos menores índices de universitários no Brasil, a maioria destes estudantes, tanto de instituições públicas quanto de privadas eram provenientes das classes altas e médias. Nesse sentido, Marialice Foracchi observa a influência que a família reproduz no jovem universitário, especialmente em um momento de reduzida popularidade da universidade no Brasil, em comparação com os dias atuais. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a família propicia ao jovem sua ascensão social a partir da universidade, visando à futura profissão, ao adentrar no ensino superior o estudante adquire a possibilidade de romper com essa mesma estrutura e destino do qual é representante (FORACCHI, 1977). Conforme Mortada, a partir do momento de escolha profissional, onde o jovem passa a ser estudante universitário, é que surgem as maiores possibilidades de autonomia pessoal e política, ou seja, ao ingressarem na universidade, os jovens passam por uma experiência capaz de ressignificar sua pertença e participação social. O sujeito adquire assim, a possibilidade de emancipação que aumenta à medida que ele assume a práxis estudantil, envolvendo-se em atividades de luta e contestação com seus pares (MORTADA, 2009). Isso fica claro nos relatos que servem de fonte para essa pesquisa. Pois, podemos perceber tais considerações apresentadas por Foracchi e Mortada na entrevista de Beatriz Loner, que atuou no Movimento Estudantil da UFRGS enquanto estudante de economia e história. Ao ser indagada sobre apoio ou não de sua família nas atividades políticas na universidade, ou se, ao menos, havia

o conhecimento por parte da família em relação às suas atividades no Movimento Estudantil, a entrevistada respondeu:

Não, não sabia, e não apoiariam se soubessem, [...] então o meu pai era imigrante italiano, [...] eu fui a única da família que nasceu no Brasil, então eles tinham muito medo, o meu pai já tinha passado pela Segunda Guerra, me diziam pra eu não me meter nessas coisas. Enquanto eu fiz o curso de história tava tudo bem, porque eu era uma guria muito pacata, sossegada. Eu ganhava uma bolsa de estudos em arqueologia, então tinha aula de manhã, trabalhava nessa bolsa de estudos à tarde, [...] e pronto, e quando foi o curso de economia e eu comecei a estudar de noite, e aí eu comecei né, porque as reuniões eram de noite, as reuniões do diretório começavam de noite, dez horas, dez e meia da noite e aí começou a coisa, não, tava em reunião, nunca dizia exatamente o que a gente falava. [...] Eu nasci em Bento Gonçalves, mas eu me criei na verdade em Porto Alegre, então eu sempre digo que eu sou de Porto Alegre [...] também não cheguei a morar nunca em colônia. [...] meus pais eram donos de um mercadinho, aquela coisa, frutas legumes, bebidas, era isso. E eu sou a mais nova dos filhos, também era a mimosinha da casa, esse tipo de coisa.

Por meio da fala da entrevistada, verificamos que havia o desconhecimento da família em relação às atividades políticas da estudante na universidade. A existência do temor dos familiares em relação ao envolvimento político dos universitários em tempos de ditadura, muitas vezes, fazia com que os estudantes ocultassem da família sua militância política. É importante destacar que Loner militou no momento de maior truculência do regime ditatorial, no início da década de 1970 e em Porto Alegre. Ainda de acordo com a entrevistada, havia uma preferência por parte de seus pais que sua inclusão na universidade estivesse restrita à sala de aula e ao estágio, contudo, à medida que seu envolvimento com o Movimento Estudantil foi aumentando, principalmente quando passou a cursar economia da UFRGS, a preocupação de seus pais aumentou.

Contudo, na entrevista de Renato Della Vechia, observamos uma reação diferenciada por parte da família quanto à participação política do filho estudante. Embora, assim como Lonner, Della Vechia também era oriundo de uma família de classe média, com o pai funcionário público, o entrevistado obteve maior incentivo em participar no Movimento Estudantil, atuando desde o ensino secundário na cidade de Carazinho (RS). Segundo o entrevistado, sua família sempre foi muito

ligada à política, mantendo diálogos rotineiros sobre o assunto e traçando até mesmo algumas discussões com familiares que possuíam ideologias políticas diferentes. Ademais, Della Vechia obtinha na figura do pai alguém para trocar ideias sobre o assunto:

Uma parte da minha família, o meu avô era brizolista, getulista, enfim, tinha todo um discurso nessa linha, meu avô, pai da minha mãe, e do lado do meu pai eram todos conservadores, apoiadores da ARENA, então tinha sempre discussão política, desde pequeno, seja de um lado, ou seja, de outro. O meu pai tinha uma posição mais de esquerda, sempre teve, junto com o meu avô, mas com o pai dele discutia bastante, na casa do meu avô havia bastante discussões, meu avô tinha feito churrasco pro Prestes, churrasco pro Getúlio, essas coisas. Então política, desde pequeno de alguma forma, meu pai não participava politicamente, como funcionário público, mas era uma discussão que eu pegava. Meu pai lia muito também, isso é uma coisa que eu ia conversar com ele, questões que surgiam, debates que eu não entendia e com 15 anos, eu tava no Grêmio estudantil, em 74 eu tinha 14 anos e houve uma eleição bastante, bastante polêmica bastante disputada, [...] E era muito duro, era muito forte, ou seja, havia muita denúncia do regime, eu me lembro que eu tinha 14 anos e não perdia nenhum debate, não era debate, era o horário que existia, o horário reservado. E com 15 anos eu comecei a me interessar pela questão do grêmio estudantil, e com 16 anos, em 75, 76, eu assumi a presidência do grêmio estudantil no colégio em Carazinho.

Mesmo considerando o Movimento Estudantil como uma categoria social, é necessário a análise da atuação estudantil em cada conjuntura histórica a fim de compreender os diferentes conteúdos e formas que assumem as mobilizações estudantis (MARTINS FILHO, 1987). Assim, seu modo de atuação diante da repressão ditatorial não foi único, como já colocamos anteriormente, igualmente como os demais movimentos que lutaram contra a ditadura, o Movimento Estudantil atuou de acordo com o contexto político e social. Observamos que, pelo menos durante a ditadura, dois momentos distintos do Movimento Estudantil. O primeiro e mais explorado na historiografia, ocorreu em torno de 1968. O segundo momento, nosso recorte temporal da presente pesquisa, se deu a partir da segunda metade da década de 1970. Optamos pelo ano de 1978 neste segundo momento, por este marcar o fim do AI-5, o que possibilitou maior expressividade na atuação do Movimento Estudantil. Portanto, na história do Movimento Estudantil contra a ditadura civil-militar, houve o estabelecimento de dois momentos de sujeitos distintos: o Movimento de 1968 e o posterior - com novas demandas e uma nova

identidade – o Movimento de 1978. Assim, consideramos de suma importância analisar brevemente as diferenciações entre o Movimento Estudantil de 1968 e o Movimento Estudantil de 1978, nosso objeto de pesquisa.

O ano de 1968 – conhecido pela nomenclatura “*o ano que não acabou*” – tornou-se emblemático devido aos protestos de oposição envolvendo a juventude e a intelectualidade em diferentes partes do mundo. Na Europa, especificamente na França, houve o libertário “maio francês”, no qual estudantes mobilizaram-se contra a repressão, pela liberdade e pela democracia²⁷. Na Tchecoslováquia iniciou a “Primavera de Praga”, período de liberalização política do domínio soviético liderada por intelectuais do Partido Comunista Tcheco. Fora do circuito europeu, no México, ocorreu o violento Massacre de Tlatelolco, contra estudantes universitários que protestavam em razão da truculência executada pelo governo e exército. Estima-se que cerca de 300 pessoas foram assassinadas em um “abrir fogo” praticado pela polícia a mando do governo mexicano. Nos Estados Unidos, diferentes protestos foram realizados, principalmente pela juventude contra a Guerra do Vietnã (1955 – 1975), nestes protestos, destaca-se a atuação do movimento *hippie*, que através da música e dos ideais libertários de “paz e amor” influenciaram toda uma geração. É nesse contexto mundial que o Brasil, em meio ao princípio do período mais repressivo e violento da ditadura civil-militar, encontrou na juventude universitária uma das primeiras formas de manifestação contra o regime.

Não obstante, as manifestações estudantis ocorridas no Brasil possuíam particularidades ligadas à ditadura civil militar e contaram com o apoio do movimento operário. Mas, não se pode negar que havia uma sintonia – mesmo em um período com dificuldades de comunicação – entre as mobilizações ocorridas no Brasil e as manifestações ocorridas em diferentes países do globo no final da década de 1960. De acordo com Antunes e Ridenti, tal sintonia foi favorecida pelo contexto mundial do ano de 1968, intensificada pelas condições estruturais, compartilhadas por estas diversificadas sociedades, principalmente por aquelas consideradas de “terceiro mundo”:

²⁷ De acordo com Luciano Martins, em um primeiro momento houve a iniciativa de estabelecer uma união entre operários e estudantes durante os protestos ocorridos na França, estimava-se que estudantes e operários atuariam em um único movimento. Entretanto, Martins adverte: “Começa aqui o ‘cordão sanitário’ que as centrais sindicais procuram estabelecer entre os operários e os estudantes e que será levado, com vigilância muito maior, ao próprio campo em que essa ‘união’ poderia se frutificar: o das fábricas ocupadas por seus operários” (MARTINS, 2004, p. 120).

Havia uma série de aspectos comuns, intensificados pelo “clima político” existente no cenário mundial no ano de 1968. Podemos destacar, então, algumas condições estruturais que eram compartilhadas pelas diversas sociedades em particular as “centrais”, mas que se mostravam presentes nos chamados países do “terceiro mundo”, como Brasil, México, Argentina, etc. Em diferentes medidas, havia similaridade em condições como a industrialização avançada, a crescente urbanização e consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, a massificação dada pela indústria cultural, o aumento do proletariado e das classes médias assalariadas, a importância dos jovens na composição etária da população, o acesso crescente ao ensino superior, além da incapacidade do poder constituído para representar sociedades que se renovam. Se esses condicionantes mais estruturais não explicam por si só as ondas de rebeldia e revolução, oferecem o solo onde floresceram as ações políticas culturais diferenciadas que caracterizam o 1968 no Brasil. E, para compreendê-lo, é preciso lembrar de dois movimentos - relativamente distintos em suas origens, mas bastante articulados em sua processualidade: o movimento estudantil e as greves operárias (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 70, 80).

Em nível nacional, o Movimento Estudantil atuante em 1968 enfrentou, efetivamente, um cenário político marcado pela violência e socialmente repleto de conservadorismo. O assassinato do estudante secundarista Edson Luiz em março de 1968 durante um choque entre polícia militar e estudantes no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, devido a uma manifestação estudantil contra o aumento do preço das refeições, tornou-se um símbolo da luta estudantil na ditadura civil-militar brasileira. Após a morte do estudante, intensificou-se o repúdio à violência do regime, repercutindo em diferentes cidades do país. Poucos meses depois, em junho de 1968, ocorreu a maior manifestação popular contra a ditadura organizada pelo Movimento Estudantil e com a participação de intelectuais, artistas, políticos e sociedade civil em geral, esta manifestação, devido ao grande número de participantes, ficou conhecida por “Passeata dos Cem Mil”.

Após a “Passeata dos Cem Mil” sucederam-se diversas manifestações contra a repressão ditatorial em diferentes localidades do país, até uma greve de metalúrgicos da cidade de Osasco em SP, primeira paralisação desde o início do regime em 1964. Foi a partir da greve dos metalúrgicos de Osasco que a chamada “linha dura” constatou que medidas mais enérgicas deveriam ser tomadas imediatamente para controlar toda e qualquer manifestação de descontentamento

contra o governo. Para os ditadores, tratava-se de combater as “ideias subversivas”, em meio a uma guerra revolucionária liderada pelo comunismo. Assim, é instaurado em dezembro de 1968, ainda no governo Costa e Silva, o Ato Institucional nº. 5 (AI-5), o qual tornou-se o ponto culminante da legislação autoritária e do autoritarismo ditatorial. Foi o “golpe dentro do golpe”²⁸, aspecto que concretamente exasperou a relação entre o regime e os estudantes, fazendo ficar muito “perigoso” qualquer manifestação.

A partir do AI-5, os movimentos oposicionistas passam a atuar na clandestinidade. Em entrevista, Della Vechia destacou as condições internas das mobilizações pré 1968, as quais não obtinham opinião unânime dos estudantes em relação ao enfrentamento contra a ditadura. O entrevistado admite que a promulgação do AI-5 desestabilizou completamente as ações de enfrentamento contra o governo repressor naqueles anos:

É que 68, o que acontece em 68, 68 tem o PCB que não organiza uma resistência e por não organizar uma resistência é que ele vai ser duramente criticado em sua direção, por não organizar essa resistência, e a parcela ativa do partido comunista rompe e independente disso os movimentos que tinham ou não alguma organização com o PCdoB, [...], eles começam a ter uma ação, organizavam o movimento de massas, principalmente ali em 67, quando ainda havia espaço pra isso, e aí que vinham os dois grupos, os massistas, aqueles que acham que tinha que primeiro organizar o movimento de massas, só o movimento de massas derruba a ditadura e os militaristas, que achavam que tinha que sair da cena pra militar e que, portanto, captavam os militantes dos movimentos de massas para o enfrentamento militar, então duas percepções. Quando em 67 rompe o Partido Comunista, e vai tentar estabilizar alguma coisa, em seu lugar também surgem dois tipos de discussão, duas linhas diferentes, uma que acha que o Partido é uma coisa que vai se burocratizar mais cedo ou mais tarde e tem que abandonar os partidos e tem que criar grupos revolucionários pela sua ação e vai se desencadear toda uma ação política [...], primeiro tem que fazer os atos revolucionários e isso vai gerar o partido e, a outra linha baseada lá no pensamento de Mao Tsé Tung que diz que o partido tem que conduzir o fuzil e não o fuzil conduzir o partido, e não tem que organizar o partido pro partido, e ele estabeleça o momento [...], estabeleça como as coisas devem suceder não houve espaço para essa terceira via [...] o AI 5 acabou com tudo né, e aí cada um pra sobreviver vai se organizar ou vai fazer outra coisa da vida.

²⁸ Para Texeira da Silva, com a promulgação do AI-5, encerrava-se a ilusão de alguns militares, políticos e empresários organizados em torno do que se denominou, por convenção facilitadora, linha Castalista. Conforme o autor, esses homens acreditavam, ou diziam acreditar, em uma intervenção breve dos militares na política, agindo de forma cirúrgica contra a subversão e o comunismo e em seguida, retornando repleto de glórias aos quartéis (TEXEIRA DA SILVA, 2000).

Em relação às duas concepções do Movimento Estudantil de 1968 apresentadas pelo entrevistado, observamos que estas foram de certa forma, criticadas no final da década de 1970, como sendo um “erro” do Movimento Estudantil de 1968 que deveria não ser repetido no momento da redemocratização. Em entrevista publicada no jornal estudantil *O Teodolito* (o qual será apresentado mais adiante), dirigentes da União Estadual de Estudantes de São Paulo (UEE / SP) traçavam comparações entre os dois momentos distintos, 1968 e 1978, afirmando que em 1968 o Movimento Estudantil errou em acreditar que a ditadura civil-militar estava “por um fio” e que o próprio AI-5 seria um ato de desespero. Segundo os dirigentes da UEE, à medida que tal avaliação foi mostrando-se incorreta, as formas de ações foram se radicalizando e o Movimento Estudantil passou a desempenhar a tarefa de ser o estopim da derrubada do regime, resultando na execução, por alguns grupos, de ações que caberiam as massas (*O Teodolito*, março de 1979). De acordo com os dirigentes da UEE de SP, a principal diferença entre o Movimento Estudantil de 1978 estava na redemocratização para garantir as liberdades no interior das universidades:

Mas não podemos cair no mesmo erro de 1968, quando se lutava pela participação estudantil nas comissões prioritárias. Em nosso entender, havia um desvio. As pessoas que defendiam essa posição entendiam que haveria condições, de transformar a universidade, mudar suas características. E cada vez mais a gente vê que isso é impossível, pois a universidade está num todo social. É impossível ter uma universidade democrática num regime autoritário. É impossível conseguir uma universidade com ensino público e gratuito para todos num regime como esse em que a gente vive (*O Teodolito*, março de 1979, p. 17).

Assim, por meio dos relatos memorialísticos de nossos entrevistados, como também através das análises das fontes, percebemos que o Movimento Estudantil da década de 1960, especificamente do emblemático ano de 1968, permaneceram como referência aos militantes estudantis atuantes na redemocratização. Para Scherer-Warren, os movimentos estudantis de 1968 foram marcos importantes na construção do paradigma dos chamados novos movimentos sociais desenvolvidos

anos mais tarde, por contraporem-se as teorias baseadas na lógica e estratégia dos atores e enfatizar elementos como cultura, lutas sociais cotidianas, identidades, entre outros (SCHERER-WARREN, 1998).

Após cerca de uma década, a realidade dos movimentos contra a ditadura havia sofrido modificações. Posteriormente, o período de maior violência e repressão, ocorrido durante o governo Médici, o qual foi marcado por prisões, torturas, assassinatos, desaparecimentos, manipulação e contenção aos meios de comunicação e, ainda, o alienante “milagre econômico”, ocorreu à ascensão do general Geisel à presidência da república. Em torno de 1974 foi iniciada a distensão “lenta, gradual e segura” aos moldes de Geisel e Golbery, a qual se tratava de uma formulação clara do processo de inserir o Brasil num Estado de Direito. No entanto, no decorrer do governo Geisel, o regime passou a apresentar sinais de desgaste: a vitória do MDB na eleição de 16 senadores e 187 deputados e o rompimento entre EUA e Brasil somado a crise econômica que atingiu o seu ápice no governo João Figueiredo. Em meio a este contexto político e econômico, em outubro de 1978 foi promulgada a emenda constitucional nº 11, ou seja, foi o fim do AI-5, e dos demais Atos Institucionais contrários a Constituição Federal. Com o fim do AI-5 em 1978, os estudantes obtiveram, ao menos, as mínimas condições para revitalizar o movimento contra a ditadura e pela liberdade democrática, estabelecendo uma rearticulação para acelerar o processo de redemocratização, inclusive nas universidades de Pelotas.

Entre 1978 e 1979 ocorreram mudanças significativas na representação estudantil da UFPel. O DCE até metade da década de 1970 era dirigido por estudantes de “direita”, sendo o próprio presidente do DCE escolhido pela reitoria, que por sua vez estava completamente ligada ao governo de exceção. A representação estudantil no interior da UFPel, estava nos seus primeiros anos, uma vez que, havia iniciado em 1973. Desde o surgimento da Universidade em 1969 até 1973 não houve DCE na Instituição. Nessa fase, a representação estudantil se deu por intermédio da Federação de Acadêmicos de Pelotas (FAP), uma espécie de articulação entre os Diretórios Acadêmicos da UFPel e da UCPel, a qual funcionou como entidade estudantil universitária da cidade, atuando juntamente com o DCE da UCPel (DELLA VECHIA, 2011).

De certo modo, a liderança estudantil na UFPel até 1978 encontrava-se aliada ao conservadorismo político. Até este ano as gestões do DCE estavam vinculadas a uma organização apoiadora do governo: o Diretório Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul (DEE / RS). Conforme Della Vechia, o DEE cumpriu um papel de desarticulador de lutas estudantis em todo o Rio Grande do Sul, servindo como instrumento ideológico de controle político da juventude. O Diretório foi, em parte, responsável pela transformação dos DCEs de várias universidades em espaços assistenciais e proporcionou cursos de formação com o objetivo de contribuir com a legitimação do regime ditatorial (DELLA VECHIA, 2011).

Contudo, no final da década de 1970 a liderança estudantil da UFPel passou a apresentar transformações. Conforme verificado nas análises das fontes, o jornal estudantil *Integração*²⁹ - órgão de divulgação do DCE da gestão 1977/1978 - tratou a questão das eleições diretas para a direção do DCE UFPel (Presidente, Secretário-Geral, Secretário de Finanças e de Patrimônio), uma vez que, tal direção era escolhida pelo Conselho de Representantes (constituído pelos Presidentes e Vice-Presidentes dos Diretórios Acadêmicos), somado a dois representantes do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa (COCEP) e ainda, dois representantes do Conselho Universitário. Como o Diretório Acadêmico tinha direito a dois votos, a universidade argumentava que o sistema de votação era adotado com intuito de que, eleições diretas, favoreceriam os cursos com maior número de alunos, como, por exemplo, o curso de Agronomia.

No entanto, de acordo com o texto do jornal *Integração*, a gestão do DCE manifestava-se totalmente a favor da mudança do sistema eleitoral para eleições diretas, pois o próprio DCE já havia solicitado tal variação no início daquele ano ao Reitor da Universidade. Porém, o texto ressalta que isto implica na alteração do Estatuto com aprovação dos Conselhos Superiores da UFPel. Ainda conforme o texto, o DCE da gestão 1977/1978 também reivindicava junto a Reitoria maior representação dos discentes para os respectivos departamentos, como também nas decisões superiores. O texto segue argumentando sobre uma preocupação constante do Movimento Estudantil da redemocratização, o desinteresse dos alunos quanto às decisões administrativas na própria universidade:

²⁹ O exemplar em referência no texto trata-se do ano três e edição número 2.

Observamos, entretanto, da parte de muitos, um grande desinteresse pelos problemas da classe. Um desinteresse que tem se evidenciado no lançamento de chapa única, nas eleições de alguns diretórios acadêmicos. Alguns até, acatando indicações de estranhos ao ambiente acadêmico. Perguntamos, então, o que é preciso fazer para os alienados a participar de atividades estudantis? Por que eles, ao menos, não prestigiam as promoções (música, teatro, palestras, etc.) que se realizam? É mais do que hora de nos reunirmos, de dialogar sobre o assunto e partir para uma solução (*Integração*, gestão 1977/78, p.14).

As lideranças estudantis buscavam com essas ações reavivar o interesse em suas bases, buscando ter respaldo, uma maior participação e, sobretudo, qualificar o processo reivindicatório. A retomada do interesse na participação política no início do processo de redemocratização do Brasil necessitou ser conquistada, não só pelo Movimento Estudantil como também pelos variados movimentos sociais. De acordo com o texto publicado no jornal estudantil *Integração*, os estudantes da UFPel demonstravam certa apatia quanto as movimentações promovidas pelo próprio DCE. Também, o desinteresse dos estudantes subjulgados de “alienados” pelos militantes tornava-se evidente na formação de apenas uma chapa nas eleições do DCE.

Esse comportamento de alguns estudantes que, em um primeiro momento pôde ser interpretado como um suposto desprendimento em assuntos políticos ou até mesmo alienação, na verdade estava relacionado ao condicionamento imposto por sucessivos anos de repressão ditatorial. Na juventude a repressão foi ainda mais devastadora, pois os universitários não haviam obtido experiência de participação política no sentido democrático. Sendo ainda crianças quando se deu o golpe em 1964, no final dos anos 1970, nunca haviam participado de um processo eleitoral democrático. De acordo com Martins Filho, mesmo diante desta subordinação, criou-se no imaginário coletivo uma autêntica “mitologia estudantil”, a qual necessita ser contestada. Para o autor, tal “mitologia estudantil” trata-se de uma autoimagem forjada, muitas vezes, dentro do próprio Movimento, elaborada pelas lideranças universitárias, a qual implica que os estudantes estão interligados a um espírito de rebeldia e contestação natural (MARTINS FILHO, 1987). Assim, de acordo com o autor, mesmo tratando-se de uma categorial social, o Movimento Estudantil possui uma classe de origem com interesses próprios, compatíveis com as reivindicações do Movimento:

A meu ver, a compreensão do comportamento político dos universitários não pode aferrar-se ao pressuposto da incompatibilidade das reivindicações estudantis com os interesses de sua classe de origem. Em outras palavras, é preciso superar a ideia de que o radicalismo estudantil, que, de quando em quando, marca sua presença em nossa história, deva ser necessariamente de caráter revolucionário. [...] O radicalismo estudantil tem suas raízes referidas à situação de classe do jovem universitário, não sendo necessário buscá-las em fatores externos como o “contato com o conhecimento” ou a “equiparação à condição proletária”. Na origem do radicalismo do estudante estariam os ressentimentos e as aspirações frustradas da classe média ascendente (MARTINS FILHO, 1987, p.23 - 27).

Uma questão que será abordada posteriormente consiste na herança das manifestações de 1968, que mesmo debilitada nunca foi totalmente repudiada e serviu como modelo de referência para o Movimento Estudantil atuante na redemocratização. Mesmo com suas ações originalmente ligadas a sua classe de origem, é inegável que o contexto social e político em meio ao processo de redemocratização do Brasil, possibilitaram maior expressividade ao Movimento Estudantil. Tal mudança refletiu nas novas demandas das lideranças estudantis da UFPel, uma vez que os DAs propuseram que as eleições do DCE em 1978 ocorressem diretamente, de modo que o Conselho de Representantes referendaria o processo posteriormente, legalizando a eleição. A atuação do Conselho de Representantes ainda era necessária, pois, o Decreto Lei 477 persistia em vigor na universidade, impedindo eleições diretas. Com a proposta aprovada, ocorrem as eleições diretas e pela primeira vez venceu uma chapa (Construção) de oposição, tendo como presidente do DCE o estudante de Agronomia Luiz Fernando Fleck. Porém, o estudante não chegou a assumir a presidência devido a suspensão do Conselho de DA's emitida pelo Reitor da Universidade Ibsen Wetzel Stephan (1977 – 1981). O Reitor alegava que havia ocorrido fraude na eleição e que membros da chapa Construção eram inelegíveis. Por fim, a reitoria nomeava o estudante José Antonio Voltan Adamoli como interventor, suscitando aos militantes criar o DCE Livre na UFPel (DELLA VECHIA, 2011).

Desse modo, a luta dos estudantes contrários a ditadura conquistou algo peculiar à época, a formação de um DCE Livre na UFPel que tinha o intuito de funcionar paralelamente ao DCE “oficial”, este controlado pela universidade. Em

entrevista, Jacira Porto pontua a respeito da formação do DCE Livre, o qual ela fez parte:

Então existiam os mais liberais, os menos liberais, todas aquelas... Mas em 77 ainda era muito reservado, e como eu era nova e tava chegando [...] mas nós todos tivemos uma experiência naquela época, eu acho muito interessante, porque cada grupo, cada universidade, começou a constituir seus grupos de esquerda, e a gente conseguiu, naquele período, conquistar coisas que... tipo, eleição do DCE, foi uma grande luta da nossa época. Na nossa época o DCE, o presidente do DCE era nomeado pelo Reitor, nós tínhamos o exército, por exemplo, dentro da universidade, o general que ficava dentro da reitoria e fazia todo o estudo do que acontecia, quem eram os subversivos, eles tinham fichas nossas né, e ele então... E aí nós conseguimos prosperar, a Medicina tinha um grupo de esquerda muito forte, a Educação Artística, a Arquitetura, e nós conseguimos o quê, formar um conselho de DAs, e esse conselho de DAs acabou chamando uma eleição pro DCE Livre, que nós queríamos na época uma gestão do DCE Livre. Aí nós elegemos um colega que se chama Luiz Fernando Fleck que foi uma grande liderança da nossa na época. E demos posse pra ele na Praça Coronel Pedro Osório, fomos todos pra praça e lá nós demos posse, então nós tínhamos o nosso DCE, o DCE paralelo eu diria, e depois com muita pressão, nós acabamos... Ficaram dois DCEs atuando ao mesmo tempo, o DCE e o DCE Livre, então todas as nossas promoções, todas as nossas coisas faziam parte do DCE Livre, principalmente a questão cultural que era abordada muito no debate político, era a questão cultural que trazia discussões para mudar as mentalidades e fazia as pessoas se expressarem, livremente expressar suas ideias. E eu não peguei um período de grande desgaste assim de fim né, porque quando eu saí ainda tava, era forte.

Como expresso por Porto, a partir da instauração da ditadura civil-militar até 1978 o DCE na UFPel se manteve, em diferentes gestões, sob liderança de grupos estudantis ligados à direita. De acordo com a entrevistada, os grupos com tendências políticas de esquerda passaram a prosperar na universidade na segunda metade da década de 1970, como nos cursos de Medicina, Arquitetura, Artes, passando a formar o Conselho do Diretório Acadêmico dos cursos. A vitória de uma chapa de oposição demonstra a rearticulação dos grupos de contra a ditadura dentro da universidade, formando bases em diferentes cursos. A atitude do Movimento Estudantil em não se calar, mesmo diante a intervenção da reitoria, formando o DCE Livre, foi um passo decisivo para o crescimento e organização da oposição na

UFPel. Contudo, de acordo com a entrevistada, o DCE Livre não persistiu por falta de estrutura básica, como a questão da sala. Por haver apenas uma única sala, existia a necessidade de divisão desta para ambos os DCEs, Livre e “oficial”. Segundo Jacira Porto, muitas vezes os membros do DCE Livre iam até a casa de algum componente do DCE “oficial” para ter acesso à chave da sala, o que não era facilmente concedido. Assim, os estudantes reivindicavam na porta da casa do membro do DCE oficial em coro com um número significativo o refrão: “Queremos a chave! Queremos a chave!” Esse exemplo demonstra como pequenos enfrentamentos desestabilizaram a permanência do DCE Livre na UFPel.

É possível constatar, através das entrevistas e da análise das fontes, uma ampliação do envolvimento com questões políticas e a rearticulação do Movimento Estudantil contra a ditadura. O próprio contexto de mudanças fervilhantes no Brasil que ocorreu no final da década de 1970, o qual permeou os movimentos de massa, inclusive o Movimento Estudantil, mostrou-se capaz de proporcionar ideias inovadoras e revolucionárias, estimuladas com o fim da censura nos meios de comunicação, principalmente aos jornais. Talvez esse fator tenha sido um dos responsáveis pela ativação do interesse dos estudantes nas questões políticas durante o período de redemocratização, após tantos anos de coação. Na época, entre os jornais de maior circulação e fonte de inspiração aos universitários brasileiros, estavam o Coojornal, Opinião, Pasquim, Movimento e Fradim. Para Texeira da Silva, em meio à crise financeira que se avolumava no país, juntamente com uma série de crises institucionais geradas no interior do próprio poder militar, a ampliação da liberdade de expressão, especialmente na imprensa nanica, delatava o endividamento do país e a persistência da ação da comunidade de informações (TEXEIRA DA SILVA, 2000).

A chamada imprensa nanica serviu como referência em diferentes jornais do Movimento Estudantil no Brasil e, também em Pelotas. Por meio da pesquisa realizada no NDH – UFPel, encontramos diversos exemplares do jornal do curso de Agronomia, *O Teodolito*, expresso como órgão de divulgação do Departamento de Imprensa e Divulgação do Diretório Acadêmico Dr. Nunes Vieira da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), o qual, por vezes, trazia matérias e charges publicadas em jornais de oposição de nível nacional. *O Teodolito* tinha como conteúdo geral críticas severas ao governo ditatorial, bem como as práticas

arbitrárias realizadas pela administração da UFPel e também assuntos de interesse geral dos estudantes de Agronomia e de outros cursos. Nesse sentido os estudantes faziam uma ligação muito clara entre a administração universitária e o regime ditatorial instaurado, buscando uma prática de resistência crítica a ambos. No editorial da edição de junho de 1978, o jornal explicava como se dava seu processo de execução:

[...] o jornal é feito por um conselho editorial. Para pertencer ao C.E, basta ser aluno da FAEM. As matérias são feitas pelo C.E ou recolhidas de colegas, professores, funcionários, revistas ou outros jornais e, são todas discutidas em uma reunião na qual são aprovadas ou rejeitadas para a publicação. O jornal é feito por pessoas que acreditam na função do jornal: divulgar os fatos, bons ou maus. Portanto, com capacidade de, transmitindo uma realidade, provocar nos leitores uma análise, um posicionamento diante dessa realidade. [...] Quanto aos custos: Levando em consideração que: o jornal se sustenta (papel, matrizes, gráfica, selos e centenas de outras coisinhas que não necessárias para editar um jornal) [...] Até agora conseguimos levar a nossa balança contábil com pouquíssimo débito, pois se um jornal está custando pouco mais de CR\$ 3,00 por unidade e, distribuimos mais de 3 mil unidades, temos um débito para o DAVN de menos de \$0,50 por unidade. Mas isso não nos satisfaz, pois o DANV precisa fazer a já tradicional “Semana da Agronomia” (para quem não conhece, é uma semana dedicada ao estudo através de cursos que não são oferecidos no currículo da FAEM e visam subsidiar melhor nossa formação) que envolve gastos superiores à verba arrecadada em carteirinhas. Levando em consideração que: a administração da universidade não nos auxilia no processamento gráfico, pois para tal Assessoria de Segurança e Informação (General Vinholes) exige censura prévia, não podemos aceitar tal fato, pois estaríamos negando nossas liberdades (dos alunos da faculdade). Então, colega, não se assuste se o próximo nº do jornal vier um preço [...].

É possível notar intrínseco ao texto de caráter meramente informativo – por tratar de questões em relação à montagem do jornal, seus custos e sustento – a ideia que o alimentava, a qual estava na transmissão da realidade, seja boa ou má, conforme colocado, demonstrando assim intenção de imparcialidade. Com isso, é possível observar o ideal de liberdade de expressão presente, juntamente com a intenção de provocar reações nos leitores. Havia ainda, a insatisfação com a administração da UFPel que não auxiliava no processamento gráfico do jornal, por esta assessoria estar aos cuidados do representante do governo ditatorial junto a

universidade, o General Vinholes, sob a condição de realizar a censura prévia ao jornal estudantil, algo que foi absolutamente negado pelos estudantes.

Havia um grande empenho por parte daqueles militantes que estavam à frente do jornal *O Teodolito*. Devido a repressão imposta dentro da universidade, executar um meio de comunicação livre, ainda causava tensões, sendo alvo da vigilância continua do representante do exército brasileiro na UFPel, o General Vinholes. Jacira Porto explicou como se dava a distribuição do jornal na universidade e como este era tratado pelo General:

O nosso era *O Teodolito*. Então a gente ia pra faculdade, de manhã cedo, antes dos ônibus chegarem, então os ônibus saiam daqui sete e meia, chegavam lá oito. Nós íamos nas salas dos professores botar o jornalzinho na mesa de cada um e depois quando os ônibus chegavam nós ficávamos em frente a porta do ônibus entregando todos os jornais. [...] Chegamos a ser chamados pelo General, que num determinado momento, o General me chamou, chamou eu e uma colega, pra nos dizer que gostaria muito que nós mostrássemos o jornal pra ele antes de ser impresso pra que ele fizesse a correção dos erros de português! General Vinholes era o nome dele, esse é famoso na cidade, não tinha nem um metro e meio de altura, mas era tihoso.

Percebemos que o curso de Agronomia da UFPel destacou-se na atuação política no pós 1978, muitas vezes, com lideranças capazes de tomar frente no Movimento Estudantil na cidade de Pelotas. Os estudantes de Agronomia, em sua maioria, eram naturais de cidades da redondeza e passavam a morar em Pelotas para estudar na universidade, muitas vezes dividindo moradia com outros estudantes ou residindo na Casa do Estudante Universitário da UFPel (CEU / UFPel), esta permitida por muitos anos apenas para homens. Segundo a entrevista de Renato Della Vechia, a partir de 1978 até 1985, com exceção de algumas gestões, a presidência do DCE esteve nas mãos de alunos do curso de Agronomia ou, no caso das ressalvas, de universitários de cursos pertencentes ao Campus Capão do Leão. Outra grande característica dos presidentes do DCE UFPel deste momento histórico era que nenhum, sem exceções, era natural da cidade de Pelotas:

Bom, mas pega, por exemplo, a Federal, tem uma curiosidade que a eleição de 78, o Fleck quando ganhou, não me lembro com quem ele

disputou, mas ele era da Agronomia, na eleição de 79 disputou o Eloi Tramontim que era da Agronomia, na eleição de 80 quem ganhou foi o Duda que era da Agronomia na eleição de 81 quebrou essa lógica e entrou o Pardal que era da Veterinária, 82 vem o Nelmir da Agronomia, 83 vem o Todeschini da Agronomia, em 84 vem a Ângela da Agronomia, eram todos de fora, todos de fora, sem exceção [...] ou seja, tu pega aí 7 ou 8 gestões, tem um da Veterinária, porque também era um curso do Campus lá de fora, basicamente a Agronomia que definia todas e quando tinha chapa de oposição era da Agronomia também, tinha esse cuidado também de que o curso mais forte né, e também se preocupavam em botar presidência [...] mas por achar que não tinha oposição.

Os alunos do curso de Agronomia consolidaram uma forte trajetória na participação política estudantil na UFPel no pós 1978. Parte da atuação do curso estava ligada ao grupo estudantil universitário *Mutirão*. Em vários momentos da entrevista de Porto, a entrevistada atribuiu ao grupo a retomada da oposição na universidade, principalmente a influência que este grupo exerceu nas articulações estudantis no Campus Capão do Leão, possibilitando o enfrentamento com outros grupos de caráter conservador com uma longa trajetória de atuação na UFPel. Segundo Porto, o *Mutirão* tratava-se de um grupo político do curso de Agronomia, o qual era composto por várias tendências políticas que estavam se consolidando dentro do MDB, o único partido de oposição com permissão de atuar durante a ditadura. Com isso, no interior do grupo *Mutirão* havia orientações diversas, incluindo trotskistas³⁰. Em depoimento ao *Blog ME Pós-78*, Luiz Fernando Fleck, estudante de Agronomia que chegou a presidir o DCE Livre, descreve o grupo *Mutirão* como bastante eclético, abrigando muitas posições políticas que iam do centro a esquerda:

Vou tentar recuperar um pouco da história do *Mutirão*, este importante "movimento" que sacudiu um pouco a poeira da Faculdade de Agronomia de Pelotas, contribuiu muito para um debate crítico e o melhoramento humano dos alunos (e de alguns professores) da Agronomia; fez "sua parte" no conjunto do ME de Pelotas e; o "bem bom", formou uma "quase multidão" de profissionais/militantes que vivem e trabalham em muitos, muitos lugares, sempre na perspectiva de uma agricultura com a natureza e com a natureza das pessoas. [...]

³⁰ Trotskismo é uma teoria Marxista baseada na obra do revolucionário ucraniano Leon Trótsky. É apresentada como vertente do Comunismo oposta ao Stalinismo.

E aí chegamos nós: filhos de colonos, gente da cidade (minoria), garotos e garotas (poucas), perguntas, esperança e ansiedade. Pelo que lembro, o *Mutirão* começou sua trajetória atuando, a seu modo, na gestão de direita do DA da Agronomia de então. Fizemos na semana acadêmica de 77/78 um "curso de política agrícola" com expressão de outros pensamentos além dos da FAEM. [...] O *Mutirão* era como diz o próprio nome um agrupamento, um conjunto de muitas posições, que iam do centro à esquerda. Com uma ideia matriz (novos tempos, com pluralidade), com muita gente, ganhamos as eleições para o DA em 77/78 (final do ano). A chapa era composta de cerca de 40 pessoas, indo do trabalhismo nacionalista ao até recém assumido (por alguns poucos) internacionalismo proletário/camponês. Fizemos uma gestão múltipla, com política, com ciência (revista AGROS), com arte, com *O Teodolito* e com muita garra.

Na entrevista de Rita Surita, também foi destacado o desempenho do *Mutirão* na UFPel. Segundo a entrevistada, o grupo fez uma escola interessante na universidade por traçar diálogos com diferentes frentes políticas. Apesar de, muitas vezes, enfrentar adversários muito difíceis de relacionar, como a “direita raivosa” que obteve um espaço consolidado na política estudantil com o respaldo das autoridades da universidade em boa parte da década de 1970. Além de questões propriamente políticas, o grupo *Mutirão* passou a desenvolver em suas pautas de luta questões até então pouco abordadas na cena universitária, formando mais uma especificidade do momento analisado. Assim, percebemos novas agendas emergindo no Movimento Estudantil, relacionadas à natureza, defesa do meio ambiente e a agricultura alternativa, contrapondo a forte corrente instituída no curso de Agronomia que visava o lucro por meio de multinacionais e o próprio incentivo ao agronegócio.

Segundo Alonso, Costa e Maciel, o movimento ambientalista brasileiro, em sua origem, possui conexões com os movimentos pela redemocratização. Com a expansão das probabilidades de mobilizações coletivas a partir da segunda metade da década de 1970, somada a grave crise econômica e a crise interna do regime, possibilitou a tomada de força de questões de protesto ainda pouco exploradas, ao menos em nível nacional. Ainda, com o contexto da reabertura, as instituições políticas e administrativas se tornaram mais permeáveis às demandas da sociedade civil. Com isso, foi criada no Brasil entre 1973 e 1974 a Secretaria Especial do Meio

Ambiente (SEMA)³¹, que, somada à concepção de órgãos e legislação específica, forneceu para ativistas novos espaços políticos para transmitir suas reivindicações (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

O socioambientalismo, que emergiu com o processo de redemocratização, foi adotado por diversas associações reivindicativas dos anos 1970. O Movimento Estudantil em Pelotas incluiu-se nessa demanda inovadora e, alguns de seus setores, abraçaram a causa ambiental. Na UFPel percebemos tal iniciativa principalmente no curso de Agronomia, reivindicando questões voltadas à agricultura, como agricultura familiar e contra o uso de sementes modificadas, até causas ambientais mais amplas como a devastação da Amazônia e o desamparo e descaso do governo com os indígenas brasileiros e povos quilombolas, conforme analisado em fontes documentais.

Intrínseca a mobilização estudantil ambiental estava à crítica ao governo desenvolvimentista de Médici, durante o qual, o crescimento econômico acelerado apresentou altos custos ao equilíbrio ecológico, como observamos expresso no jornal *O Teodolito*. Em diferentes edições do jornal, verificamos textos de opinião, alguns de autoria de representações ligadas à agricultura ou extraídos de outros jornais estudantis de diversas universidades, ou, até mesmo sem autoria. Tais textos apresentavam críticas aos governos ditatoriais em temas como o domínio norte americano em terras amazônicas (*“Amazônia: Os trustes tomam conta”*) e conscientização do cuidado ao meio ambiente (*“Fim da natureza, fim do homem”*) - estes na edição de março de 1979 – degradação ecológica (*“Erosão intelectual”*), defesa dos povos indígenas do Brasil (*“E o índio brasileiro?”*), amparo à agricultura familiar e ao pequeno agricultor (*“Agricultura na visão de quem planta”*) – estes na edição de junho de 1978. Tais textos são apenas alguns exemplos dos variados assuntos abordados no jornal ligados a esta temática ambiental emergente.

A entrevista mencionada anteriormente com dirigentes da UEE de SP publicada no jornal *O Teodolito* em março de 1979, demonstrou que a preocupação

³¹ “A Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) foi criada pelo então presidente Geisel, com o único objetivo de cumprir exigências de alguns organismos internacionais que determinavam a existência formal deste tipo de órgão, junto com relatórios de impacto ambiental; para a aprovação de empréstimos destinados a grandes obras públicas. Durante todo o regime militar a SEMA foi uma agência marginal do Ministério do interior chefiado patrimonialisticamente por Paulo Nogueira Neto” (VIOLA, s/d, disponível em: http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm)

do Movimento Estudantil com o meio ambiente era uma demanda nacional, porém, de certo modo, inovadora para os anos 1970, tornando-se uma especificidade do período de redemocratização. É notável destacar que a luta pela defesa do meio ambiente, no final da década de 1960, era criticada como uma manobra utilizada com objetivo de tirar o Movimento Estudantil das suas lutas reais. Porém, na década de 1970 essa luta ganha caráter de crítica ao governo, uma vez que os militantes combatiam o progresso econômico a qualquer custo, desconsiderando as questões ecológicas e ambientais, o que mais uma vez advertia a crítica existente às práticas de desenvolvimento econômico do governo ditatorial:

A luta pela ecologia hoje se contrapõe a esses interesses; a luta pela defesa do meio ambiente está colocada junto às outras lutas que interessam à maioria da população. Aquilo que aconteceu no sul do país, noticiado por todos os jornais, morrendo peixe em todo lugar, aquilo interessa a toda a população como exemplo da degradação do meio ambiente, da alimentação, agravando as condições de vida de toda a população. Quer dizer, hoje quem e que sofre mais com o problema da poluição? Claro que é a grande maioria da população. Complementando: algumas pessoas, no passado, faziam ecologismo (*sic.*), queriam preservar o verde, plantar árvores. Isso não adianta. A gente hoje tem que denunciar quem são os responsáveis pela poluição do ar, da água, do solo, mar e colocar essa luta pela ecologia como uma questão derivada do nosso modelo econômico. Não somos contra o progresso, mas quanto à forma como ele é feito, contra a maioria da população (*O Teodolito*, março de 1979, p. 17).

Para Alonso, Costa e Maciel, é nesse contexto que ocorreu a transferência do problema ambiental das ciências naturais para as humanas, com ênfase na relação entre processos sociais e naturais. Segundo os autores, o caráter do socioambientalismo da década de 1970, liderado principalmente pelos movimentos sociais ligados a classe média estava atrelado à crítica ao processo de industrialização vigente no Brasil durante a década de 1970:

O humanismo da contracultura é incorporado, sob a forma de demanda por uma "ética ecológica". A própria ideia de meio ambiente é redefinida como relação entre grupos sociais e recursos naturais. Essas dimensões sociais foram incorporadas de diferentes maneiras pelos ativistas brasileiros [...] Nesses dois últimos sentidos, o discurso ambiental incorporou a crítica ao processo de industrialização em curso no país nos anos 1970 e demandou alterações no estilo de vida urbano-industrial. Assim, o novo frame

associou fortemente os problemas ambientais com causas políticas e econômicas. Por isso, o chamamos aqui de sociambientalismo (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, s/p).

Mais uma vez salientamos que percebemos uma nova agenda política emergindo nas pautas de luta do Movimento Estudantil atuante durante o processo de redemocratização. Além das questões ambientais, temas atrelados à vida social passaram a adquirir uma importância cada vez maior nos protestos estudantis. Inseridos a uma bandeira central – fim da ditadura – diferentes questões ligadas à repressão e ao conservadorismo, tão ressaltadas pelo governo, passaram a conduzir discussões e a mobilizar atuações. Dentre tais questões, a partir da análise das fontes, destacamos a reivindicação pelo amplo papel da mulher na política e na sociedade civil, fomentado por questões de gênero e sexualidade, repercutindo em diferentes setores da sociedade.

Na esfera social, o mundo havia passado por significativas transformações quanto ao papel da mulher. Dentre tais destaca-se o surgimento da pílula anticoncepcional, especificamente inserida no Brasil em 1962. A pílula anticoncepcional mostrou-se algo extremamente revolucionário, pois possibilitou o planejamento das famílias, a liberdade sexual da mulher, a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho, bem como nas universidades. Os anos 60, em geral, foram perturbadores para as mulheres e para o conservadorismo que as cercava. Durante muitos anos, ser esposa / mãe / dona de casa era a única opção aceita na sociedade para uma “mulher de família”. A moda, muitas vezes tão utilizada para padronizar as mulheres, por meio da estilista britânica Mary Quant criou e popularizou a minissaia, chocando famílias, desestabilizando padrões de moral e conduta, e caindo no gosto das jovens de vanguarda dos anos 60 e 70. O biquíni, outra polêmica peça do guarda roupa feminino durante os anos 60 por evidenciar o corpo, chegou a ser proibido pelo Presidente brasileiro Jânio Quadros em 1961 nas transmissões televisadas dos concursos de *Miss*.

Quanto à participação política, as mulheres eram minoria mesmo em diferentes grupos de esquerda. Contudo, segundo Marcelo Ridenti, a maioria das mulheres dos grupos de esquerda atuantes durante a ditadura eram estudantes: em torno de 32,2%, seguido de 23% de professoras e de 17,8% de demais profissionais

com formação universitária, ao todo 73% de mulheres que poderiam ser consideradas oriundas das camadas médias da sociedade e intelectualizadas (RIDENTI, 1990).

Segundo nossos entrevistados, durante muito tempo, a pauta de luta da igualdade feminina nos movimentos de esquerda era vista como uma demanda secundária, uma vez que a causa principal estava na luta de classes. Della Vechia revela que o PCB e o PCdoB, que atuavam no interior do PMDB, acreditavam que o desempenho político das mulheres deveria estar dentro do setor feminino do próprio PMDB, também, obtinham a concepção de que a luta específica de mulheres poderia diminuir o impacto da luta de classes que era central e, portanto, não deveria haver tal subdivisão. Contudo, com o fim do bipartidarismo em 1979, os partidos abriram espaços para a articulação de mulheres e discussão de questões específicas de gênero em setores internos, correntes ou tendências vinculadas. No mesmo sentido, Loner afirma que dentro do Movimento Estudantil da UFRGS não havia espaço para o feminismo se este não estivesse ligado ao marxismo. Assim como a questão dos negros e dos homossexuais, as pautas femininas eram vistas como lutas subsidiárias no Movimento Estudantil.

Inegavelmente a questão do preconceito permeia a luta das mulheres nos movimentos sociais em geral até hoje. Entretanto, para Della Vechia parecia não haver preconceito contra mulheres no interior do Movimento Estudantil, pois, para o entrevistado, dentro do Movimento havia uma relação tranquila quanto à participação política de mulheres, sem diferenciação. Contudo, Della Vechia admite que na sociedade o preconceito contra a mulher que militava existia declaradamente. Porém, consideramos oportuno destacar que a opinião do entrevistado sobre a não existência de preconceito contra as mulheres no Movimento Estudantil não confere com as informações disponibilizadas por algumas fontes analisadas.

Observamos que o preconceito contra a mulher permanecia ainda no ambiente acadêmico. Em publicação emitida pelo DCE da gestão de 1983, em um boletim informativo - assinado pelas estudantes de Agronomia Maria Rosilane Romero, Ângela Amaral e Luiza Schwambach - foi tratada a questão do preconceito contra as mulheres em cursos onde se predominava estudantes homens, como o curso de Agronomia. Além disso, abordou-se ainda o convencionalismo existente no

mercado de trabalho como, por exemplo, o expressivo desemprego feminino, se comparado ao masculino na profissão.

A discriminação da mulher na Agronomia é uma questão frequentemente levantada entre estudantes e profissionais e fica comprovado quando nos deparamos com a constatação de que o nível de desemprego nesta área está em 5% para homens e 12% para as mulheres. [...] Mas, este não é um fato isolado na sociedade, e quando se pretende fazer uma análise a procurar as reais causas desta situação. Essas causas soam bastante remotas e não podem mais ser analisadas de forma simplista e equivocadas de que as mulheres vêm sendo historicamente relegadas a um plano inferior, mas isso se deu em função de uma formação social. De um modo geral, foi sempre reservado ao homem a posição de lutadores, na qual manteve um maior contato com o exterior, cresceu, criou e assegurou uma noção da realidade muito maior que a mulher. [...] Um clima de insatisfação foi se gerando e eclodiu numa forma organizada de luta, ou seja, o Movimento Feminista, que, portanto não é novo. Já no fim do século XIX, na Inglaterra, as mulheres passaram a reivindicar atuação ativa nos sindicatos, [...] O Movimento Feminista foi então deturpado com os movimentos burgueses, sendo canalizado exatamente para manifestação que posicionava a mulher contra o homem. Apesar dessas distorções, o Movimento Feminista persiste até nossos dias, evidenciando sua importância. Abrange, e deve seguir abrangendo, vários setores da sociedade, inclusive universidade e o curso de Agronomia. A universidade deveria ser local de amplas discussões, pois, uma vez profissionais, devemos ter clareza diária dos problemas para intervirmos conscientemente na sociedade. Sabemos, no entanto, que essa discussão ampla e constante não ocorre. [...] Em função disso, a mulher universitária constata que a sua libertação dos vínculos patriarcais através do estudo e de independência econômica é falsa. Ela continuará sendo explorada como segundo sexo e como trabalhadora.

Como expressei no texto, a discriminação contra a mulher permanecia dentro dos muros da universidade. De fato, as mulheres historicamente foram delegadas a uma posição de inferioridade aos homens e, ao longo do século XX, tiveram de lutar por uma série de direitos, inclusive o direito de exercer uma profissão, seja ela qual for. No Brasil, até 1879 não era permitido ao sexo feminino frequentar qualquer escola de ensino superior. Foi apenas neste ano que pela primeira vez duas pelotenses foram matriculadas em uma universidade, neste caso no curso de Medicina em uma faculdade do Rio de Janeiro (MAGALHÃES, 1999). Na metade do século XX houve um significativo avanço no número de mulheres nas instituições de

nível superior em todo o Brasil, entretanto, as restrições às mulheres ainda permeavam a universidade.

Um exemplo marcante do preconceito contra a mulher era a proibição da moradia feminina na Casa do Estudante da UFPel. A Casa do Estudante – espaço destinado a abrigar estudantes oriundos de outras cidades e que não apresentavam condições financeiras para custear moradia – desde sua criação era restrita apenas a habitação masculina, e mais, visitas de mulheres eram terminantemente proibidas na Casa. Em um episódio em 1981, um estudante de Medicina Veterinária morador da Casa, ao ter sua perna quebrada, não pôde receber a visita de sua mãe. Tal impedimento serviu de estopim para uma mobilização de protesto a exemplo de outras que, pelo mesmo motivo, haviam ocorrido nas cidades de Porto Alegre e Santa Maria. O protesto foi organizado pelos próprios estudantes, entretanto, segundo Della Vechia, contou com pouca participação feminina, principalmente das estudantes que residiam com suas famílias em Pelotas, devido à repressão e ao conservadorismo que sofriam de suas famílias, não desejavam serem vistas na manifestação. Após a mobilização do Movimento Estudantil, a administração da Casa do Estudante executou mudanças, sendo disponibilizados alguns andares do prédio para a residência feminina.

O fato da Casa do Estudante da UFPel ser exclusivamente de acesso masculino, tanto para moradia quanto para visitas, evidencia o machismo³² existente na universidade. Para as entrevistadas Duca Lessa e Jacira Porto, a proibição das mulheres na Casa tornava o acesso ao estudo universitário ainda mais difícil para aquelas mulheres que moravam em outras cidades e não obtinham condições financeiras para custear sua moradia em Pelotas, restringindo-as a uma condição limitada quanto aos seus estudos e experiências de vida. Lessa ainda enfatizou que a discriminação contra a mulher repercutia nos relacionamentos afetivos, já que o auxílio moradia era concedido somente aos homens, assim estes vinham à Pelotas estudar e morar enquanto suas namoradas permaneciam na mesma cidade, restando a elas, muitas vezes, apenas a espera para se tornar esposas e donas de casa:

³² Ideia de superioridade masculina em relação ao sexo feminino.

Era uma baita discriminação contra a mulher, que a mulher ficava morando com os pais, sem estudo, sem nada e os caras voltavam pras terras deles e tinham que casar com as mulheres que ficavam esperando por eles lá né. Elas não tinham acesso ao estudo, já tavam encomendadas, parecia aquelas coisas encomendadas. Na Cada do Estudante as mulheres não entravam nem na porta, na portaria, não podia.

Apesar da discussão sobre os direitos femininos não ter iniciado no Brasil na década de 1970, sendo uma pauta de luta de tempos anteriores – como na industrialização nacional ou ainda, na luta pelo sufrágio feminino no final dos anos 1920 – foi durante o processo de redemocratização que a batalha pelos direitos femininos atingiu aspectos mais sociais, como mudanças de costumes e de comportamento, abrangendo além da esfera pública, a privada. Para Della Vechia a discussão tomou corpo, inserindo-se em movimentos sociais contra a ditadura como o Movimento Estudantil, a partir do retorno ao Brasil das exiladas políticas da França. Para o entrevistado, a volta destas mulheres possibilitou um novo fôlego às questões dos direitos da mulher no Brasil, uma vez que, na França havia um forte movimento de mulheres e durante o exílio as brasileiras terão contato com essa discussão, inclusive enfrentando confrontos com os homens de diferentes segmentos da esquerda, os quais consideravam a luta de classes primordial e mais necessária que as pautas femininas. O entrevistado ainda considera que a repercussão a respeito da vinda dessas mulheres possibilitou, por trazerem livros sobre a temática, articulações internacionais e novas pautas de discussão, imensa influencia no movimento feminista no Brasil e também no papel das mulheres no novo cenário partidário nacional, com o retorno do pluripartidarismo.

Observamos que o período de redemocratização no Brasil revelou um grande leque de questões de mobilização que até então haviam sido minimizadas pelo governo. Muitas destas estavam vinculadas à sociedade em geral e os padrões de comportamento pré-estabelecidos, sendo assim, não eram temas necessariamente políticos no sentido partidário. A respeito da repressão exercida pela universidade, Jacira Porto ponderou sobre os assuntos tabus na UFPel, como a discussão sobre sexo. Para a entrevistada, foi a partir de eventos culturais promovidos pelo Movimento Estudantil que as mentalidades passaram a se abrir para debater assuntos até então contidos por, além do próprio conservadorismo

religioso existente na sociedade brasileira, também pela política ditatorial do governo e, atrelada a esta, pela universidade. A geração “pós-hippie” – como eram referenciados os jovens do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 – ainda sofria preconceito, principalmente em uma cidade de interior cercada de conservadorismo como Pelotas. Com isso, a maneira encontrada pelo Movimento Estudantil para romper regras sociais impostas, de acordo com Porto, se dava por meio de atividades culturais, as quais abrangiam música, teatro, poesia e artes plásticas. Jacira Porto observou ainda o quanto o momento de repressão instigou a criatividade dos militantes, muitas vezes utilizada como meio para escapar de uma possível prisão, ou ainda, ser expulso da universidade:

As manifestações culturais era bem isso, nós produzíamos, nós fazíamos peça de teatro, nós cantávamos, fazíamos fotografia. Nosso povo ele era muito criativo, era muito talentoso também [...] No meio de dificuldade tu produz legal né, quando as coisas tão mais livres tu não te exige muito, mas quando tu sabe que tu tá no risco, que teu amigo pode tá no risco, que tu pode botar... alguém pode ir pra cadeia, alguém pode ser expulso da universidade porque fazia Movimento Estudantil, isso podia acontecer, se os caras considerassem aquele cara não grato, ele podia ser expulso.

Notadamente, podemos observar que as preocupações referentes a repressão eram ainda severas, mas não apresentavam um risco de morte como no início da década de 1970, aspecto que reflete o olhar que esses estudantes tinham no contexto referido e o enfraquecimento da ditadura civil-militar. Destacamos que entre os eventos culturais supracitados, aqueles promovidos pelo Movimento Estudantil, exemplarmente o GERARTE, foi enfatizado pelos entrevistados. Segundo Duca Lessa, o evento foi realizado em 1979, durante dezoito dias, em espaço cedido pelo Colégio Gonzaga e abrangeu diversos segmentos artísticos, como mostras de fotografia, escultura, pintura, música e teatro e também recebeu artistas conhecidos no meio estudantil, como Nei Lisboa e Gonzaguinha.

O GERARTE foi, na verdade, que eu me lembre, em toda minha história, foi o maior acontecimento cultural que uma cidade já teve, pode procurar que nem prefeitura conseguiu organizar aquilo que a gente organizou, com atividades de oficinas, palestras, todos esses 18 dias, e todas as noites tinha teatro ou um show, sempre tinha alguma coisa, e coisa pesada, não era pouca coisa. Era na época

[...] a Banda Saracura que hoje é o Tangos e Tragédias, Nei Lisboa, Beбето Alves, grupos interessantíssimos de Porto Alegre de teatro, grupos de dança, um grupo forte lá de Porto Alegre que tinha, a Dicléia aqui, mas ela era música clássica, então foi tudo de bom esses 18 dias, ninguém acharia que a gente tinha topete pra fazer isso, a gente foi e fez, todo mundo se ajudando, cada um segurava numa ponta, um ia numa rádio fazer divulgação, outro ia na televisão dar entrevista, outro achava um lugar pra botar esse povo todo, porque a gente não tinha grana pra hotel né. Assim como muitos músicos vieram aqui e sempre deram muito apoio pro movimento. O Luis Gonzaga, Gonzaguinha né, Gonzaguinha foi um cara que deu muita, muita força pro movimento, sempre do lado do movimento ajudando a história, [...], a gente trazia ele aqui pra juntar dinheiro pro movimento, muitas vezes não tinha pra passagem de volta, tá bom, na próxima hora a gente vai ter dinheiro, e ele, sem problemas, então esse pessoal também, um fazia comida, o outro não sei o quê, todo mundo saía daqui super satisfeito, embora não saísse com o cachê dentro do bolso.

Para Lessa, o evento artístico GERARTE – o qual ela, enquanto estudante de Direito na UFPel e Jornalismo na UCPel, participou ativamente na organização – foi o maior evento artístico-cultural que Pelotas já teve, sendo inteiramente organizado por estudantes universitários. O evento ganhou destaque por trazer músicos conhecidos nacionalmente, como Gonzaguinha, que possuía uma trajetória na composição de músicas de protesto contra a ditadura civil-militar. Apenas na década de 70, Gonzaguinha obteve cerca de 50 músicas censuradas por órgãos repressores do governo. Ainda, o músico possuía uma relação com o Movimento Estudantil universitário, tendo criado com outros músicos no final dos anos 60 o “Movimento Artístico Universitário” (MAU), cuja intenção era criar músicas de forma livre e espontânea³³. Com isso, de acordo com Lessa, o músico durante o GERARTE abriu mão inclusive do cachê para contribuir artisticamente com o Movimento Estudantil. Outro artista de grande renome, principalmente na cena rock do Rio Grande do Sul, o qual participou do evento, foi o então iniciante músico Nei Lisboa. O cantor Nei Lisboa sofreu com a repressão ditatorial, experiência observada por vezes nas letras de suas canções³⁴. Tal ligação se dá, principalmente, devido ao desaparecimento e assassinato de seu irmão Luiz Eurico

³³ Informações extraídas do site: <http://www.culturabrasil.com.br/programas/galeria/arquivo-14/gonzaguinha-um-genio-invocado-3>. Acessado em 11/01/2013.

³⁴ Músicas como “Cena Beatnik”, uma homenagem ao Coletivo Brancaléone de Porto Alegre atuante no final da década de 60 (ver mais em GUTIÉRREZ, Claudio Antônio Wayne. *A guerrilha Brancaléone*. Ed Proletra, Porto Alegre, 1999) e “E a Revolução”, a qual faz referência ao desaparecimento do irmão de Nei Lisboa e a repressão e violência da ditadura.

Tejera Lisboa em 1972 – primeiro desaparecido político da ditadura cujo corpo foi encontrado, no final dos anos 1970. Essa postura reforça o que colocamos anteriormente sobre a capacidade de leitura sobre o enfraquecimento da ditadura, a final de contas, o evento ocorreu sem uma repressão efetiva. Assim, foi por meio da participação de artistas também militantes que o GERARTE consolidou-se em Pelotas como o grande evento cultural promovido pelo Movimento Estudantil, pelo menos na memória reavivada dos nossos entrevistados.

O cinema também foi outro meio encontrado pelo Movimento Estudantil para expressar suas ideias e fomentar discussões relevantes diante do contexto político e social do momento. Conforme Renato Della Vechia, o Movimento Estudantil organizou mostras de filmes de conteúdo vinculado às discussões da esquerda e de cunho social, como, por exemplo, um filme chileno sobre a luta de mineiros no Chile. Os filmes exibidos necessitavam ser buscados em Porto Alegre, pois eram cedidos por organizações estudantis desta cidade. O entrevistado recordou-se de uma manifestação organizada pelos estudantes da UCPel em defesa da meia entrada nos cinemas de Pelotas para estudantes, ocorrida durante o ano de 1983. Essa manifestação durou cerca de uma semana e contou com o apoio dos estudantes secundaristas do colégio Pelotense, não houve amplo apoio da UFPel, pois a universidade estava em meio ao processo de greve. Depois de sucessivas manifestações organizadas pelos estudantes, as quais percorreram vários cinemas da cidade (Cine Teatro Guarany, Pelotense, Capitólio, etc.), o Movimento Estudantil obteve vitória e Pelotas foi a única cidade do Brasil que não vigorou a lei que proibia a meia-entrada para estudantes em cidades com mais de 200 mil habitantes:

[...] teve um momento importante que foi 83, [...] o órgão do governo que regularizava os cinemas, ele definiu que toda a cidade com mais de 200 mil habitantes não teria meia entrada de cinema e, na época, a UFPel tava em greve e isso ficou pra Católica, a organização de uma resistência, e eu era o secretário de cultura e aí nós começamos a buscar o pessoal do grêmio estudantil do Pelotense, também começou a se mobilizar junto com o pessoal da Católica do Movimento Estudantil e alguns da Federal, mas que estavam muito absorvidos pela greve. E aí a gente fez a primeira manifestação, foi o seguinte, foi trazer um filme, [...] passamos na praça à tardinha e panfletamos se o governo quer dar acesso aos trabalhadores ir ao cinema [...] então que ele crie espaços públicos pra passar filmes, [...], tínhamos de alguma forma mexer com os cinemas. Então nós criamos um ato público na frente, nos dirigimos até o Guarany onde funcionava e trancamos a frente do Guarany, [...], não houve sessão

aquele dia, e no outro dia a direção sentou com a gente naquele mesmo dia, e disseram, ó nós até gostaríamos, mas enfim. No outro dia, isso foi na sexta então seria um sábado, teve uma manifestação [...] em frente ao Capitólio, e eu me lembro que eu tava em casa e pensando “pô, mas nós tínhamos que fazer alguma coisa diferente se não...” porque uma coisa é fazer um ato público na sexta feira, cheio de gente, outra coisa é as pessoas saírem das suas casas no sábado pra fazer manifestação e era a mesma quantidade de gente. E eu me lembrei de algo que o meu pai tinha vivido na UFRGS quando era estudante nos anos 50 e propus e foi aceito e foi o que nós fizemos. Nós fizemos uma fila circular então eu chegava lá e “eu quero meia”, “não tem meia”, e vinha outro “eu quero meia”, “não tem meia”... e quando alguém queria entrar na fila, “não, vai lá pra trás”, então a fila era circular não tinha como furar a fila e inviabilizou a sessão. No outro dia era domingo, então não tinha jeito de trancar todos ao mesmo tempo, então no Pelotense nós trancamos também. Na segunda feira voltaram atrás, os donos de cinema se reuniram, e ainda bem que voltaram atrás porque nós não íamos ter fôlego pra durante a semana ficar fechando cinema, [...] então eles resolveram que, devem ter feito os cálculos deles e resolveram... foi a única cidade do país que não vigorou essa lei, na UFRGS houve gente ferida, Minas Gerais houve gente ferida, botaram a Brigada.

Após a descrição da manifestação pelo direito à meia entrada nos cinemas de Pelotas, Della Vechia ponderou sobre a relevância que tais manifestações de cunho cultural obtinham para o Movimento Estudantil. De acordo com o entrevistado, tais mobilizações se davam muito mais pela interferência que alcançavam junto ao Movimento Estudantil, do que, propriamente, pelo efeito que poderia ter diante da sociedade em geral. Ainda, outra questão apontada pelo entrevistado como instrumento utilizado pelo Movimento Estudantil estava nos eventos envolvendo música, teatro, cinema, pois chamavam atenção de militantes que não eram necessariamente ativistas políticos e pragmáticos, e sim, atraíam aqueles mais interessados no lado sociável, por assim dizer, que o Movimento Estudantil proporcionava. Assim, esse tipo de público, envolvido pelas atividades culturais, chamavam para o Movimento cada vez mais pessoas, por meio das rodas de chimarrão ou de violão entre amigos que ocorriam durante as manifestações. Para Della Vechia, era esta “periferia” do Movimento Estudantil quem sustentava de fato as mobilizações promovidas. Talvez uma singularidade do Movimento Estudantil pelotense seja esse emprego constante de manifestações artísticas nas suas lutas e reivindicações, tendo em vista que Pelotas obtinha um apelo cultural muito forte, aspectos que os estudantes perceberam e utilizaram em prol de suas reivindicações.

O Movimento Estudantil da redemocratização atuava em diferentes áreas, para causas diversas. Assim, jamais poderemos condicioná-lo a um único perfil, mesmo no caso do grupo analisado, considerado de oposição. No sentido propriamente político e ideológico, havia distintas tendências operando no interior do Movimento, principalmente durante o processo de redemocratização. Após um período de relativa estagnação das mobilizações públicas, especificamente nos primeiros anos da década de 1970, houve a retomada das antigas lutas sociais por meio de diferentes movimentos. Com isso, as organizações sobreviventes do período de maior repressão se reaglutinaram e auxiliaram na construção das tendências estudantis (DELLA VECHIA, 2011). Com isso, analisaremos brevemente alguns destes grupos e/ou tendências políticas e como se davam suas ligações com o Movimento Estudantil, a partir de aspectos destacados pelo grupo entrevistado. Contudo, por se tratar de um tema bastante profundo, repleto de uniões e dissidências, e também ao que tange as origens políticas de cada tendência, não o consideraremos detalhadamente. Assim, não nos propomos tipificar em exaustão as diferenciadas correntes políticas do Movimento Estudantil, mas sim apresentar ao leitor a diversidade do quadro.

Os grupos e tendências políticas ganharam destaque no cenário de oposição nacional por sua contribuição ao Movimento Estudantil, nas mais variadas forças políticas da esquerda, principalmente, na fase de rearticulação decorrida logo que se inicia o processo de redemocratização. Para Martins Filho, as tendências políticas tiveram um papel fundamental na reorganização do Movimento Estudantil no final da década de 1970 e contribuíram para a intensa diversidade de conteúdo político e ideológico existente no interior do Movimento (MARTINS FILHO, 1998). Contudo, de acordo com Maria Paula Araújo, o estudo destes grupos e tendências evidencia a formulação de um novo conceito de política, o qual é pautado na crítica à experiência marxista e na ideia de representação, passando a valorizar aspectos subjetivos da experiência política, como valorização do cotidiano e a politização das relações pessoais, e também a afirmação das experiências particulares de vida (ARAÚJO, 1999). Araújo ainda apresenta um breve levantamento do perfil das principais tendências durante o processo de redemocratização:

A APML (Ação Popular Marxista Leninista) tinha uma origem ligada a grupos de esquerda católica; a POLOP (Política Operária, mais tarde

designada apenas como PO) surgira como um grupo de intelectuais independentes com um certo viés trotskista. Ambas na década de 60. Já o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) representava um 'racha' da POLOP ocorrido no início dos anos 70. A LIBELU (Liberdade e Luta) era uma organização trotskista. Durante a década de 70, estas organizações configuraram, junto com movimentos específicos e de minorias, um campo de “esquerda alternativa” no Brasil, participando da resistência à ditadura militar e desenvolvendo uma ideia de política marcada pelo sentido de dissidência e de heterodoxia. Apesar de criticar os partidos de esquerdas mais tradicionais (como o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil) estas organizações e estes movimentos buscavam se articular com movimentos sociais mais reconhecidos - como os movimentos de base eclesiais, o movimento estudantil, o movimento sindical e os movimentos de bairro (ARAÚJO, 1999, p. 155).

Os entrevistados destacaram algumas das diversificadas tendências na cena política estudantil de Pelotas. Contudo, entre os depoentes, detectamos a participação de pelo menos uma, atuante entre os grupos estudantis citados acima, esta foi Duca Lessa no Liberdade e Luta (LIBELU). Lessa militou em Pelotas durante o início da década de oitenta no grupo LIBELU. Sua inserção no grupo se deu a partir dos convites que recebeu na universidade para participar de reuniões de diferentes grupos políticos. Após assistir algumas destas reuniões, a entrevistada acabou optando por fazer parte do LIBELU, pois, segundo Lessa, o grupo era mais liberal no sentido de propor maiores liberdades e, por isso, foi o grupo com o qual mais se identificou. Lessa colocou-nos como se dava a cooptação de ingressantes ao grupo e de que forma ocorriam as reuniões. Ainda, pondera como o grupo interferiu no seu modo de organização pessoal, em questões de disciplina e pontualidade:

A gente tinha aula de formação todos os domingos, domingo de manhã. Então a gente se reunia, vinha o pessoal de Porto Alegre, o pessoal daqui, uma vez por mês a gente contatava mais pessoas pro grupo, do movimento secundaristas, a gente tentava colocar várias pessoas de vários cursos. A gente tava mais lá na Católica, mais no curso de Jornalismo, no curso da Federal da Arquitetura, muita gente da Arquitetura era do nosso grupo, então assim foi indo. [...] Mas eu sempre tava trazendo uma pessoa ou outra pra dentro do grupo, sempre fui uma boa militante também. Não podia me atrasar e isso foi uma coisa importante também que foi me botando nos eixos, porque eu sempre fui meio relapsa, porque na revolução tu não podia te atrasar um segundo, se não a história podia acontecer e bailou né. Então não tinha essa história. Mas essa rigidez também eu gostei

porque eu era muito indisciplinada, então nessa época eu me tornei mais disciplinada. Eu passei até a usar agenda, que era uma coisa que eu rejeitava agenda e relógio.

A entrevista anterior demonstra a percepção de valor, coragem e desprendimento sobre o que era ser militante no período, bem como uma própria reflexão de que a militância proporcionou um crescimento pessoal que ela entende como digno de destaque. De acordo com a fala da entrevistada ainda, é interessante notar que o grupo LIBELU garantiu maior abrangência em Pelotas a partir de determinados cursos, como Jornalismo na UCPel e Arquitetura na UFPel. Além disso, o grupo contou com a participação de estudantes que militavam no Movimento Estudantil Secundarista da cidade. A respeito das origens do LIBELU no Brasil, Sevillano afirma que o grupo estava vinculado à Organização Socialista Internacionalista (OSI), formado a partir da fusão de dois grupos trotskistas, a Organização Primeiro de Maio³⁵ e a Organização Marxista Brasileira (SEVILLANO, 2010). O LIBELU formou-se inicialmente em São Paulo como o braço estudantil da OSI, contudo, conforme Bartot e Guimaraens, no Rio Grande do Sul o grupo denominava-se “Perspectiva” e, em Minas Gerais, “Reconstrução e Luta”, havendo a unificação em 1976, durante o encontro nacional de tendências pela aliança operário-estudantil, esta, a principal plataforma política do Liberdade e Luta (BARTOT e GUIMARAENS, 2008). Para Silva, talvez o que melhor caracterize o LIBELU nesse período seja o uso da mobilização para alcançar a consciência política e sua defesa na ligação entre estudantes e trabalhadores, sendo que aqueles estariam subordinados à luta destes (SILVA, 1987).

O entrevistado Renato Della Vechia discorreu a respeito da ligação existente entre a UCPel e o Unidade, braço estudantil do PCB, principalmente devido a relação existente entre o Unidade e a Pastoral Universitária da UCPel, essencialmente nos cursos de Filosofia e Sociologia. Entretanto, Della Vechia admite que sua relação se dava com outro grupo político estudantil, o grupo Resistência³⁶, formado a partir da dissidência do PCdoB. Segundo o entrevistado, o grupo Resistência era composto por pessoas ligadas a personalidades políticas

³⁵ A Organização Primeiro de Maio (também chamada de Grupo Primeiro de Maio) originou-se de uma cisão do Partido Operário Revolucionário (POR) em 1968. A Organização Primeiro de Maio era restrita a São Paulo e atuava junto ao Movimento Estudantil.

³⁶ As gestões do DCE da UFPel, a partir de 1982, até pelo menos, 1985, são formadas essencialmente pela força política Resistência (DELLA VECHIA, 2011).

como Tarso Genro e Marcus Rolim, havia muitos componentes de Santa Maria e caracterizava-se por sua proximidade com campos políticos de linhas gerais bastante diferentes entre si.

As tendências possuíam rivalidades, como LIBELU e Refazendo, e LIBELU e Nova Proposta. As diferenciações entre tais tendências iam além da esfera política, tornando-se evidente até mesmo nas críticas estabelecidas às festas promovidas por determinada tendência. As festas originadas pela LIBELU, por exemplo, eram criticadas por outras tendências por tocar apenas rock norte-americano – algo considerado por muitos militantes como expressão de apreço ao imperialismo – e também pelos excessos na liberação sexual durante as festas³⁷. Loner, que integrava o grupo Nova Proposta na UFRGS no início da década de 1970, relata em sua entrevista que as festas do LIBELU eram admoestadas pela Nova Proposta, justamente pelo boato que circulava nas universidades, o qual relacionavam as festas da LIBELU à exposição de um comportamento sexual mais liberalizante e também revela o tipo de comportamento social do grupo Nova Proposta:

Tinha a história das festas da LIBELU que o pessoal da nossa tendência [...] não queria ir às festas deles [...] não sei se era suruba, eu nem ia a festa, a gente era do tipo que nem dançava, não sabia dançar, era bem aquela coisa do tipo intelectual não faz essas coisas [...] tem que ser mais a frente”.

As diferenças ideológicas e políticas das tendências e/ou grupos estudantis se tornaram ainda mais evidentes na volta do pluripartidarismo em 1979, possibilitando a cada uma das tendências integrou um determinado partido político. Aliás, nas entrevistas essa diversidade foi constantemente apontada, mas não foi possível ver muros intransponíveis entre os estudantes, como já mencionado, algumas pautas mobilizavam a todos.

³⁷ Aspectos destacados em <http://revistaforum.com.br/blog/2011/10/a-libelu-ganhou-o-poder/>. Acessado em 05/02/2013.

4.1. Deu pra ti, ditadura³⁸

A legalização da UNE estava entre as pautas de luta de diversas tendências estudantis. Talvez o retorno da UNE, juntamente com a Anistia ampla, geral e irrestrita e, obviamente, o fim da ditadura, fossem as grandes unanimidades das tendências mais diversas do Movimento Estudantil em todo o Brasil. Em 1979 ocorreu finalmente a reorganização da UNE com o XXXI Congresso da UNE realizado em Salvador no estado da Bahia. Segundo Habert, desde 1976 ocorriam reuniões nos meios estudantis com o objetivo de reorganizar a entidade estudantil (HABERT, 1992).

De acordo com o jornal *O Teodolito*, havia ocorrido em janeiro de 1979 na cidade do Rio de Janeiro um encontro da Comissão Nacional pró-UNE, no qual compareceram em torno de 28 entidades estudantis representantes de estudantes de todo o Brasil a fim de discutir assuntos referentes à política de exploração da Amazônia, reformas universitárias, Anistia, além da própria reorganização da UNE, entre outros assuntos. O grupo Construção, gestão do DCE UFPel em 1979, e o DANV do curso de Agronomia, marcaram presença no encontro, demonstrando assim total apoio a reconstrução da UNE. De acordo com o jornal, a presença de várias correntes políticas do Movimento Estudantil no encontro, possibilitou a promoção de intensas discussões, o que evidenciou o caráter democrático que a UNE, naquele momento, pretendia assumir (*O Teodolito*, março de 1979).

Entretanto, o apoio a UNE – demonstrado por diversas organizações estudantis de esquerda – não era unânime na gestão do DCE da UFPel de 1978, a qual ainda estava sob vigilância do Conselho de Representantes, ligado a Reitoria. Por meio da análise de Ata do Conselho de Representantes do DCE, datada em 31 de março de 1979, é possível observar uma intensa discussão a respeito da construção da carteirinha do DCE que, por sugestão de Fleck – estudante de Agronomia ligado à oposição – obteria uma frase na carteirinha em apoio à reconstrução da UNE. Alguns estudantes manifestaram-se terminantemente contra a

³⁸ O subtítulo faz referência ao filme brasileiro *“Deu pra ti, anos 70”* ambientado na cidade de Porto Alegre, o qual conta a história dos encontros e desencontros das personagens Marcelo e Ceres através da década de 70, em bares, reuniões dançantes e acampamentos na cidade.

frase, afirmando que esta era doutrinária e que a UNE apresentava uma imagem distorcida, pois sua reconstrução estava sendo realizada com objetivos meramente políticos. Assim, a proposta da frase a favor da reconstrução da UNE foi à votação e acabou não sendo aprovada pela maioria dos estudantes presentes na reunião.

Além de alguns membros do Conselho de Representantes e DCE da UFPel, haviam grupos estudantis desfavoráveis ao retorno da UNE. É o caso do DEE, entidade estudantil declaradamente de direita e atuante na militância em favor do governo ditatorial. Devido às características do DEE que o ligavam ao governo repressor, havia no interior do Movimento Estudantil contra a ditadura um consenso que tal entidade não poderia participar do processo de reconstrução da UNE. A evidência do apoio do DEE ao governo se tornou inquestionável quando cerca de 80 estudantes que faziam parte do DEE foram até a cidade de Salvador realizar passeatas nas ruas contra a reconstrução da UNE e contra a realização do Congresso. Mesmo diante de tal atitude, foi permitida a participação destes mesmos estudantes no XXXI Congresso da UNE por parte dos organizadores, a fim de explicitar o caráter democrático do encontro (BARTOT e GUIMARAENS, 2008).

Podemos considerar o ressurgimento da UNE fundamental para o fortalecimento do Movimento Estudantil em todo o Brasil. Segundo Cavalari, com a UNE legal, os estudantes passaram a lutar por questões mais gerais e a UNE iniciou seu processo de adaptação de sua agenda de lutas (CAVALARI, 1988). Devido a maior entidade representativa dos estudantes universitários brasileiros – a UNE – estar se reorganizando significava uma relevante vitória contra a ditadura civil-militar que por muitos anos a reprimiu. Referindo-se aos estudantes que se reuniram no XXXI Congresso da UNE em 1979, Adão Villaverde analisou a importância da reestruturação da entidade para o processo de luta pela redemocratização:

Há 30 anos eles estavam começando a promover mudanças na nossa história. Pois a reconstrução da UNE, em 1979, não foi apenas o momento exatamente relevante de resgate e retomada do movimento estudantil brasileiro após 15 anos de ditadura militar no Brasil. Seu alcance foi bem maior. Essa dimensão pode ser avaliada pelo fato da UNE ter sido a primeira entidade nacional de massas a se reestruturar durante um regime de arbítrio. Foi, portanto, encenado naquele Congresso o começo do resgate da própria democracia brasileira (VILLAVERDE, 2009, p. 174).

O fato da UNE ter sido a primeira entidade nacional a recuperar sua legalidade ainda durante a ditadura civil-militar demonstra o quanto o Movimento Estudantil mostrava-se forte e capaz de mobilizar-se diante de questões abrangentes, do mesmo modo, assim também se deu com uma questão muito mais ampla, a Anistia. Conforme nossos entrevistados, a questão da Anistia estava presente em diferentes discussões do Movimento Estudantil. Assim, o Movimento Estudantil prestou apoio à vasta campanha que se formou no país pela “*Anistia ampla, geral e irrestrita*” organizada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA)³⁹. Apesar da conquista da Anistia, seu desfecho não foi como era esperado pelos diversos comitês espalhados por todo o Brasil. Conforme Couto, a Lei da Anistia anistiou bilateralmente: “a Anistia incluiu também autores de crimes praticados por intermédio do aparelho repressivo, inclusive tortura, ao anistiar crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política” (COUTO, 2003, p. 278).

Outra questão que entrou em pauta no Movimento Estudantil foi a luta pelo fim da Lei de Segurança Nacional que entrou em vigor em 1978 (Lei 6.620)⁴⁰. A campanha pela revogação da LSN estava tramitando em todo o Brasil, assim, a publicação *Boletim do DCE* da UFPel da gestão Travessia, de 1983, emitiu a seguinte nota:

Esta lei representa o que de mais “sofisticado e eficiente” o regime possui com o fim intimidatório sobre a política do país. Servindo na prática, inclusive, ao acobertamento das denúncias de corrupção envolvendo autoridades governamentais, conforme exemplos recentes, portanto, funciona, ainda que indiretamente, como estímulo a impunidade das altas autoridades envolvidas em denúncias que vão desde desmando administrativo, até a corrupção. Além disso, possibilita as intervenções corriqueiras e cotidianas nos sindicatos ao bel prazer das “autoridades”, bem como a perseguição de padres, posseiros, políticos, estudantes... Por isso, a revogação imediata da LSN é uma exigência da nação, ao qual devemos voltar nosso apoio

³⁹ O Comitê Brasileiro pela Anistia tinha como metas, além do objetivo de anistiar os que haviam sido punidos pelo regime, a luta pela extinção das leis repressivas e o desmatelamento dos órgãos de repressão da ditadura, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

⁴⁰ A Lei 6.620 foi substituída em dezembro de 1983 pela Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, promulgada durante o governo do presidente João Figueiredo.

e trabalho para a sua efetiva derrocada (*Boletim do DCE*, setembro de 1983, s/d).

Desse modo, observamos o Movimento Estudantil atuando em diferentes frentes – políticas, sociais, ecológicas – e pelos mais variados meios, através de passeatas, atos públicos, imprensa estudantil, eventos culturais, etc. No entanto, mesmo com maior respaldo de defesa e com a redemocratização em pleno processo, os estudantes ainda encaravam o medo dos agentes da repressão, principalmente a repressão ligada às universidades. De acordo com as entrevistadas Duca Lessa e Jacira Porto, os estudantes que não faziam parte do Movimento Estudantil muitas vezes contribuíam para as atividades promovidas pelo Movimento, porém de uma maneira muito silenciosa, reclusa, devido ao medo de se expor e também de ser encarado como subversivo pelas autoridades. Muitas vezes o medo fez parte também dos sentimentos dos militantes, embora os momentos de coragem fossem predominantes. Nesse sentido, Porto lembrou certa circunstância em que teve de lidar com um sentimento de pânico que tomou conta de um companheiro de militância:

Era assim, “porque eu vim, porque eu tenho que terminar minha faculdade”. Eu lembro na posse do DCE Livre na Praça Coronel Pedro Osório, após a posse um dos colegas entrou num surto, ele falava: “A minha vida acabou, daqui pra frente nada eu vou conseguir, eu tô na ficha da Polícia Federal, eu não vou conseguir emprego e eu tenho que me manter, meu irmão tem que vir estudar, eu tenho que ter dinheiro porque o meu irmão tem que vir também!”. Foi um surto, na casa do Chucrute, foi ali em diagonal com o Guarany, guria, foi um surto. E nós: “Pelo amor de Deus, fulano vamos se acalmar, as coisas vão se acalmar” e ele era presidente do conselho de DA’s ele... Foi o cara que deu posse pro Fleck, na época... o Capelari! O Capelari foi o cara que deu o surto. E ele: “Pô, os caras tão aqui agora, os caras tiraram foto de nós”. Então foi isso.

A situação descrita por Porto expõe o lado mais humano dos militantes, os quais enfrentavam suas próprias angústias e fragilidades em busca do ideal democrático. Para Della Vechia, comparativamente, o sentimento existente no Movimento Estudantil não era exatamente o medo como nos anos de chumbo, entretanto havia a dificuldade de enxergar o rumo que o processo estava tomando, e

isso gerava nos militantes certa insegurança. Nesse sentido, Duca Lessa admitiu que se sentiu muito preocupada em diversos momentos das lutas do Movimento Estudantil:

Eu tive uma época muito preocupada, que tinha muitas perseguições né. Na época tinha um delegado chamado De Bem que perseguia muito os estudantes, então ele era um cara que tava sempre por volta do Café Aquário, futricando a vida das pessoas da cidade, e tava sempre, ele vivia lá na Faculdade de Direito, conversando com o diretor da Faculdade [...]. Sobre a repressão, ah, seguido a gente andava no camburão, a gente tava com panfleto [...] E as vezes de madrugada, a gente marcava três da madrugada, “ah vamos panfletar a cidade”, e saía três da madrugada, a Brigada nos via, ou alguém via, algum morador, “ah tem um pessoal botando papel, não sei quê”, passava lá um camburão e nos levava tudo né, passava lá a noite porque no outro dia de manhã a gente saía, várias vezes. [...] sempre tinha algum advogado de plantão, tinha o Voltan que era um cara... Ele e o Alceu Salamone que era de uma geração anterior a nossa [...]. Nós tínhamos um grupo de advogados, o Aristeu, advogados sempre de plantão, quando tinha coisa eles sempre tavam lá e nos tiravam, às vezes os caras nos davam um chá de banco lá.

Por meio da fala de Lessa, observamos que embora houvesse o medo da prisão, a insegurança quanto ao futuro, às dúvidas se de fato o regime ditatorial acabaria sendo derrubado ou não, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 – devido o fim do AI-5 – havia maior respaldo quanto à defesa por meio de advogados disponíveis para tirar da prisão estudantes que por ventura fossem capturados pela polícia. Contudo, segundo Jacira Porto, ainda havia uma espécie de paranoia, muitas vezes baseada em fatos ocorridos durante o governo Médici, e também porque a polícia estava sempre em vigilância. Ainda, a maioria dos estudantes não morava com seus pais na cidade, assim, a solidariedade e o apoio nos momentos mais tensos e difíceis se davam por meio do companheirismo dos colegas. Com isso, percebemos um misto de sentimentos e uma complexidade paradoxal que abrange o momento de redemocratização, caracterizado justamente por essa fase de transição e incertezas.

Dentre todas as questões inseridas na agenda de luta do Movimento Estudantil contra a ditadura – e não apenas no Movimento Estudantil como nos movimentos sociais em geral – sem dúvidas, a que majoritariamente aglutinava a

esquerda em todo o país era pelo fim da ditadura e redemocratização do Brasil⁴¹. O início da década de oitenta passou a apresentar mudanças efetivas a caminho da democracia. Em 1982 houve eleições para governadores, senadores, deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores. Desde 1979, a política brasileira já contava novamente com o pluripartidarismo e diante dessa onda de otimismo democrático, em 1983 o então jovem e desconhecido deputado federal Dante de Oliveira⁴² (PMDB – MT) propôs a emenda constitucional (PEC nº 5/1983) a qual objetivava restaurar as eleições diretas para presidente do Brasil. A partir da proposta de emenda, as eleições diretas tornaram-se prioridade para o PMDB, PT e PDT. Através da proposta de emenda, iniciou a grande campanha nacional a favor das eleições diretas para presidente da república, a qual ficou conhecida como “*Campanha das Diretas Já*” (COUTO, 2003).

Na UFPel, o Movimento Estudantil inserido no contexto nacional da campanha pelas diretas, distribuiu um texto intitulado “*Intensificar a luta pela unificação do Movimento*”, o qual alertava todos os estudantes da universidade a respeito da consonância entre a administração da UFPel e os interesses do MEC, quanto, por exemplo, ao aumento do custo do Restaurante Universitário, taxas de matrículas e alteração do método que determinava a carência financeira dos estudantes para receber auxílio da universidade. Acima de tudo, o texto destaca que além das lutas específicas da universidade, os estudantes também deveriam estar atentos as mudanças que estava ocorrendo no país e sobre a necessidade de se colocar no poder político os provedores de mudanças, a fim de realizar o ensino público e gratuito e a justiça social. Ainda, de acordo com o texto os acontecimentos do ano de 1983 – incluindo a greve de estudantes realizada na UFPel – apontava para a possibilidade um grande desfecho final, uma greve geral nacional das universidades:

É preciso aprender com a história e respaldos na experiência, repensarmos o Movimento Estudantil. Movimento esse que não se restringe as lutas específica da universidade, mas que veja, pelo aprofundamento, a necessidade de se colocar o poder político nas

⁴¹ Destacamos que nas entrevistas não foi possível perceber um projeto claramente elaborado para o governo “ideal” pós ditadura. Havia sim, um leque de apostas em construção para o novo momento, sem uma rigidez ideológica.

⁴² Dante de Oliveira era engenheiro civil e durante a faculdade militou no Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR – 8) contra a ditadura. O deputado federal foi eleito em 1982.

mãos daqueles que querem uma nova sociedade onde o ensino público e gratuito e a justiça social, sejam uma realidade. [...] Novo rumo este, determinado pela situação de exploração a que está submetido o povo brasileiro. Hoje, se somando são milhões de pessoas que vão as ruas, protestarem e exigirem Eleições Diretas Já. Mais que isso, exigem que se garanta amplas liberdades políticas e de organização das massas. Face à esta situação, nossa luta adquire um caráter fundamentalmente político. Mas há que se considerar nesta nova linha traçada, a importância dos movimentos isolados como as greves de Pelotas e Ouro Preto, que se souberam em atitude histórica, apontar a direção que seguimos: construir paulatina mas progressiva, no dia-dia, da sala de aula, nos corredores, nos RU's, a GREVE GERAL NACIONAL.

É interessante notar que o movimento pelas *Diretas Já!* obteve ampla cobertura da mídia e reuniu diferentes movimentos sociais em torno da luta por eleições presidenciais diretas. Como a votação para aprovação da emenda pelo Congresso Nacional ficou marcada para ocorrer em abril de 1984, até esta data, em diferentes cidades do Brasil ocorreram os chamados Comícios pelas Diretas. Estes comícios receberam imenso destaque da imprensa nacional e contaram com a participação de muitas personalidades políticas, artistas, lideranças sindicais e estudantis, e grande parte da população jovem, de diferentes tendências políticas, militantes do Movimento Estudantil (COUTO, 2003).

Assim, entre janeiro e abril de 1984 ocorreram diferentes comícios pelas diretas, dentre estes estava o comício de Pelotas, ocorrido em 14 de abril de 1984. No dia anterior, o jornal *Zero Hora* publicou a manchete: “*As diretas no interior*”, onde destacava a cidade de Pelotas por meio das palavras do então prefeito Bernardo Olavo Gomes de Souza (1983 – 1987), afirmando que Pelotas estava ao lado da vontade nacional (*Zero Hora*, 13 de abril de 1984, p. 36). Houve também, mobilizações organizadas por estudantes, identificadas por meio de panfleto arquivado no NDH da UFPel, datado em 23 de março de 1984, chamando os estudantes para um ato público pelo “*Dia nacional de mobilização dos estudantes pelas diretas*”, o qual o ponto de encontro dos manifestantes se dava em frente ao Restaurante Universitário da UFPel. Tais evidências demonstram a participação da comunidade pelotense em geral, como também especificamente do Movimento Estudantil pelas eleições diretas para Presidente da República.

Contudo, no dia 25 de abril de 1984 ocorreu a votação no Congresso Nacional para a aprovação ou não da emenda de Dante de Oliveira. Apesar da intensa campanha em favor das eleições diretas, era previsto que a proposta da emenda não fosse aprovada, o que se confirmou. Por se tratar de uma emenda constitucional, havia a necessidade de ser aprovada por dois terços da Câmara dos Deputados para prosseguir em votação no Senado. Contudo, 298 deputados votaram à favor, 75 contra, três abstiveram-se e 113 não compareceram ao plenário, assim, a emenda foi derrotada.

Com a desaprovação da Emenda Dante de Oliveira, a ditadura tratou de lançar cuidadosamente uma estratégia pré-estabelecida para a sucessão do presidente Figueiredo, a qual estimava eleger indiretamente um candidato civil do PDS, mantendo o controle da transição política. No entanto, tal estimativa do governo foi atropelada pela pressão da população e da imprensa que, com a desaprovação da emenda que previa eleições diretas para presidente, passou a apoiar a candidatura de Tancredo Neves (PMDB) à presidência da república. A chapa de Tancredo acabou tendo como candidato à vice presidência da república José Sarney, o qual havia apoiado o golpe civil-militar em 1964.

A chapa de Tancredo acabou derrotando a oponente, que tinha como candidato Paulo Maluf (PDS), por meio de eleição indireta. No entanto, Tancredo Neves nunca chegaria a assumir efetivamente a presidência do Brasil. Devido a uma grave doença, Tancredo faleceu antes mesmo de ocupar o cargo presidencial, cabendo a José Sarney assumir a presidência. Contudo, apenas em 1988 entrou em vigor a Constituição Federal que estabelece ao cidadão o direito democrático de escolher diretamente seu representante para a presidência da república.

Assim o Movimento Estudantil de Pelotas – como outros diversos movimentos sociais em todo o Brasil – entrou em uma nova fase, rearticulando novas pautas de luta. Contudo, é possível perceber que houve decepções com o desfecho final da ditadura civil-militar no Brasil, imediatamente ao início da chamada “Nova República”. Em 1985, após a posse de Sarney, o DANV do curso de Agronomia da UFPel, emitiu um comunicado sob o título, *“Conjuntura Nacional X Movimento Estudantil”*:

Quando olhamos para o momento sócio-político nacional constata-se que tem-se um país com graves problemas. Por outro lado a “Nova República” começa a mostrar para quem veio servir, vide: PNRA, Constituinte Congressual, Ref. Universitária (elaborada p/ comissão Notáveis), anistia restrita, não fim da LSN, não punição aos crimes do campo e da cidade... [...] Porque esta “Nova República” não é senão uma forma disfarçada da exploração capitalista, onde o que interessa realmente não é a organização, nem as melhorias da participação e vida do povo e sim sua submissão e o rendimento (lucro) que estas podem proporcionar num menor espaço de tempo. Neste contexto as organizações populares de todo o país passam por momento de rearticulação e reelaboração das formas de luta, que evidenciam as contradições das classes sociais hoje tão marcantes. No movimento estudantil não é diferente. Estamos saindo de um período de resistência onde as bandeiras de luta e formas de organização de movimento estavam baseadas na denúncia e na derrubada da ditadura militar. [...] Hoje, a nível geral, o ME vive um período de crise (explicável) onde observa-se um afastamento das entidades para com as bases estudantis, diretorias não representativas dos interesses dos estudantes, um vanguardismo, muitas vezes exagerado, de algumas organizações que atuam neste.

Por meio do texto publicado pelo Movimento Estudantil verificamos certo choque de realidade causado com o fim da ditadura e o início da tão desejada “Nova República”, a partir do momento que esta se revelou frustrante por não cumprir com as expectativas dos estudantes. O claro exemplo se deu em relação à Anistia – com os mecanismos de ocultação e não julgamento dos crimes cometidos pelo governo – e a continuidade da LSN de 1983. Ainda, o texto expressa uma crítica à exploração capitalista do novo governo em submeter-se somente a expectativa lucros ao invés de melhorias sociais. Por fim, o texto considera o período de crise enfrentado pelo Movimento Estudantil com o fim da ditadura, sendo necessária a reelaboração das formas de luta. Em relação ao sentimento de frustração que se formou no meio estudantil a partir do novo quadro político formado, Porto expressou:

Ah sim, havia, a gente se ressentiu, mas não muito, vamo lá né, vamo começa de novo... Na verdade era isso, organizou o PT, o PT passou a ser pra nós um braço dos nossos sonhos na época, a inserção dos metalúrgicos, dos trabalhadores organizados, os pensadores, até nos alcançar, quando chegou o governo Lula em 89 foi uma eleição muito dura e aí consegue eleger um Fernando Collor, uma experiência, já tinha uma proposta de poder talvez mais elaborada. Mas eu sabia pelo menos que os generais não iam tá lá, mas algumas perguntas sobrevivem não adianta, se tu olhar hoje na política tu vai ver ainda tá lá o Paulo Maluf! Ainda tá o Delfim Netto, o

Delfim Netto tá em todas as nossas charges, era um cara odiado por nós né. E ele tá aí hoje. E muitas vezes ele faz parte do grupo de apoio de um governo que a gente considerava o governo de esquerda, não é possível ser tão purista, eu sei, mas ainda tem muito pra evoluir no país, eu acho, ainda tem muita renovação, muita gente tem que sair fora.

Do mesmo modo, Duca expressa que apesar da realização de algumas conquistas após a ditadura também houve decepções, principalmente em relação aos políticos apoiadores do golpe e da repressão muitos dos quais continuam, até hoje, atuando efetivamente na política nacional:

E as mudanças que ocorreram, lutamos, lutamos, quantos anos, tentando eleger o Lula, quantos anos, quantas eleições... As mudanças ocorreram como a gente queria, conseguimos eleger o Lula, tu vê, dois mandatos, conseguimos depois ainda eleger uma mulher, a Dilma, mas tá aí né, os Ministros que a gente tem aí, nada corresponde, quando que a gente imaginaria um Lobão no governo, quanta gente abraçada com o Sarney, [...] essa banda podre... Então isso aí é... Mas aí vem cá, eu lutei por tudo isso? Não né, eu não queria isso, mas é isso que tem. Melhor que isso não dá pra fazer né.

A decepção, segundo os depoentes, diante quadro político formado após o fim da ditadura se deu também, pela permanência no poder de alguns nomes apoiadores do regime, como uma espécie de herança não grata dos tempos de repressão. Para muitos, o PT se tornou uma espécie de apoio diante da crise estrutural dos movimentos sociais com o processo de redemocratização, quase que a esperança partidária para as tão sonhadas mudanças. O fim da ditadura significou o início de um processo de rearticulação no Movimento Estudantil. Nossos entrevistados afirmam, em consenso, que a existência de um inimigo comum, ou seja, a própria existência da ditadura, era o fator responsável pela maior aglutinação do Movimento Estudantil. De acordo com Della Vechia, a necessidade de urgência diante da ditadura, bem como a crítica ao liberalismo das relações pessoais, possibilitavam um maior comprometimento na atuação coletiva do Movimento, seja nas presenças às reuniões ou na elaboração de propostas.

No encerramento de cada uma das entrevistas, perguntamos aos entrevistados se eles consideravam ter valido a pena participar do Movimento Estudantil durante a redemocratização do Brasil, unanimemente, todos responderam que sim. Dentre os maiores benefícios de ter feito parte do Movimento está a influência que esta experiência proporcionou em suas trajetórias de vida, seja nas escolhas profissionais, na visão política, no enfrentamento às adversidades e até mesmo, no companheirismo e na relação de amizade que se formou entre muitos militantes, as quais perseveraram até hoje. Quanto aos arrependimentos, os entrevistados não apontaram algo específico, Duca Lessa assinalou que por fazer dois cursos paralelamente (Direito na UFPel e Jornalismo na UCPel) e, ainda, participar ativamente do Movimento Estudantil, não concluiu nenhum dos cursos. Della Vechia expressou que a continuidade de sua carreira acadêmica, principalmente em relação ao doutorado, necessitou ser adiada devido à sua expressiva participação em variados processos políticos. Por fim, Loner advertiu que o Movimento Estudantil apresentava fragilidades, principalmente em relação à maturidade dos militantes e por haver a necessidade de reorganização contínua, devido ao fluxo dos estudantes que faziam parte do Movimento nas universidades. Contudo, todos os entrevistados afirmaram que, se tivessem a oportunidade de fazer uma nova escolha hoje, fariam tudo novamente.

Para a autora o que fica é o fato que a participação no Movimento Estudantil propiciou pelo menos para os depoentes, um olhar mais atento e crítico ao devir histórico, uma noção de engajamento político, que refletiram em suas escolhas profissionais e também nas escolhas mais pessoais de cada indivíduo. Assim, encerramos esse capítulo com a fala de Duca Lessa apontando sobre as influências que a participação no Movimento Estudantil exerceu em sua vida:

Eu não faria nada diferente e valeu a pena todo esse passado, que me fez forte, corajosa, [...] não desanimo nunca, profissionalmente falando. Fui mãe solteira e enfrentei tantas barras naquela época por ser uma mãe solteira, mas fiz, naquela época era eu e a Leila Diniz era a mais conhecida né que optaram por ser, como se diz, mãe solteira é uma coisa mais conservadora... [...] Produção independente! Essa história era bem o que eu queria fazer da minha vida ser independente, ser dona do meu nariz, da minha filha, nunca dependi do pai da minha filha, [...] e ela sempre teve todas as chances que ela poderia ter na vida dela.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, elementos da história do Movimento Estudantil universitário de Pelotas durante o processo de redemocratização do Brasil, foram demonstrando-se fascinantes e surpreendentes. Ouvir as histórias, por meio de relatos de memória dos entrevistados, entrar em contato com a produção e fragmentos das diversas mobilizações do Movimento através das fontes analisadas, conferiu-nos adentrar em um universo que se demonstrou cada vez mais convidativo, possibilitando-nos perceber que ainda há muitas questões a ser conferidas e muitas memórias a ser consideradas deste instigante tema da história recente do Brasil.

Por meio desta dissertação analisamos os conceitos de memória e identidade nas atuações do Movimento Estudantil contra a ditadura em Pelotas e percebemos que tais conceitos encontram-se difundidos em diversas questões do Movimento. A respeito da memória, o fato destes estudantes promoverem encontros na atualidade, evidencia a tentativa de consolidar uma memória social, com o objetivo de legitimá-la. Ainda, a memória demonstrou ser uma importante ferramenta na construção da própria identidade do Movimento Estudantil, tanto pessoal quanto coletiva. Analisamos o quanto os indivíduos mesmo tendo vivenciado experiências em conjunto, possuem memórias particulares em determinadas questões e ao mesmo tempo, coletiva em outras.

A identidade do Movimento Estudantil, bem como de seus sujeitos mostrou ser um item extremamente interessante de analisarmos, uma vez que o próprio contexto social e político implicou aos estudantes manter determinada postura enquanto grupo, bem como indivíduos. Tal postura, na maioria das vezes, mostrou estar em contradição com a atitude adotada pela universidade diante do momento político. Essa identidade de enfrentamento talvez tenha sido a grande essência de nosso objeto de pesquisa. Durante a construção dessa dissertação, foi possível conferir a identidade do Movimento Estudantil em meio ao processo de redemocratização, através de suas agendas de mobilização, as quais abrangiam

questões gerais, ainda com características políticas mais tradicionais, porém com o diferencial de abarcarem aspectos sociais, como defesa do meio ambiente, gênero, rompimento com padrões de comportamento, dentre outros.

Parte da história da cidade de Pelotas também se fez presente em nosso objeto de pesquisa nessa dissertação. Pelotas revelou ser uma cidade repleta de singularidades complexas quanto a sua história social. Por possuir um passado consolidado na historiografia, o qual explora a relação da cidade com uma elite atuante, enfatizando a história das charqueadas, dos casarões, dos cavalheiros educados na Europa e assim, remetendo à cidade um forte conservadorismo elitista. De fato, a influência desta elite perdurou durante muitos anos em Pelotas, conferindo-lhe um caráter conservador mesmo ainda na metade do século XX. No entanto, percebemos por meio de nossas entrevistas, que Pelotas nas décadas de 1960, 1970 e início dos anos 1980 conquistou um cenário cultural de vanguarda extremamente atraente, o qual a destacava de outras cidades do interior do estado, até mesmo as mais próximas a ela, como Rio Grande e Bagé. Ponderamos que a criação das universidades UFPel e UCPel, as quais atraíram um grande número de estudantes de outras cidades, contribuiu para o crescimento do cenário de entretenimento universitário na cidade (por meio de boates, barzinhos, festivais e etc.), colaborando para as características paradoxais da cidade, as quais mesclam particularidades conservadoras e progressistas.

Com isso, Pelotas passou a receber a nomenclatura de “cidade universitária”, devido ao intenso fluxo de universitários na cidade. Tal característica possibilitou o revigoração do Movimento Estudantil no momento de rearticulação, proporcionado pela redemocratização do país no final dos anos 1970. Diante desse contexto e com uma forte expressividade estudantil na cidade, a luta contra a ditadura tomou força e repercutiu em mobilizações contra toda e qualquer forma de repressão. Assim, as universidades e seus mecanismos de controle impelidos pelo governo ditatorial passaram a ser um dos principais alvos do Movimento Estudantil contra a ditadura.

Consideramos principalmente que o processo de redemocratização do Brasil possibilitou ao Movimento Estudantil uma nova forma de atuação, diferenciada de outros momentos da ditadura civil-militar, uma vez que o governo de exceção brasileiro caracterizou-se por fases distintas. Com o processo de redemocratização,

o respaldo às atuações do Movimento por meio de defesa jurídica e também devido à liberdade de imprensa, possibilitou aos estudantes maior autonomia em suas mobilizações e protestos. Entretanto, ainda havia repressão por parte do governo, o que nos permite analisar o quanto tal momento proporcionou ao Movimento Estudantil “andar” por uma linha tênue entre a liberdade consentida e a repressão imposta.

Salientamos que, durante nossa análise, percebemos como questão importante a complexidade política dos agentes que pesquisamos. Foi possível observar uma agenda “nova” emergindo, abraçando questões como defesa ambiental, gênero, quebra de paradigmas, mesclada com aspectos políticos tradicionais como, posição partidária, combate à ditadura, ideologia pautada pelo discurso de esquerda.

As falas de nossos entrevistados refletem o leque de possibilidades que se abriu ao Movimento Estudantil diante da redemocratização do país. Os militantes não almejavam mais apenas o fim da ditadura, o momento os conduzia a lutar por liberdades democráticas, direitos às mulheres, conscientização ambiental, reforma universitária, Anistia, pluripartidarismo, liberdade de escolha, enfim, havia novos anseios no âmbito juvenil, ou talvez, não exatamente novos, mas com o passar dos seguintes anos de repressão e imposição ditatorial, a juventude por meio do Movimento Estudantil bradou por mudanças imediatas. Assim, acreditamos que o Movimento Estudantil durante a redemocratização em Pelotas foi capaz de lutar contra a ditadura veementemente e alcançar questões de cunho social até então reprimidas por fatores como conservadorismo social e repressão política.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvia Maria Leite de. **Acesso à educação superior no Brasil: Uma cartografia da legislação de 1824 a 2003**. 2006. Tese. (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos Estudos – CEBRAP**, nº79. São Paulo, 2007.

AMARAL, Giane Lange do. O laicismo e o catolicismo em Pelotas: alguns reflexos no campo do ensino superior. In: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. p. 1 – 09.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. Dossiê: 40 anos de Maio de 68. Mediações – **Revista de Ciências Sociais**. V. 12, nº. 02, 2007.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento Araujo. Uma história do tempo presente: política, esquerda e imprensa alternativa no Brasil dos anos 70. In: COSTA, Luiz Flavio Carvalho; BRUNO, Regina; MOREIRA, Roberto José (Orgs.). **Mundo Rural e tempo presente**. Mauad Editora Ltda, 1999.

BARTOT, Ivanir José. GUIMARAENS, Rafael. **Abaixo a repressão! - Movimento estudantil e as liberdades democráticas**. Porto Alegre: Libretos, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2001.

CAUÊ, Kruger. Impressões de 1968: contracultura e identidades. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/7926/7926>> Acesso em 05/03/2012.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Os limites do movimento estudantil 1964 – 1980**. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**. USP, 2003.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil 1964 – 1985**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELLA VECCHIA, Renato. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977 – 1985)**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DEL VECCHIO, Angelo. Visões de um objeto incomodo: O regime militar brasileiro. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, nº.15, p.63 – 84, 2003.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. O “milagre” brasileiro crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967-1973. In: Ferreira e Lucília A. N. Delgado (orgs), **O Brasil Republicano, volume 4, O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

EDUARDO J. Viola: O movimento ecológico no Brasil (1974 – 1983): Do ambientalismo à ecopolítica. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm> Acesso em: 15/12/2012.

ENRIQUE, Serra Padrós: Usos da memória e do esquecimento na história. **Letras nº 22**. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r22/8_enrique_padros.pdf> Acesso em: 05/03/2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 1994.

_____, Maria de Lourdes de A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Revista Educar** [da] Universidade Federal do Paraná, nº. 28. p.17 – 36. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

_____, Maria de **Lourdes** de A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, V.28, 2006.

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GUTIÉRREZ, Claudio Antônio Wayne. **A guerrilha Brancaneone**. Ed Proletra, Porto Alegre, 1999.

HABERT, Nadine. **A Década de 70: Apogeu e Crise da Ditadura Militar Brasileira**. São Paulo: Ática, 1992.

HALBACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós- modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos. O breve século XX 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOSÉ Pedro Macarini: **Crise Política e econômica: O governo Figueiredo (1979 – 1984)**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/DOWNLOADS/PUBLICACOES/TEXTOSDISCUSSAO/TEXTOS144.PDF>> Acesso em: 20 mai. 2011.

LISBOA, M. C.; BAGOLIN, I. P. Evolução da distribuição geográfica da população gaúcha, 1970 – 2000. **Redes**, Vol. 14, nº.03, 2009.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **UFPel 30 anos**: Edição comemorativa – Pelotas: Editora Universitária / UFPel, 1999.

_____, Mario Osorio. **História e Tradições da cidade de Pelotas**, 2ª Ed. Caxias do Sul. IEL/UCS, 1981.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da informação** – V. 24, nº. 1, 1995.

MARTINS, Luciano. **A “geração AI-5” e maio de 1968**: Duas manifestações intransitivas. 1ed. Rio de Janeiro: Livr. Argumento, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar (1964 - 1968)**. Campinas: Papyrus, 1987.

_____, João Roberto. (org.). **1968 faz 30 anos**. Campinas: Mercado das Letras, São Carlos, UFSCar, 1998.

MEIHY, José Carlos. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____, José Carlos; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

MORTADA, Samir Pérez. De jovem a estudante: apontamentos críticos. **Psicol. Soc.** V. 21. nº. 03, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. Gente de menos: Nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974-1985). In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia; FERNANDES, Ananda; LOPEZ, Vanessa Albertinence. (Org.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul**: História e Memória. Porto Alegre: CORAG, 2009.

POERSCH, J. Leo. Universidade **Católica de Pelotas 30 anos**. Pelotas: Educat, 1991.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, V. 05. nº. 10, 1992.

_____, Michael. Memória esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, V. 02. nº.03, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Tentando apreender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: _____. **Ética e história oral**. Projeto história, Revista do Programa de Estudos pós-graduados em história e do departamento de história da PUC-SP. São Paulo, V. 15, 2007.

RAIMUNDO, Nonato Pereira Moreira. Disponível em: http://www.fja.edu.br/proj_acad/praxis/praxis_02/documentos/ensaio_2.pdf

Acesso em: 12/01/2012.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social; Rev, Sociol*, USP, São Paulo, 2 (2): p.113 – 128, 1990.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta. (Coords). **Usos e abusos de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Atores políticos e lutas sociais: Movimentos sociais e partidos políticos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Modernizando a repressão a USAID e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V.30. nº. 59, p. 237 – 266, 2010.

SANTANA, Flavia Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 – 1984**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

SEVILLANO, Daniel Cantinelle. **Somos os filhos da revolução:** Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977 – 1985). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de memória e a construção da história viva: A atuação da comissão de anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à **verdade**. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M; LOPEZ, Vanessa; FERNANDES, Ananda, (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964 – 1985:** O fim da ditadura e o processo de redemocratização. Porto Alegre: CORAG, 2009.

SILVA, André Luis Correa da. A memória como “*bem simbólico*”: Discursos, competências e legitimação. In: VIEIRA, Elias Medeiros, DAL MOLIN, Naiara (Org.). **A construção da memória política.** Pelotas: UFPEL, 2012.

SILVA, Antonio Ozai. **História das tendências no Brasil:** (Origens, Cisões e Propostas). 2ed. São Paulo: Dag, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano – vol. 4, o tempo da ditadura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência.** Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999.

VILLAVARDE, Adão. **Resgate** histórico e afirmação do movimento estudantil. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M; LOPEZ, Vanessa; FERNANDES, Ananda, Org(s). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964 – 1985:** O fim da ditadura e o processo de redemocratização. Porto Alegre: Coraf, 2009.

WOODWARD, Katryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ZANDAVALLI, Carla Busato. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. **Revista da avaliação da educação superior** (Campinas). V.14. nº. 02. Sorocaba, 2009.

<<http://mepelotas.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14/04/2011.

<<http://www.culturabrasil.com.br/programas/galeria/arquivo-14/gonzaquinha-um-genio-invocado-3>>. Acesso em: 23/01/1013.

<<http://revistaforum.com.br/blog/2011/10/a-libelu-ganhou-o-poder/>>. Acesso em: 19/07/2012.